

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 36, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física, Câmpus de Tocantinópolis, aprovado pela Resolução Consepe nº 20/2014.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física, Câmpus de Tocantinópolis, aprovado pela Resolução Consepe nº 20/2014, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS (ATUALIZAÇÃO 2018).

Anexo da Resolução nº 36/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

TOCANTINÓPOLIS/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 36/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS (ATUALIZAÇÃO
2018).**

TOCANTINÓPOLIS/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA (CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS)

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 24 de Setembro de 2014
(Resolução nº 20/2014 – Consuni/Consepe)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA**

TOCANTINÓPOLIS
2019

EQUIPE

Comissão Elaboradora

Professor Dr. Adriano Filipe Barreto Grangeiro
Professor Dr. Adriano Lopes de Souza
Professora Ma. Alesandra Araújo de Souza
Professora Dr^a Bethânia Alves Costa Zandomínegue
Professor Me. Bruno Fernandes Antunez
Professora Ma. Carliene Freitas da Silva Bernardes
Professora Ma. Joana Marcela Sales de Lucena
Professora Ma. Marilene Soares da Silva
Professor Dr. Mayrhon José Abrantes Farias
Professora Ma. Orranette Pereira Padilhas
Professor Dr. Rubens Vinicius Letieri

Colaboradores

Professor Me. Lucas Xavier Brito

Supervisão

Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo
Diretor do Câmpus de Tocantinópolis

Revisão

Professora Ma. Alesandra Araújo de Souza
Professora Ma. Joana Marcela Sales de Lucena
Professora Ma. Orranette Pereira Padilhas
Professora Dr^a Bethânia A. C. Zandomínegue

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Luis Eduardo Bovolato

Reitor

Ana Lúcia de Medeiros

Vice-reitora

Emerson Subtil Denicoli

Chefe de Gabinete

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-reitor de Administração e Finanças

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-reitora de Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

João Batista Martins Teixeira

Prefeito Universitário

Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo

Diretor do Câmpus de Tocantinópolis

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 7 |
| 2. CONTEXTO INSTITUCIONAL..... | 8 |
| 2.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins..... | 8 |
| 2.2 A Universidade Federal do Tocantins no contexto regional e local..... | 12 |
| 2.3 Caracterização educacional da região..... | 15 |
| 2.4 O perfil institucional..... | 15 |
| 3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS..... | 17 |
| 3.1 Assembléia Universitária..... | 17 |
| 3.2 Conselho Universitário - CONSUNI..... | 17 |
| 3.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE..... | 18 |
| 3.4 Reitoria..... | 18 |
| 3.5 Conselho de desenvolvimento da Universidade Federal do Tocantins- CONDUF..... | 19 |
| 3.6 Unidades universitárias..... | 20 |
| 3.7 Conselho diretor do câmpus..... | 20 |
| 3.7.1 Composição do conselho diretor do câmpus de Tocantinópolis..... | 20 |
| 3.8 Direção do câmpus..... | 21 |
| 3.9 Colegiado de cursos..... | 22 |
| 3.10 Coordenação de curso..... | 23 |
| 4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA | 23 |
| 4.1 Dados do curso..... | 23 |
| 4.2 Direção do câmpus..... | 24 |
| 4.3 Coordenação do curso..... | 24 |
| 4.4 Relação Nominal dos membros do Colegiado de Curso..... | 24 |
| 4.5 Comissão de elaboração do projeto pedagógico do curso..... | 25 |
| 4.6 Histórico do curso: sua criação e trajetória..... | 26 |
| 5. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL..... | 28 |
| 6. FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DA UFT..... | 30 |
| 7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA | 31 |
| 7.1 Projeto Pedagógico do Curso..... | 31 |
| 7.2 Justificativa..... | 31 |
| 7.3 Objetivos do curso..... | 33 |
| 7.4 Perfil profissiográfico..... | 34 |
| 7.5 Mercado de trabalho..... | 35 |
| 7.6 Campo de atuação..... | 35 |
| 7.7 Áreas de atuação..... | 36 |
| 7.8 Competências, Atitudes e Habilidades..... | 37 |
| 7.9 Organização Curricular..... | 39 |
| 7.10 Atividades semipresenciais..... | 39 |
| 7.11 Matriz Curricular..... | 40 |
| 7.12 Conceituação dos componentes curriculares do Núcleo de Aprofundamento Curricular..... | 44 |
| 7.13 Dimensões curriculares..... | 44 |
| 7.14 Processo Migratório..... | 46 |
| 7.15 Disciplinas optativas..... | 46 |
| 7.16 Ementário das Disciplinas Obrigatórias..... | 48 |
| 7.17 Ementário das Disciplinas Optativas..... | 86 |
| 7.18 Atividades Complementares..... | 101 |
| 7.19 Estruturação do Estágio Supervisionado..... | 102 |
| 7.20 Diretrizes do Estágio Supervisionado..... | 103 |
| 7.21 Atividades Desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado..... | 104 |

| | |
|--|------------|
| 7.22 Atribuições do Estagiário..... | 104 |
| 7.23 Supervisão de Estágio Curricular..... | 104 |
| 7.24 Estágio Curricular Não-Obrigatório..... | 105 |
| 7.25 Metodologia..... | 106 |
| 7.26 Interface Pesquisa e Extensão..... | 106 |
| 7.27 Proposta para Pós-graduação..... | 108 |
| 7.28 Interface com programas de fortalecimento do ensino..... | 108 |
| 8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO..... | 109 |
| 9. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM..... | 111 |
| 9.1 Das avaliações e dos critérios de aprovação..... | 112 |
| 10. AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO..... | 112 |
| 11. AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA..... | 114 |
| 12. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO..... | 116 |
| 12.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente.. | 116 |
| 12.2 Regime de trabalho do corpo docente..... | 118 |
| 12.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)..... | 119 |
| 12.4 Corpo Técnico-Administrativo que atende ao Curso..... | 119 |
| 13. FUNDAMENTOS DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS..... | 119 |
| 14. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO..... | 120 |
| 14.1 Objetivos..... | 121 |
| 15. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS..... | 121 |
| REFERÊNCIAS..... | 132 |
| APÊNDICES..... | 134 |

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Câmpus de Tocantinópolis, cuja implantação aconteceu em fevereiro de 2015 e estava prevista nos documentos Institucionais aprovados nos Conselhos Superiores: Plano de Expansão do Câmpus para o decênio 2012-2022; Planejamento Estratégico para o período de 2014-2022 e o Plano de Desenvolvimento do Câmpus (PDC) 2016-2020.

A confecção deste projeto considerou as exigências da Resolução nº 2, de 01 de Julho de 2015, do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica; a Resolução nº 07, de 30 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT, vigência de 2016 a 2020, aprovado pela Resolução do CONSUNI nº 06, de 05 de abril de 2016, no qual está inserido o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que dentre outras orientações, estabelece alguns critérios acerca dos cursos de graduação a serem ofertados pela Universidade Federal do Tocantins.

Para elaboração do presente documento foi instituída uma Comissão formada por docentes do colegiado do curso de Licenciatura em Educação Física, além de discentes e técnicos administrativos da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Tocantinópolis. O presente projeto é a culminância de reflexões e discussões regulares, com a finalidade de aprimorar o curso pré-existente e adequá-lo às novas exigências do Ministério da Educação. Neste documento constam a missão, princípios, objetivos e metas, além das estratégias políticas e acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, para se alcançar um nível de excelência desejado.

A comissão responsável pela formulação desse projeto teve como objetivo propor uma estrutura curricular que esteja compatível com os anseios e aspirações da comunidade acadêmica e local. As disciplinas eletivas e optativas foram elaboradas mantendo como critério a necessidade de adequá-las ao perfil profissiográfico que atenda ao mercado de trabalho, com visão ampla da Licenciatura em Educação Física, permitindo ao estudante construir sua identidade.

Apresentaremos os aspectos históricos, valores, princípios, estrutura e infraestrutura do Câmpus Tocantinópolis, da Universidade Federal do Tocantins. Em seguida, faremos a contextualização histórica do curso de Licenciatura em Educação Física.

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor *pró-tempore* da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de Câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor *pró-tempore* o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre

Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/1995, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº 041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos Câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Com uma estrutura multicâmpus a UFT se encontra de norte a sul do Estado e conta com sete Câmpus, implantados nas cidades de: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Nesse período de 13 anos de existência, houve uma expressiva ampliação na área construída da Universidade, de 41.069,60m², em 2003, para mais de 146.000

m² em 2015. Em número de alunos passamos de 7.283 em 2003, para mais de 20.000 alunos em 2015.

A UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, a Universidade oferece 61 cursos de graduação presenciais oferecidos nos sete Câmpus. Na modalidade a distância são mais 26 cursos entre graduação, especialização e extensão; além de 17 programas de mestrado acadêmico; nove mestrados profissionais e seis de doutorados, reconhecidos pela Capes, e ainda vários cursos de especialização *lato sensu* presenciais, totalizando 982 docentes e 18.881 alunos.

O Câmpus de Tocantinópolis foi criado pelo decreto estadual nº. 252 de 21 de fevereiro de 1990, em conformidade com o disposto na lei nº 136/90 assegurou, à Universidade do Tocantins (UNITINS), recém-criada pela emenda provisória nº 075 de dezembro de 1989, a implantação de três Centros Universitários com sede em pontos estratégicos do estado, nas cidades de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, cujo Câmpus (Centros de extensão) foi instalado no antigo Centro de Formação de Professores Primário (CFPP) que, ao encerrar suas atividades de formação de professores no curso Normal de nível médio, transferiu parte de sua estrutura física e mobiliária para a Universidade.

No ano seguinte, os Centros já instalados passaram a implementar os cursos de Pedagogia para a formação de professores habilitados a lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro grau – nomenclatura da época) e nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Normal (magistério de nível). Em 24 de outubro de 1991 a Lei nº. 326 transformou a Universidade do Tocantins em autarquia e incorporou à sua estrutura a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano localizada na cidade de Porto Nacional e a Faculdade de Educação Ciências e Letras em Araguaína, e neste mesmo ano foram criados os Centros Universitários de Palmas, Paraíso e Miracema.

Em 1993, os Centros de Extensão foram transformados em Centros Integrados e foram criados os Centros Universitários de Gurupi e Colinas. A partir de 1996, a Universidade do Tocantins (UNITINS) já contava com dez Campi universitários: Arraias, Araguaína, Colinas, Gurupi, Guaraí, Miracema, Palmas, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis, além do Colégio Agrotécnico de Natividade, sendo reestruturada pela Lei 872/1996 que definiu o processo de extinção da Autarquia e a criação da Fundação Universidade do Tocantins, como instituição pública de direito privado.

Em 1998, houve uma movimentação no sentido de uma possível privatização da Universidade, mas a Lei nº. 1.042/1998 ampliou o prazo de extinção da autarquia por um

período de oito anos, definindo a transferência gradativa dos bens móveis e imóveis da autarquia para a Fundação Universidade do Tocantins, que se instalou com a proposição de fechamento de alguns *Campi*, dentre eles, o de Tocantinópolis. Tudo isso gerou uma grande movimentação em todos os Estados, sobretudo na região do Bico do Papagaio, pois o Câmpus de Tocantinópolis atendia toda a região tocantina que se estende do Norte do Tocantins ao sul dos estados do Maranhão e do Pará.

Em 2000, foi criada a Universidade Federal do Tocantins (UFT) pela Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000 e, em seguida, iniciou-se o processo de negociação entre a UNITINS e a recém-criada UFT. Em 2002, foi celebrado um acordo de cooperação entre as Universidades de modo que a UNITINS repassaria todas as suas instalações e cursos das cidades do interior e parte das instalações da capital para a UFT. Também foi cedido, por um ano, o corpo docente.

Em 2003, a UFT passou a implementar suas atividades definitivas nos sete Câmpus e realizou seu primeiro concurso para professores efetivos, começando então, a trabalhar com um corpo próprio. Vários concursos se sucederam para docentes e técnicos a fim de que a UFT criasse seu próprio quadro de servidores. Assim, o ano de 2003 foi considerado um marco da instalação da Universidade Federal do Tocantins, sendo maio, o mês de comemoração, embora haja uma polêmica de que a Universidade nasceu no ano 2000.

No Câmpus de Tocantinópolis, as atividades de ensino, extensão e pesquisa, continuam. No tocante ao ensino, o curso de Pedagogia continua sendo ofertado em formato regular, também assumindo a oferta de cursos de licenciatura na forma modular em Regime Especial tais como: Geografia, História, Letras, Ciências com habilitação em matemática, Química, Física e Biologia, Normal Superior e Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2006, foi criado o curso de Licenciatura em Ciências Sociais que iniciou a sua implementação em 2007, com uma grande aceitação por parte da população acadêmica da região. Aos poucos a demanda acadêmica para o curso foi baixando, mas a qualidade continuou mantida, de modo que recebeu uma boa avaliação do MEC.

Em 2013, o Câmpus concluiu seu Plano de Expansão (2012-2022), através do qual propõe a abertura de um conjunto de cursos de formação inicial, acadêmicos e tecnólogos, cursos de pós-graduação *lato sensu* a serem ofertados a partir de 2015 e programas de pós-graduação *stricto sensu* a partir de 2016. Nesse mesmo ano, por meio de edital específico, o Câmpus passou a ofertar o curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música.

A partir de 2014, a Universidade iniciou a construção de uma nova unidade na cidade

de Tocantinópolis, o qual foi apelidado de “Unidade Babaçu”, com a pretensão de ter seus primeiros prédios prontos já no final de 2015, uma vez que a Central já não tem espaços suficientes para comportar as demandas de pessoal e infraestrutura necessárias para a implantação dos três cursos que, dentro do Projeto de expansão, foram pactuados pelo MEC: Licenciatura em Educação Física, Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Tecnólogo em Construção de Edifícios. Dos três cursos pactuados, apenas o curso de Licenciatura em Educação Física iniciou suas atividades em 2015. O curso Tecnólogo em Construção de Edifícios ainda aguarda a construção e aprovação do Projeto Político Pedagógico para ser implantado. Ainda dentro do Plano de Desenvolvimento, o Câmpus está com o curso de Direito implantado e realizando as nomeações de alguns professores com a finalidade de iniciar a composição do Núcleo Docente Estruturante.

Em 2015, as obras da Unidade Babaçu foram paralisadas, mas retomaram em 2017, bem como a Unidade Central está sendo ampliada com mais dois prédios, espaços suficientes para levar a termo seu plano de consolidação através da implantação dos cursos pactuados. Em 2016, o Plano de Desenvolvimento reafirma a identidade do Câmpus, através de sua missão, visão, valores e do projeto de expansão.

2.2 A Universidade Federal do Tocantins no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem a qualidade de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicampi, possui sete câmpus universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses Câmpus, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas,

Educação, Exatas, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida.

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

O mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos também é objeto de pesquisa e formação por parte da Universidade.

Com aproximadamente vinte mil alunos, em sete Câmpus universitários, a UFT é uma Universidade multicâmpus, localizada em regiões estratégicas do estado do Tocantins, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito, em diversos níveis.

Em Tocantinópolis, a inserção da Universidade faz-se mediante a representação histórica da região do Bico do Papagaio, no que se refere às particularidades de sua localização de fronteira, bem como da diversidade social e étnica dos grupos humanos aqui residentes, acrescida ainda da biodiversidade dos recursos naturais.

A realidade socioeconômica de Tocantinópolis indica a necessidade de um tratamento diferenciado e específico por parte dos gestores públicos. No tocante à Universidade, deve-se buscar uma política de implementação de cursos que tenham em conta três fatores básicos: 1) demanda e envolvimento da população; 2) necessidade da atuação de profissionais no contexto local; e 3) mercado de trabalho. A conjugação desses três elementos permitirá um melhor desempenho dos cursos e uma ação da Universidade que, realmente, tenha impactos positivos no contexto social local.

2.3 Caracterização Educacional da Região

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), no Estado do Tocantins existem 1.475 escolas de ensino fundamental; 304 escolas de ensino médio, sendo 257 públicas, totalizando 63.507 matrículas.

O índice de analfabetismo de 10 a 14 anos era de 1,9 %, e de 15 anos ou mais, de 12,2% (IBGE, 2011). O estado ocupa a 13^o posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos Estados brasileiros, com uma média de 4,3, ficando apenas dois décimos abaixo da média nacional avaliada em 4,5.

Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins ocupa a segunda posição da região norte, com uma média de 27% de aprendizagem em português, na competência de leitura e 18,5% de aprendizagem em matemática, na competência de resolução de problemas. O índice nacional é de 31,5% e 23%, para português e matemática, respectivamente.

O Estado conta com 26 instituições de Ensino Superior, sendo que destas apenas duas são públicas, UFT e UNITINS, e 47 mil estudantes matriculados no Ensino Superior, registrados em 2013. A evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 26,8% na

rede privada e 13,5% na pública. Já os cursos a distância (EAD), apresentaram uma taxa de evasão de 26,5% na rede privada e 10,6% na pública (SEMESP, 2015).

Em 2013, o Estado do Tocantins foi responsável pela formação de 16 mil estudantes universitários, sendo 5,6 mil em cursos presenciais e 10,6 mil em cursos EAD. No mesmo ano, o Estado registrou 55 mil empregados com carteira assinada, de Ensino Superior completo (SEMESP, 2015).

O câmpus da UFT na cidade de Tocantinópolis é um dos grandes marcos do desenvolvimento educacional da região do Bico do Papagaio, sendo muitas vezes citada como sendo uma instituição de referência por aqueles que estão buscando se qualificar tendo em vista o desenvolvimento da região. Os cursos ofertados atingem um raio para além das fronteiras do estado do Tocantins e o curso de Licenciatura em Educação Física traz uma visibilidade ainda maior ao Câmpus e inserção mais efetiva da Universidade Federal do Tocantins em toda a mesorregião tocantina.

2.4 O perfil institucional

O perfil de uma instituição se fundamenta em princípios que orientam as suas ações e caracterizam a sua visão de mundo, sua missão, valores e fortalece a sua identidade social. Assim, ao definir a sua missão a Universidade e, no caso, o câmpus de Tocantinópolis, deve levar em conta o contexto regional, considerando o seu alcance e a sua capacidade de formar cidadãos éticos, responsáveis e comprometidos com as transformações sociais e com os processos de inclusão.

O Planejamento Estratégico - PE (2014 – 2022) e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2016) definem que a missão da UFT é “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.” E, como visão estratégica “ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.”

Ratificando os termos do Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2016) e com vistas à consecução da **missão institucional**, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, bem como os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverá estar voltada para:

- O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição (PPI, 2016).

O câmpus Universitário de Tocantinópolis, partindo deste contexto institucional, definiu sua missão, sua visão e seus valores, no momento em que materializava seu Planejamento Estratégico (2014-2022) e os reafirma no Plano de Desenvolvimento do Câmpus – PDC (2016- 2020), conforme segue:

- Missão: promover ações de Educação Superior por meio de ensino, pesquisa e extensão na região tocantina, produzindo e difundindo conhecimento com qualidade técnica, política, humana e responsabilidade socioambiental e cultural.
- Visão: consolidar o Câmpus de Tocantinópolis da UFT como referência em ensino, pesquisa e extensão para a o desenvolvimento da região tocantina, através dos cursos de graduação e pós-graduação (Lato e Stricto Sensu) até 2020.
- Valores:
 - Responsabilidade social, cultural e ambiental;
 - Democracia, Ética e Transparência;
 - Preocupação com o desenvolvimento humano;
 - Gestão participativa;
 - Respeito aos direitos humanos e à diversidade;

- Compromisso com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

A organização administrativa da UFT se dá por meio da Administração Superior e das Unidades Administrativas.

Conforme alterações do Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, pela Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI nº 16 de 19 de novembro de 2015, a Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico da UFT são os seguintes:

Segundo o Art. 8º do Estatuto Fundação Universidade Federal do Tocantins são órgãos da Administração Superior:

- I - Assembleia Universitária;
- II - Conselho Universitário;
- III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV - Reitoria;
- V - Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT).

Cada unidade universitária (Câmpus) é composta por um Conselho Diretor, Colegiados e Coordenadores de Cursos.

3.1 Assembleia universitária

Art. 9º. A Assembleia Universitária será constituída:

- I - Pelos membros do corpo docente;
- II - Pelos membros do corpo discente;
- III - Pelos membros do corpo técnico-administrativo.

Parágrafo Único. A Assembleia Universitária será dirigida por uma mesa diretora presidida pelo Reitor.

3.2 Conselho universitário - CONSUNI

Art. 12. O Conselho Universitário é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a atuar como instância de deliberação superior e de recurso.

O Conselho Universitário será constituído pelo:

- I – Reitor, que será seu presidente;
- II – Vice-reitor;
- III – Pró-reitores;
- IV – Diretores de Câmpus;
- V – 04 (quatro) representantes da comunidade docente;
- VI – 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente;
- VII – 15% (quinze por cento) de técnico-administrativos tendo como referência a representação docente.

3.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE

Art. 15. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica.

Parágrafo Único - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a seguinte constituição:

- I - Reitor, que será seu Presidente;
- II – Vice-reitor;
- III – Pró-reitores;
- IV - Coordenadores de cursos de graduação presencial e a distância e de pós-graduação *stricto sensu*;
- V – 02 (dois) representantes da categoria docente;
- VI - 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente;
- VII - 15% (quinze por cento) de técnicos administrativos tendo como referência a representação docente.

3.4 Reitoria

Art. 17. A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão de poder executivo, de coordenação, de fiscalização e de superintendência das atividades universitárias, tendo a seguinte composição:

- I - Gabinete do Reitor;
- II - Gabinete do Vice-reitor;
- III - Pró-reitorias;
- IV - Procuradoria Jurídica;

- V – Assessorias Especiais;
- VI – Diretorias;
- VII – Prefeitura Universitária;
- VIII – Copese;
- IX – Hospitais Universitários;
- X – Institutos;
- XI – Fundação de Pesquisa;
- XII – Editora Universitária.

Parágrafo Único - O Regimento Geral da Universidade disporá sobre a estrutura e a competência dos setores que compõem a Reitoria.

3.5 Conselho de desenvolvimento da Universidade Federal do Tocantins - CONDUFT

Art. 22 - O Conselho de Desenvolvimento da UFT é um órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins.

Parágrafo Único - O Conselho de Desenvolvimento da UFT tem a seguinte constituição:

- I - o Reitor, que será seu presidente;
- II - um representante do setor industrial do Estado do Tocantins;
- III - um representante do setor de comércio e serviços;
- IV - um representante agropecuário do Estado;
- V - um representante das pequenas e microempresas;
- VI - um representante da imprensa;
- VII - um representante do Governo do Estado;
- VIII - um representante do Legislativo do Tocantins;
- IX - um representante do Sindicato dos Trabalhadores;
- X - um representante do fórum dos movimentos sociais;
- XI - um representante dos discentes;
- XII - um representante dos docentes;
- XIII - um representante dos técnico-administrativos. (NR)

Art. 23 - O Conselho de Desenvolvimento da UFT se reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo Reitor.

3.6 Unidades universitárias

De acordo com o Art. 3º do Estatuto da UFT, para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Fundação Universidade Federal do Tocantins estruturar-se-á em câmpus universitários, unidades perfeitamente definidas, com funções próprias e organização semelhante, instituídos como órgãos abertos a toda a entidade.

A UFT possui na sua estrutura sete unidades universitárias denominadas de *câmpus* que, conforme prevê o Art. 24 do Estatuto, obedecerão às normas fixadas no Regimento Geral da Universidade e nos seus próprios regimentos.

3.7 Conselho diretor do câmpus

O Conselho Diretor do Câmpus é o órgão máximo dentro do câmpus com funções deliberativas e consultivas com poderes para definir as políticas de gestão administrativa e para o ensino, a pesquisa, a cultura e a extensão, através dos GTs regulamentados. Em matéria administrativa, que de acordo com o Art. 25 do Estatuto, tem a seguinte composição:

I - Pelo Diretor do Câmpus, seu presidente

II – Vice-Diretor;

III – Pelos Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*;

IV – 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente;

V - 15% (quinze por cento) de servidores técnico-administrativos tendo como referência a representação docente;

§1º O Conselho Diretor do Câmpus a seu critério, poderá seguir a mesma normativa do CONSEPE no que se refere a sua composição.

3.7.1 Composição do conselho diretor do câmpus de tocaninópolis

1. Diretora do Câmpus (Presidente do Conselho);
2. Coordenador do curso de Ciências Sociais;
3. Coordenador do curso de Educação do Campo;
4. Coordenador do curso de Educação Física;
5. Coordenador do curso de Pedagogia;
6. Um representante dos Técnicos Administrativos;
7. Um representante dos docentes;
8. Um representante discente do curso de Ciências Sociais;

9. Um representante discente do curso de Educação do Campo;
10. Um representante discente do curso de Educação Física;
11. Um representante discente do curso de Pedagogia.

3.8 Direção do Câmpus

A Direção do câmpus é exercida por um docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus, permitida a recondução por uma única vez.

Art. 30 - São atribuições do Diretor de Câmpus:

I - administrar o Câmpus;

II - representar o Câmpus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta representação não couber a outro membro do Câmpus por disposição regimental;

III - promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Câmpus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;

IV - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Câmpus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;

V - integrar o Conselho Universitário;

VI - encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Câmpus;

VII - apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Câmpus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;

VIII - delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto;

IX - exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência e representar, perante o Reitor, contra irregularidades ou atos de indisciplina;

X - exercer o controle disciplinar do pessoal pertencente ou ocasionalmente vinculado ao Câmpus;

XI - determinar a abertura de sindicância;

XII - superintender, coordenar e fiscalizar as atividades do Câmpus, executando e fazendo executar as disposições estatutárias e regimentais, assim como qualquer outra determinação emitida pelos órgãos superiores da Universidade;

XIII - deliberar sobre a distribuição das tarefas docentes e de pesquisa, quando, por

qualquer motivo, não o tenha feito o Conselho Diretor de Câmpus;

XIV - solicitar ao órgão competente da administração universitária os recursos de pessoal e material de que necessitar o Câmpus;

XV - convocar e presidir as reuniões para a eleição dos Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

3.9 Colegiados de Cursos

Os colegiados são órgãos compostos por docentes e discentes do curso destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do Regimento da UFT.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;

III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV - opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;

V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;

VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX - propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;

X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

3.10 Coordenação de curso

A coordenação de curso é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do Regimento da UFT.

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos compete:

I - representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II - presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;

III - propor ao Diretor do Câmpus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Câmpus;

IV - responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V - expedir instruções referentes aos cursos;

VI - representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

4.1 Dados do curso

Nome: Educação Física

Habilitação: Licenciatura em Educação Física.

Modalidade: Presencial

Regime de matrícula: Semestral

Forma de ingresso: Uma entrada anual

Titulação conferida: Licenciado em Educação Física

Endereço do curso: Rua 6 s/n, Bairro Vila Santa Rita, Câmpus Universitário de Tocantinópolis – Unidade Babaçu, Tocantinópolis - TO CEP: 77900-000

Ato Legal de Reconhecimento do Curso: Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 19/2013 – PORTARIA nº 23

Número de Vagas: 40 vagas anuais

Turno de Funcionamento: noturno

Dimensão das turmas teóricas e práticas: 40 alunos por ano

Duração do curso: mínimo oito semestres letivos e máximo 12 (doze) semestres

Carga horária prevista no Projeto Pedagógico:

- Total do Eixo Formação Prática: 675 horas
- Atividades Complementares: 210 horas
- Carga Horária Total do Curso: 3.225 horas

4.2 Direção do câmpus

Professor Dr. Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo para o pleito 2018/2022

4.3 Coordenação do curso

Na UFT, a coordenação acadêmica dos cursos é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste Projeto Pedagógico de Curso. Neste sentido, os cursos possuem uma instância colegiada, composta por todos os seus professores, por representantes estudantis e de técnicos administrativos, que define, acompanha e avalia as questões relativas ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão. O Curso Superior de Licenciatura em Educação Física está organizado dentro desta mesma lógica.

A Coordenação do curso e a coordenação substituta deverão ser eleitas pelo Colegiado de curso atendendo às seguintes exigências: ser docente Mestre ou Doutor na área de Educação Física ou em área que tenha afinidade ao curso, conforme determina o Estatuto e Regimento da UFT, com mandato de dois anos.

Portanto, a coordenação e vice-coordenação do curso eleita pelo colegiado do curso para o pleito de 2017/2019 foi a professora Ma. Orranette Pereira Padilhas (coordenadora) e professora Marilene Soares da Silva (coordenadora substituta).

4.4 Relação Nominal dos membros do Colegiado de Curso

O Curso Superior de Licenciatura em Educação Física, do Câmpus de Tocantinópolis, encontra-se em formação, estando prevista a contratação de 20 docentes para compor o quadro efetivo, sendo 16 em regime de trabalho de dedicação exclusiva e quatro em

regime de 20 horas, conforme disciplina a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e suas alterações que regulamentam a Carreira do Magistério Superior Federal. A justificativa para se manter docentes com carga horária de até 20 horas, se deve ao fato do curso requerer profissionais que estejam no pleno exercício da prática docente na Educação Básica, o que os capacita diante de disciplinas Práticas.

Na tabela 1 consta a relação nominal dos membros do colegiado do curso de Licenciatura em Educação Física.

Tabela 1. Membros do colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis

| Membro | Titulação | Ano entrada |
|-------------------------------------|------------------------|--------------------|
| Adriano Filipe Barreto Grangeiro | Doutor | 2015 |
| Leandro Ferraz | Doutor | 2015 |
| Carliene Freitas da Silva Bernardes | Mestre | 2015 |
| Joana Marcela Sales de Lucena | Mestre | 2016 |
| Orranette Pereira Padilhas | Mestre | 2016 |
| Marilene Soares da Silva | Mestre | 2016 |
| Rubens Vinícius Letieri | Doutor | 2017 |
| Alessandra Araújo de Souza | Mestre | 2017 |
| Mayrhone José Abrantes Farias | Doutor | 2018 |
| Adriano Lopes de Souza | Doutor | 2018 |
| Bruno Fernandes Antunes | Mestre | 2018 |
| Bethânia Alves Costas Zandominegue | Doutora | 2019 |
| Kenneth Anderson | Representante discente | 2017 |

Fonte: O colegiado.

4.5 Comissão de elaboração do projeto pedagógico do curso

Professora Mestra Joana Marcela Sales de Lucena, matrícula SIAPE nº 2279647

Professora Mestra Orranette Pereira Padilhas, matrícula SIAPE nº 1253698

Professora Mestra Carliene Freitas da Silva Bernardes, matrícula SIAPE nº 2223722

Professora Mestra Marilene Soares da Silva, matrícula SIAPE nº 2655831

Professora Mestra Alessandra Araújo de Souza, matrícula SIAPE nº 1287218

Professor Doutor Rubens Vinicius Letieri, matrícula SIAPE nº 2389912

Técnica Administrativa Marcelina Miranda, matrícula SIAPE nº 2302644

4.6 Histórico do curso: sua criação e trajetória

Nas últimas décadas temos visto um novo modelo de vida onde as pessoas passam muito tempo em frente ao computador e a televisão, a produção de novos alimentos industrializados e compostos alimentares feitos em laboratórios associados à correria da vida diária favoreceu a criação de novos hábitos alimentares consequentemente, provocando uma vivência sedentária que marca as relações cotidianas de crianças e adultos na sociedade capitalista.

Neste cenário, as pesquisas a respeito da qualidade de vida das pessoas ganharam destaque na contemporaneidade e nesse sentido, uma compreensão que se propaga está relacionada à contribuição das atividades físicas e das práticas esportivas para a melhoria da qualidade de vida da população no que se refere ao bem-estar físico, social e emocional. Os estudos na área mostram que a prática regular de exercícios físicos traz benefícios que se destinam à melhoria da força e do tônus muscular e da flexibilidade, fortalecimento dos ossos e das articulações, ajudando a diminuir a obesidade e os riscos de doenças cardiovasculares, bem como pode ajudar no desenvolvimento das habilidades psicomotoras e cognitivas. É comprovado também que a prática de atividade física deve ser uma atitude a ser adotado por todas as idades.

Apesar da atividade física, pelos seus efeitos sobre a saúde do ser humano e formação do cidadão, prestar significativas contribuições para o bem-estar de todos que a praticam e primam por um estilo de vida saudável e qualidade de vida, tais questões remetem aos objetos de estudo da área de Educação Física nas mais diversas perspectivas, como a biológica, psicológica, social e cultural.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Educação Física (Res. nº 7/2004), três dimensões interdependentes caracterizam o curso: a dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas; a dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional e a dimensão da intervenção acadêmico-profissional. Estas dimensões envolvem a vivência de atividades esportivas e recreativas como forma de acesso e prevenção de questões ligadas à saúde física, mental e à preservação de aspectos culturais; pesquisas que resultem na intervenção acadêmico-profissional na referida área; assim como a participação, assessoria, coordenação, liderança e gerenciamento de equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte e da educação. Percebe-se, assim, que a formação do profissional da área de Educação Física é muito mais ampla e complexa do que comumente se imagina.

No caso do curso proposto, o foco é a Educação Física Escolar, cuja prática pedagógica estará voltada para as atividades físicas e desportivas representadas pelos movimentos corporais

como: jogos, danças, lutas, ginásticas, esportes, brincadeiras, com sentido educativo, preventivo e de reabilitação. Tem como meta a formação de um profissional, cujos valores éticos, morais e políticos estão comprometidos com a articulação entre educação e saúde, fundadas nos aspectos da competência pedagógica e científica da Educação Física em benefício da melhoria das condições de saúde da população, tal como está proposto na Resolução CNE nº 7/2004, em seu Art. 3º:

Área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Ratifica-se então que o saber que se exige do profissional de Educação Física para a promoção da saúde não se limita ao conhecimento dos aspectos físico-corporais, mas se inscreve num contexto sociocultural, exigindo uma formação multidisciplinar.

Diante do exposto, a reflexão do Câmpus de Tocantinópolis sobre a possibilidade da criação de novos cursos, atentando para a demanda social, as condições de oferta em termos de infraestrutura física e de recursos humanos necessários; e, como um desejo da comunidade Tocantinopolina por um curso que viesse ao encontro das necessidades da cidade, tendo como objetivo a qualidade de vida da população através de atividades físicas, surgiu o curso de Licenciatura em Educação Física no processo de expansão do Câmpus Universitário de Tocantinópolis.

O Câmpus de Tocantinópolis apresenta um histórico de discussões voltadas à área da educação, uma vez que nele existe o curso de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo. Assim, verificando a demanda local por formação docente na área de Educação Física, uma comissão foi designada para a estruturação e elaboração do Projeto Político Pedagógico deste curso de Licenciatura no ano de 2014, composta pelos membros: Profa. Klívia de Cássia Silva Nunes (Curso de Ciências Sociais); Prof. Marco Aurélio Gomes de Oliveira (Curso de Pedagogia); Klisma de Sousa Martins (Acadêmico de Ciências Sociais) e Marcélio Martins Campos (Secretário Acadêmico).

Após aprovação do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Física (Resolução CONSEPE nº 20 de 24/09/2014) e de sua autorização no Ministério da Educação (Portaria 19 de 13/12/2013), o curso iniciou suas atividades em 2015, com a abertura

de Concurso Público para compor o quadro de professores efetivos do curso, bem como a disponibilização de vagas no SISU/ME para a composição da primeira turma de discentes.

Atualmente, o curso de Licenciatura em Educação Física atende, aproximadamente, 120 alunos ingressantes no ano de 2015, 2016 e 2017, dentro de um contexto de constantes desafios, sendo um deles a incipiente constituição da infraestrutura do curso, como os laboratórios, biblioteca e materiais didáticos-pedagógicos.

5. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Este Projeto Político Pedagógico está orientado com base no Projeto Político Institucional (PPI 2018-2022) da Universidade Federal do Tocantins – UFT, portanto considera as tendências contemporâneas que orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária.

A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando. A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso se efetiva de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções,

opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia *quantidade x qualidade*, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria – prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- A democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- O deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino-aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- O futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões

prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;

- A superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- A formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- A aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- A transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- O desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- O ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

6. FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DA UFT

Este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, relativizando o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também

sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudios-visuais e de plataformas digitais.

7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

7.1 Projeto Pedagógico do Curso

A organização didático-pedagógica do curso de Licenciatura em Educação Física da UFT tem como base conceitual e estrutural as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Educação Física (Resolução CNE nº 07/2004) e as Diretrizes para os cursos de Licenciatura (Resolução CNE 02/2015). Pretende-se com isso, garantir um efeito didático no encaminhamento dessa proposta curricular.

7.2 Justificativa

O referido curso se faz necessário na região do Bico do Papagaio - TO por apresentar um déficit de profissionais formados para trabalhar com as disciplinas de educação física escolar. Raras são as escolas que podem contar com a presença de um professor formado na área. Conforme dados de 2012 disponibilizados pela Diretoria Regional de Ensino de Tocantinópolis, constatou-se que nos 11 municípios que compõe esta regional, existem 12 professores formados na área e 17 professores sem a habilitação necessária atuando nas 34 escolas da regional. Vemos então que a maioria dos professores que assumem essa disciplina possui outras formações, o que prejudica a realização de um trabalho que atenda a perspectiva de uma verdadeira educação física.

Outro dado importante que foi considerado na proposição do referido curso diz respeito ao levantamento realizado em 2008 objetivando o oferecimento de cursos de graduação pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), os dados apontavam na época que havia no Tocantins uma demanda de 1.035 professores que já atuavam como professores de educação física sem a devida formação. Cruzando estes dados com outra pesquisa realizada em 2010, por professores do Câmpus de Tocantinópolis, nas três escolas de

Ensino Médio do município, a Educação Física aparece entre os dez principais cursos pretendidos pelos estudantes entrevistados, ficando em 5º lugar na preferência como primeira opção de curso de graduação e 2º lugar como segunda opção.

Em pesquisa realizada no site do E-mec¹ observou-se a existência de 09 de Instituições que ofertam o curso de Educação Física, sendo: 02 à distância (UNB e Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR); 07 presenciais (Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP, Centro Universitário – UNIRG, Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC, Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Palmas – FAHESA/ITPAC, Faculdade de Educação Física de Araguaína – ITPAC, Faculdade de Palmas – FAPAL, Universidade Federal do Tocantins – UFT/PARFOR/Câmpus de Miracema). Vale ressaltar que o curso da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Palmas – FAHESA/ITPAC encontra-se em análise pelo MEC. E das nove Instituições três ofertam o curso com as habilitações Bacharelado e Licenciatura (CEULP, CEUCLAR e UNIRG). Outro dado importante a ser observado é que com exceção das Universidades UNB e UFT as demais são de iniciativa privada.

Além disso, dos 24 cursos ofertados na região do Bico do Papagaio², este será o primeiro a ser implantado em uma Instituição Pública, Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus de Tocantinópolis, na modalidade presencial. O que representaria o atendimento a uma categoria de estudantes que economicamente encontra-se impossibilitada de optar por tais cursos já existentes.

Justifica-se ainda a relevância de tal curso em virtude da abrangência do campo de atuação do profissional de Educação Física, a saber:

- A docência na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (ciclos I e II), no Ensino Médio, assim como em Educação Profissional;
- A produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
- As atividades de orientação da prática esportiva em locais como academias, associações, etc.

A Educação Física se insere assim, em espaços escolares e não escolares, que na região

¹ Disponível no site: <http://emec.mec.gov.br/>. Acessado em 19/03/2019.

² A Mesorregião do Bico do Papagaio compreende 66 municípios – 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 km² e com população de 1.436.788 habitantes. Disponível no site: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bico_papagaio.pdf. Acessado em 22/03/2019. O Território Bico Do Papagaio - TO abrange uma área de 15.852,60 Km² e é composto por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguaatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Tocantinópolis, Axixá do Tocantins, Nazaré, Riachinho, Sampaio e Sítio Novo do Tocantins.

do Bico do Papagaio existem, como: academias para o público em geral (I9 Fitness; Corpus Ativos, Equilíbrio); para pessoas da terceira idade (Academia da Melhor Idade – AMI), programas estaduais como PETI, CREAS, CRAS, APAE, Centro Esportivo, etc., que também justificam a implantação do curso, pois há carência de profissionais da área, isto faz a necessidade no futuro de se criar também o curso de bacharelado.

Desta forma, o Curso de Educação Física da UFT/Tocantinópolis tem como proposta primar pela qualificação do futuro profissional, buscando na interdisciplinaridade e na tríade pesquisa, ensino e extensão, a articulação de ações e desenvolvimento do conhecimento científico, para proporcionar uma formação pautada na visão cultural abrangente e solidamente estruturada.

Confluindo assim para a consecução da missão e visão estratégica da UFT que remete a produção e difusão de conhecimentos que formarão profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (PDI, 2007³). Para uma maior compreensão da proposta do curso de Educação Física, faz-se necessário conhecer o campo de atuação do Licenciado e os objetivos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

7.3 Objetivos do curso

Objetivo Geral

Formar licenciados em Educação Física, com características generalistas, humanistas e capacidade de atuar na Educação Básica, de forma autônoma, com competência técnico - científica, comportamento ético, reflexão crítico-filosófica, democráticas e com responsabilidade social.

Objetivos Específicos

- Respeitar os princípios éticos, filosóficos e morais que norteiam a intervenção profissional em Educação Física;
- Formar licenciados aptos a planejar, supervisionar e gerenciar os recursos humanos, as instalações, equipamentos, materiais técnicos, informações e procedimentos didáticos a partir das necessidades advindas do âmbito escolar na Educação Básica;
- Desenvolver práticas pedagógicas pautadas em abordagem interdisciplinar, de forma a contribuir para uma formação mais ampla do futuro profissional, na região do Bico do

³ Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Tocantins (2007-2011).

Papagaio. Operacionalizar as práticas docentes sustentadas em conceitos, procedimentos e atitudes específicas da Educação Física, valorizando as expressões do movimento humano;

- Estimular a aprendizagem contínua, por parte do licenciado, tanto na área de formação quanto na sua prática docente, assumindo responsabilidades e compromissos com a educação;
- Fomentar a investigação acadêmica, tendo em vista a formação de um profissional capaz de analisar e transformar a realidade, no contexto educacional, pautado na pesquisa científica que venha de encontro às necessidades e problemáticas da Educação Física na Educação Básica;
- Formar licenciados com capacidade de desenvolver práticas docentes em Educação Física, relacionando suas aulas com temas como a preservação do meio ambiente, as questões étnico-raciais, a inclusão de pessoas com deficiência e as relações de gênero.

7.4 Perfil profissiográfico

A Área de Educação Física tem passado por importantes debates ao longo das últimas décadas, que trouxeram para o centro das reflexões a compreensão do movimento humano em sua relação com a totalidade social e cultural. Essas questões problematizaram o caráter subserviente da Educação Física ao longo do século XX e as concepções presentes, de fundamento higienista, militarista, competitivista etc., contrapondo-se a uma concepção baseada na compreensão crítica do movimento humano, em suas diferentes dimensões (física, esportiva, recreativa, de lazer, de trabalho etc.) e em sua relação com o contexto sociocultural mais amplo. As reflexões questionam o caráter predominantemente instrumental da formação em Educação Física, marcada pela moldagem de corpos atléticos e esportivos e pela estetização corporal, que equacionam corpo, ciência e mercado.

Esta concepção foi incorporada ao texto legal, ao estabelecer as diretrizes curriculares para os cursos na área da Educação Física. A Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, nº 07/2004, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física, graduação em Licenciatura e Bacharelado, estabelece no Art. 3º. que

a Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da

reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados as atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis objetiva formar o professor para atuar na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), qualificando-o para compreender, analisar e refletir criticamente sobre as diferentes expressões do movimento humano, do esporte educacional e das práticas de saúde e de lazer que interagem com a escola, a cultura e a sociedade.

O perfil profissiográfico está de acordo com a Resolução do CNE 07/2004, Art. 4º, que prevê que o profissional formado em Licenciatura em Educação Física

deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na Educação Básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

7.5 Mercado de trabalho

O Licenciado em Educação Física, terá como áreas de atuação os espaços e ambientes escolares nos diferentes níveis de ensino da Educação Básica e Educação Profissional. Portanto, poderá atuar em instituições de ensino na Educação Infantil, séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

7.6 Campo de atuação

Evidencia-se que as áreas de atuação do curso de Educação Física permitem selecionar as competências e habilidades necessárias para um profissional com formação generalista e abrangente e deve estar em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física, Resolução do CNE, nº 07/2004, o curso de Licenciatura passou a formar profissionais exclusivamente para a Educação Básica, ou seja, para atuar nas escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio, bem como para desempenhar atividades de planejamento, coordenação e supervisão de atividades pedagógicas do sistema formal de ensino. O licenciado poderá também atuar em pesquisas relacionadas ao ensino e suas interfaces com outras áreas de estudo.

Portanto, o Licenciado em Educação Física deverá estar capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional, desenvolvendo seu trabalho no magistério para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, e Ensino Médio. Sua função é promover a educação através das práticas esportivas, jogos, ginástica, lutas e expressões corporais, com o objetivo de evidenciar os aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento motor, cognitivo, psíquico e social. Em termos profissionais, a preparação do licenciado em Educação Física está orientada para sua atuação na escolarização básica, planejando, implementando e avaliando programas de Educação Física escolar, conforme a descrição das etapas abaixo:

7.7 Áreas de atuação

Educação Física Infantil

- Atuar nas creches e escolas públicas e privadas especializadas em Educação Infantil.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da Educação Básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas e recreativas nas diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo, motor e sócio-afetivo, bem como, atendendo as diversidades.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular e desenvolver habilidades de manipulação, locomoção, estabilização e sinestésicas para construir e aprimorar o repertório motor.

Educação Física no Ensino Fundamental

- Atuar no Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, em escolas públicas e/ou privadas.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da Educação Básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular, desenvolver habilidades motoras múltiplas e atividades complexas específicas vivenciadas por meio das práticas esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.

Educação Física no Ensino Médio

- Atuar no Ensino Médio em escolas públicas e/ou privadas

- Conhecer a estrutura e funcionamento da Educação Básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar programas de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.
- Planejar e executar programas de atividades de Educação Física para consolidar as habilidades motoras complexas e específicas.
- Conhecer e desenvolver jogos com caráter competitivo, cooperativo, recreativo, atividades rítmico-expressivas e atividades para aprimorar as capacidades físicas.
- Conhecer e aplicar metodologias do treinamento desportivo.
- Conhecer, orientar e desenvolver noções conceituais de esforço, intensidade e frequência nas práticas de atividades físicas.

7.8 Competências, Atitudes e Habilidades

As Competências e Habilidades do profissional de Educação Física estão de acordo com a Resolução CNE nº 02/2015 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Tal parecer determina que o profissional deve dominar os conhecimentos que fundamentam e orientam sua intervenção acadêmico-profissional, sendo imperioso que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação.

O graduado em Educação Física, além do domínio dos conhecimentos específicos para sua intervenção acadêmico-profissional deve, necessariamente, compreender as questões e as situações-problema envolvidas no seu trabalho, identificando-as e resolvendo-as. Precisa demonstrar autonomia para tomar decisões, bem como responsabilizar-se pelas opções feitas e pelos efeitos da sua intervenção acadêmico-profissional. Precisa também avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua, bem como interagir cooperativamente tanto com a comunidade acadêmico-profissional, quanto com a sociedade em geral.

A aquisição das competências e das habilidades requeridas na formação do graduado em Educação Física deverá ocorrer a partir de experiências de interação teoria-prática, em que toda a sistematização teórica deve ser articulada com as situações de intervenção acadêmico-profissional e que estas sejam balizadas por posicionamentos reflexivos que tenham consistência e coerência conceitual. As competências não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, nem no estritamente instrumental. É imprescindível, portanto, que haja coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e as necessidades de formação, de ampliação e de enriquecimento cultural das pessoas.

Sendo assim, a visão de competência deve ser compreendida além das dimensões do fazer, do saber fazer ou do saber intervir. O pressuposto dessas diretrizes identifica-se com uma concepção de currículo compreendido como processo de formação da competência humana histórica. Sendo assim, competência é, sobretudo, a condição de refazer permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando como instrumento o conhecimento inovador de perspectiva emancipadora.

Portanto, a formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades específicas:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural da sociedade, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção de problemas de agravo da saúde; promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiências, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da

formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins, mediante a análise crítica da literatura especializada, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação, de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

7.9 Organização Curricular

A proposta curricular do curso é composta por um conjunto de disciplinas na área de formação geral e humanística, para compreensão do espaço escolar e das práticas pedagógicas. Além disso, introduz disciplinas optativas, que poderão ser cursadas no próprio curso ou em áreas afins, desde que haja equivalência de conteúdo e carga horária. Esta organização curricular favorece a formação de linhas e de grupos de pesquisa que tenham interface com a formação de professores, integrando pesquisadores de áreas distintas em sua formação origem.

7.10 Atividades semipresenciais

O curso de graduação em Educação Física estabelece em sua respectiva estrutura curricular o oferecimento de disciplinas na modalidade semipresencial, contando com o suporte de recursos didáticos organizados em distintos suportes tecnológicos e da ciência da informação que utilizem novas mídias de comunicação, baseadas no Art. 81 da Lei nº 9.394 de 1996, desde que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, nos termos da Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004. A opção pela utilização semestral das disciplinas

semipresenciais, no caso específico o da utilização da Plataforma *Moodle*, está em consonância com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 15/2011, que dispõe sobre a regulamentação nas modalidades semipresencial e tutorial da Universidade Federal do Tocantins.

7.11 Matriz Curricular

A proposta pedagógica deste curso segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação superior em Educação Física (Resolução CNE nº 07/2004) e as Diretrizes para os cursos de Licenciatura (Resolução CNE nº 02/2015).

Vale ressaltar que o currículo do PPC de Educação Física atende também o Decreto nº 5.626/2005, com a inserção da disciplina de Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS na estrutura curricular, como disciplina obrigatória. Além disso, está contemplado no PPC a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade da inclusão dessas temáticas nos currículos da Educação Básica e Educação Superior. Assim, em atendimento à essas prerrogativas legais e, por entender a importância desses conhecimentos na formação do profissional da Educação Física, foi criada a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Quanto a abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11 e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002), foi destinada à disciplina de Educação Física e Meio Ambiente.

Desta forma, a organização curricular do Projeto foi elaborada com base na oferta por créditos, sendo que a maioria das disciplinas é constituída por 4 (quatro) créditos, com exceção de estágios e algumas disciplinas da dimensão pedagógica, conforme pode ser observado no Quadro 1. As disciplinas da dimensão pedagógica que têm carga horária de 75 horas ou 90 horas serão concluídas no sábado. A integralização da totalidade da carga horária deverá ser feita em, no mínimo, oito semestres (quatro anos) e, no máximo, 12 semestres (seis anos), perfazendo um total de carga horária de 3.225 horas. Assim, o Curso de Licenciatura em Educação Física será desenvolvido em oito semestres, com organização disciplinar disposta em até seis dias letivos (segunda a sexta-feira, turno noturno, e sábado, turno matutino) com a possibilidade de cinco a seis disciplinas semestrais.

Quadro 1 — Distribuição dos componentes curriculares obrigatórios e optativos e seus respectivos códigos, créditos, cargas horárias teórica, prática, de PCC (prática como componente curricular), carga horária total, pré-requisitos, núcleo e equivalências.

| Per . | Código UFT | Disciplinas | Créditos | CH Teórica | CH Prática | CH PCC | CH Total | Pré-requisitos | Núcleo | Dimensão | Equivalência Versão 2015 |
|-------|------------|--|----------|------------|------------|--------|----------|----------------|--------|---|--------------------------|
| 1 | 7EDFL001 | Anatomia Humana I | 4 | 30 | 30 | | 60 | | II | Biológica do Corpo Humano | 7EDF001 |
| 1 | 7EDFL002 | Leitura e Produção de Texto | 4 | 45 | 15 | | 60 | | I | Técnico-instrumental | 7EDF009 |
| 1 | 7EDFL003 | Fundamentos Filosóficos da Educação Física | 4 | 60 | | | 60 | | II | Relação Ser-Humano Sociedade | 7EDF004 |
| 1 | 7EDFL004 | História da Educação Física | 4 | 60 | | | 60 | | II | Relação Ser-Humano Sociedade | 7EDF008 |
| 1 | 7EDFL005 | Bases Pedagógicas de Jogos e Brincadeiras | 4 | 45 | | 15 | 60 | | II | Didático - pedagógico | 7EDF020 |
| 1 | 7EDFL006 | Biologia Aplicada à Educação Física | 4 | 60 | | | 60 | | I | Biológica do Corpo Humano | Não há |
| | | Subtotal | 24 | 300 | 45 | 15 | 360 | | | | |
| 2 | 7EDFL007 | Bases Pedagógicas da Dança Escolar | 6 | 30 | 30 | 30 | 90 | | II | Didático - pedagógico | 7EDF037 |
| 2 | 7EDFL008 | Crescimento Humano e Desenvolvimento Motor | 4 | 45 | 15 | | 60 | | II | Biológica do Corpo Humano | 7EDF013 |
| 2 | 7EDFL009 | Bases Pedagógicas do Atletismo | 6 | 30 | 30 | 30 | 90 | | II | Didático - pedagógico | 7EDF012 |
| 2 | 7EDFL010 | Fisiologia Humana | 4 | 45 | 15 | | 60 | | II | Biológica do Corpo Humano | 7EDF015 |
| 2 | 7EDFL011 | Anatomia Humana II | 4 | 30 | 30 | | 60 | 7EDFL001 | II | Biológica do Corpo Humano | 7EDF006 |
| | | Subtotal | 24 | 180 | 120 | 60 | 360 | | | | |
| 3 | 7EDFL012 | Aprendizagem Motora | 4 | 45 | 15 | | 60 | 7EDFL008 | II | Biológica do Corpo Humano | Não há |
| 3 | 7EDFL013 | Didática | 6 | 60 | | 30 | 90 | | I | Didático - pedagógico | 7EDF011 |
| 3 | 7EDFL014 | Psicologia da Educação | 6 | 60 | | 30 | 90 | | I | Didático - pedagógico | 7EDF019 |
| 3 | 7EDFL015 | Metodologia do Trabalho Científico | 4 | 45 | 15 | | 60 | | I | Produção do Conhecimento Científico e Tecnológico | 7EDF005 |
| 3 | 7EDFL016 | História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena | 4 | 60 | | | 60 | | I | Culturais do Movimento Humano | 7EDF002 |
| | | Subtotal | 24 | 270 | 30 | 60 | 360 | | | | |
| 4 | 7EDFL017 | Fisiologia do Exercício | 4 | 45 | 15 | | 60 | 7EDFL010 | II | Biológica do Corpo Humano | 7EDF027 |
| 4 | 7EDFL018 | Didática Aplicada à Educação Física | 4 | 60 | | | 60 | 7EDFL013 | II | Didático - pedagógico | Não há |
| 4 | 7EDFL019 | Bases Pedagógicas da Ginástica | 4 | 30 | | 30 | 60 | | II | Didático - pedagógico | 7EDF038 |
| 4 | 7EDFL020 | Educação Física Adaptada | 4 | 45 | | 15 | 60 | | II | Didático - pedagógico | 7EDF028 |
| 4 | 7EDFL021 | Higiene e Socorros de Urgência | 4 | 30 | 30 | | 60 | 7EDFL001 | II | Biológica do Corpo Humano | 7EDF010 |
| 4 | 7EDFL022 | Fundamentos Sócioantropológicos da Educação Física | 4 | 60 | | | 60 | | II | Relação Ser-Humano Sociedade | 7EDF018 |
| | | Subtotal | 24 | 270 | 45 | 45 | 360 | | | | |
| 5 | | Optativa I | 4 | 30 | 30 | | 60 | | III | | |
| 5 | 7EDFL023 | Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal | 4 | 30 | | 30 | 60 | | | Didático - pedagógico | 7EDF003 |

| | | | | | | | | | | | |
|---|----------|--|-----|------|-----|-----|------|---------------------|-----|---|---------|
| 5 | 7EDFL024 | Gestão e Políticas Públicas em Educação | 4 | 60 | | | 60 | | I | Técnico-instrumental | 7EDF024 |
| 5 | 7EDFL025 | Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano | 4 | 45 | 15 | | 60 | 7EDFL011 | II | Biológica do Corpo Humano | 7EDF016 |
| 5 | 7EDFL026 | Organização e Promoção de Eventos Escolares | 4 | 15 | | 45 | 60 | | II | Didático - pedagógico | Não há |
| 5 | 7EDFL027 | Estágio Curricular Supervisionado I em Educação Física - Educação Infantil | 7 | 45 | 60 | | 105 | 7EDFL018 e 7EDFL012 | | | 7EDF026 |
| | | Subtotal | 27 | 225 | 105 | 75 | 405 | | | | |
| 6 | 7EDFL028 | Trabalho de Conclusão de Curso I | 4 | 60 | | | 60 | 7EDFL015 | I | Produção do Conhecimento Científico e Tecnológico | 7EDF033 |
| 6 | 7EDFL029 | Bases Pedagógicas do Basquete e do Handebol | 4 | 15 | | 45 | 60 | | | Didático - pedagógico | 7EDF007 |
| 6 | 7EDFL030 | Cineantropometria | 4 | 45 | 15 | | 60 | 7EDFL017 | II | Técnico-instrumental | 7EDF025 |
| 6 | 7EDFL031 | Bases Pedagógicas do Voleibol | 4 | 15 | 15 | 30 | 60 | | II | Didático - pedagógico | 7EDF014 |
| 6 | | Optativa II | 4 | 45 | 15 | | 60 | | III | | |
| 6 | 7EDFL032 | Estágio Curricular Supervisionado II em Educação Física – 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental | 7 | 45 | 60 | | 105 | 7EDFL027 | | | 7EDF029 |
| | | Subtotal | 27 | 225 | 105 | 75 | 405 | | | | |
| 7 | 7EDFL033 | Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS | 4 | 30 | | 30 | 60 | | I | Didático - pedagógico | 7EDF021 |
| 7 | 7EDFL034 | Bases Pedagógicas das Lutas | 5 | 30 | 15 | 30 | 75 | | II | Didático - pedagógico | 7EDF031 |
| 7 | 7EDFL035 | Ética Aplicada à Educação Física | 4 | 60 | | | 60 | | I | Relação Ser-Humano Sociedade | 7EDF023 |
| 7 | | Optativa III | 4 | 45 | 15 | | 60 | | III | | |
| 7 | 7EDFL036 | Estágio Curricular Supervisionado III em Educação Física – 6º ao 9º do Ensino Fundamental | 7 | 45 | 60 | | 105 | 7EDFL032 | | | 7EDF032 |
| | | Subtotal | 24 | 210 | 90 | 60 | 360 | | | | |
| 8 | | Optativa IV | 3 | 45 | | | 45 | | III | | |
| 8 | 7EDFL037 | Educação Física e Meio Ambiente | 4 | 60 | | | 60 | | I | Relação Ser-Humano Sociedade | 7EDF022 |
| 8 | 7EDFL038 | Bases Pedagógicas das Atividades Aquáticas | 5 | 15 | 15 | 45 | 75 | | II | Didático - pedagógico | 7EDF034 |
| 8 | 7EDFL039 | Trabalho de Conclusão de Curso II | 4 | 15 | 45 | | 60 | 7EDFL028 | I | Produção do Conhecimento Científico e Tecnológico | 7EDF035 |
| 8 | 7EDFL040 | Bases Pedagógicas dos Esportes Radicais | 5 | 30 | 15 | 30 | 75 | | II | Didático - pedagógico | Não há |
| 8 | 7EDFL041 | Estágio Curricular Supervisionado IV em Educação Física – Ensino Médio | 6 | 30 | 60 | | 90 | 7EDFL036 | | | 7EDF036 |
| | | Subtotal | 27 | 195 | 135 | 75 | 405 | | | | |
| | | Atividades Complementares | 14 | | | | 210 | | III | | |
| | | Total Geral de Carga Horária de Disciplina | 201 | 1875 | 675 | 465 | 3015 | | | | |
| | | Total Geral do Curso | 215 | | | | 3225 | | | | |

| Código UFT | Disciplinas | Créditos | CH Teórica | CH Prática | CH Total |
|------------|---|----------|------------|------------|----------|
| 7EDFL042 | Aprendizagem e Motivação Humana | 4 | 45 | 15 | 60 |
| 7EDFL043 | Aprofundamento em Lutas (Judô) | 4 | 30 | 30 | 60 |
| 7EDFL044 | Bases pedagógicas da dança II | 4 | 30 | 30 | 60 |
| 7EDFL045 | Bases Pedagógicas das Modalidades Aquáticas II | 4 | 30 | 30 | 60 |
| 7EDFL046 | Bases Pedagógicas do Atletismo II | 4 | 30 | 30 | 60 |
| 7EDFL047 | Conteúdos sócio-afetivos aplicados à educação física | 4 | 60 | 0 | 60 |
| 7EDFL048 | Educação Física e Envelhecimento Humano | 4 | 60 | 0 | 60 |
| 7EDFL049 | Esportes de Raquete | 4 | 30 | 30 | 60 |
| 7EDFL050 | Estatística Aplicada à Educação Física | 4 | 45 | 15 | 60 |
| 7EDFL051 | Exercício Físico e Diabetes | 4 | 45 | 15 | 60 |
| 7EDFL052 | Exercício Físico e Reabilitação Cardíaca | 4 | 45 | 15 | 60 |
| 7EDFL053 | Fundamentos do treinamento de Força | 4 | 45 | 15 | 60 |
| 7EDFL054 | Jogos e brincadeiras para pessoas com deficiência | 4 | 30 | 30 | 60 |
| 7EDFL055 | Nutrição Aplicada à Educação Física | 4 | 45 | 15 | 60 |
| 7EDFL056 | Pesquisa qualitativa aplicada à Educação Física | 4 | 45 | 15 | 60 |
| 7EDFL057 | Programas Clínicos e Ambulatoriais em Educação Física | 4 | 45 | 15 | 60 |
| 7EDFL058 | Treinamento esportivo I | 4 | 30 | 30 | 60 |

| Composição da Carga Horária | CH Total |
|---|-----------------|
| Núcleo I | 780 |
| Núcleo II | 1485 |
| Núcleo III | 435 |
| Prática como componente curricular (PCC) | 465 |
| Estágio Curricular Supervisionado | 405 |
| Atividades complementares | 210 |
| Total do curso | 3225 |
| Dimensão pedagógica (Sem PCC) | 660 |
| Eixo da Formação Ampliada | CH Total |
| Dimensão da Relação Ser-Humano Sociedade | 300 |
| Dimensão da Biológica do Corpo Humano | 540 |
| Dimensão da Produção do Conhecimento Científico e Tecnológico | 180 |
| Eixo da Formação Específica | CH Total |
| Dimensão da Cultura do Movimento Humano | 60 |
| Dimensão Técnico – instrumental | 180 |
| Dimensão Didático - pedagógico | 1125 |

7.12 Conceituação dos componentes curriculares do Núcleo de Aprofundamento Curricular

- Componentes curriculares optativos: são componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico dentre um universo de possibilidades ofertadas pelo Curso de Educação Física da UFT e/ou outros cursos desta ou de outras instituições de ensino superior que tenham afinidade com a área de formação do educador físico e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino.
- Atividades complementares: trata-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto a Secretaria Acadêmica do Câmpus.

7.13 Dimensões curriculares

O PPC do curso de Educação Física está elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação superior em Educação Física (Resolução CNE nº 07/2004) e as Diretrizes para os cursos de Licenciatura (Resolução CNE nº 02/2015). Para tanto, os níveis de aprofundamento e distribuição das disciplinas estão organizados por dimensões de conhecimento de cada área.

Na prática, esta organização possibilita uma maior articulação entre os componentes curriculares de natureza interdisciplinar e integradora. Assim, deve proporcionar, durante todo o curso, a busca de formulações a partir dos grandes questionamentos, que devem estar representados nos objetivos gerais e específicos, nas disciplinas, interdisciplinas, projetos, atividades desenvolvidas no percurso acadêmico e nos trabalhos de conclusão do curso.

Por meio do ensino, extensão e da pesquisa, os alunos deverão refletir sobre a área de conhecimento numa perspectiva mais ampliada e contextualizada. Desta forma, com base na Resolução nº 07/2004, a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física está dividida em sete dimensões, distribuídas em duas **unidades de conhecimento** (Eixo): 1) formação ampliada; 2) formação específica:

- 1) **Formação ampliada:** deve compreender o estudo da relação do ser humano, em todos os ciclos vitais, com a sociedade, a natureza, a cultura e o trabalho. Deverá possibilitar uma formação cultural abrangente para a competência acadêmico

profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico afins e a especificidade da Educação Física. A formação ampliada compreende as seguintes áreas: a) Relação ser humano-sociedade; b) Biológica do corpo humano; c) Produção do conhecimento científico e tecnológico.

- 2) Formação específica:** abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física e deve contemplar as seguintes dimensões: a) Culturais do movimento humano b) Técnico-instrumental c) Didático-pedagógico

A distribuição das disciplinas obrigatórias de acordo com os eixos e dimensões curriculares está apresentada no Quadro 1, juntamente com os componentes curriculares obrigatórios divididos no núcleo I, II e III. O colegiado do curso de Licenciatura em Educação Física definiu que a carga horária das PCCs estará diretamente atrelada às disciplinas didático-pedagógicas.

O Quadro 2 sistematiza a distribuição dos conteúdos específicos da área de Educação aos componentes curriculares com maior aproximação temática.

Quadro 2 — Distribuição dos conteúdos específicos da área aos seus respectivos componentes curriculares.

| Componente Curricular | Conteúdos específicos da área |
|---|--|
| Didática | Fundamentos da Educação |
| Gestão e Políticas Públicas em Educação | Formação na Área de Políticas Públicas |
| Gestão e Políticas Públicas em Educação | Gestão da Educação, seus Fundamentos e Metodologias |
| Ética Aplicada à Educação Física | Direitos Humanos |
| História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena | Diversidade Étnico-Racial |
| Ética Aplicada à Educação Física | Diversidade de Gênero |
| Ética Aplicada à Educação Física | Diversidade Sexual |
| História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena | Diversidade Religiosa |
| Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) | Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) |
| Ética Aplicada à Educação Física | Diversidade de Faixa Geracional |
| Ética Aplicada à Educação Física | Educação Especial e Direitos Educacionais de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Sócioeducativas |

Fonte: O colegiado.

No Quadro 1, também estão apresentados **os pré-requisitos** para os componentes curriculares obrigatórios. Assim, os pré-requisitos são como seguem: 1) o discente deve estar aprovado na disciplina de Anatomia Humana I para matricular-se e cursar Anatomia II; 2) Estar aprovado em Crescimento e Desenvolvimento Motor para matricular-se cursar Aprendizagem Motora; 3) Estar aprovado em Fisiologia Humana para matricular-se e cursar Fisiologia do Exercício; 4) Estar aprovado em Didática para matricular-se e cursar Didática Aplicada à Educação Física; 5) Estar aprovado em Anatomia Humana I para matricular-se e cursar Higiene e Socorros de Urgência; 6) Estar aprovado em Anatomia Humana II para matricular-se e cursar Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano; 7) Estar aprovado em Didática Aplicada à Educação Física e Aprendizagem Motora para matricular-se e cursar Estágio Supervisionado I em Educação Física – Educação Infantil; 8) Estar aprovado em Metodologia do Trabalho Científico para matricular-se e cursar Trabalho de Conclusão de Curso I; 9) Estar aprovado em Fisiologia do Exercício para matricular-se e cursar Cineantropometria; 10) Estar aprovado em Estágio Curricular Supervisionado I em Educação Física - Educação Infantil para matricular-se e cursar Estágio Curricular Supervisionado II em Educação Física– 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental; 11) Estar aprovado em Estágio Curricular Supervisionado II em Educação Física – 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental para matricular-se e cursar Estágio Curricular Supervisionado III em Educação Física – 6º ao 9º do Ensino Fundamental; 12) Estar aprovado em Trabalho de Conclusão de Curso I para matricular-se e cursar Trabalho de Conclusão de Curso II; 13) Estágio Curricular Supervisionado III em Educação Física – 6º ao 9º do Ensino Fundamental para matricular-se e cursar Estágio Curricular Supervisionado IV em Educação Física – Ensino Médio.

7.14 Processo Migratório

Quanto ao processo de migração, ressalta-se que as turmas 2019.1 e 2020.1 serão submetidas ao processo de migração do Plano Pedagógico de Curso. Este processo não se aplica para as turmas 2015.1; 2016.1; 2017.1 e 2018.1, uma vez que tais turmas encontram-se nos dois últimos períodos do curso.

7.15 Disciplinas optativas

São componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico dentre um universo de possibilidades ofertadas pelo Curso de Educação Física da UFT e/ou outros cursos desta ou de

outras instituições de ensino superior que tenham afinidade com a área de formação do educador físico e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino. Compõem esta dimensão as disciplinas que podem ser ofertadas pelo Curso de Licenciatura em Educação Física de Tocantinópolis, conforme disponibilidade de professores e procura do corpo discente, apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Disciplinas Optativas Ofertadas pelo Curso de Licenciatura em Educação Física de Tocantinópolis.

| Disciplinas | Créditos | CH/T | CH/P | CH/Total |
|---|-----------------|-------------|-------------|-----------------|
| Aprendizagem e Motivação Humana | 4 | 45 | 15 | 60 |
| Aprofundamento em Lutas (Judô) | 4 | 30 | 30 | 60 |
| Bases pedagógicas da dança II | 4 | 30 | 30 | 60 |
| Bases Pedagógicas das Modalidades Aquáticas II | 4 | 30 | 30 | 60 |
| Bases Pedagógicas do Atletismo II | 4 | 30 | 30 | 60 |
| Conteúdos sócio-afetivos aplicados à educação física | 4 | 60 | 0 | 60 |
| Educação Física e Envelhecimento Humano | 4 | 60 | 0 | 60 |
| Esportes de Raquete | 4 | 30 | 30 | 60 |
| Estatística Aplicada à Educação Física | 4 | 45 | 15 | 60 |
| Exercício Físico e Diabetes | 4 | 45 | 15 | 60 |
| Exercício Físico e Reabilitação Cardíaca | 4 | 45 | 15 | 60 |
| Fundamentos do treinamento de Força | 4 | 45 | 15 | 60 |
| Jogos e brincadeiras para pessoas com deficiência | 4 | 30 | 30 | 60 |
| Nutrição Aplicada à Educação Física | 4 | 45 | 15 | 60 |
| Pesquisa qualitativa aplicada à Educação Física | 4 | 45 | 15 | 60 |
| Programas Clínicos e Ambulatoriais em Educação Física | 4 | 45 | 15 | 60 |
| Treinamento esportivo I | 4 | 30 | 30 | 60 |

Fonte: O colegiado.

7.16 Ementário das Disciplinas Obrigatórias

Anatomia Humana I

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Créditos: 4

Período: 1º

Ementa: estudo sobre anatomia em nível macroscópico descrevendo os aspectos morfofuncionais dos sistemas esquelético, articular, muscular, respiratório, circulatório e digestório procurando-se relacionar ao máximo com aplicação deste conhecimento em Educação Física.

Bibliografia Básica

DANGELO, J. G.; FATTINI, Carlos Américo. **Anatomia humana básica**. São Paulo: Atheneu, 2008.

NETTER, FRANK H. **Atlas de anatomia humana**. 5. ed. Paraná: Saraiva, 2011.

SOBOTTA, JOHANNES. **Atlas de anatomia humana**. 3 vols. 23ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Bibliografia Complementar

HARTWIG, W. C. **Fundamentos em anatomia**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MARQUES, E. C. M. **Anatomia e fisiologia humana**. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015.

PLATZER, W.; LEONHARDT, H.; KHALE, W. **Atlas da anatomia humana: aparelho de movimento**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2000.

SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. **Prometheus: atlas de anatomia - anatomia geral e aparelho locomotor**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006.

TORTORA, G. J. **Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Leitura e Produção de Texto

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Período: 1º

Ementa: abordagens teóricas sobre leitura e produção textual. Níveis e estratégias de leitura, práticas de leitura e de produção textual. Tipos de redação científica: fichamentos, resumos e resenhas. A escrita científica e o plágio acadêmico. Como preparar e realizar apresentações orais. Normalização de trabalhos acadêmicos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Bibliografia Básica

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P de P.; HOHENDORFF, J. V. (Org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724: 2011** informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 2016.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

REIZ, P. **Manual de técnicas de redação científica**. 4. ed. São Paulo: Hyria Editora, 2017.

Fundamentos Filosóficos da Educação Física

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Créditos: 4

Período: 1º

Ementa: Busca estudar o sentido e a finalidade da Filosofia aplicada a Educação Física. Identificando de forma crítica sob as várias dimensões da Educação Física a luz do pensamento filosófico. Abordagem histórico-filosófica do corpo; Abordagem da Educação Física e suas correntes filosófico-pedagógicas.

Bibliografia Básica

BARBOSA, C. L. A. **Educação física e filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FREIRE, J. B. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

MUNOZ, P. G. **Introdução à educação física: conceito, limites e possibilidades**. 2002.

Bibliografia Complementar

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 2000.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2009.

LARA, T. A. **Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 2. v.

MAGEE, B. **História da filosofia**. São Paulo: Loyola, 1998.

MUNOZ P. G. As Tendências pedagógicas em educação física e sua relação com as concepções idealistas e materialistas da história. **Motrivivência**, n. 4, 1993.

História da Educação Física

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Créditos: 4

Período: 1º

Ementa: Análise histórica da educação física e esporte em diversas épocas e sociedades, o período pré-clássico (Grécia e Roma), a idade média, o renascimento do século XVI aos nossos

dias. Análise historiográfica do pensamento na Educação Física no Brasil e estudo das políticas governamentais. Estudo da estruturação das Instituições formadoras dos profissionais em Educação Física, seu processo organizativo, suas entidades, suas formas de luta.

Bibliografia Básica

CASTELLANI FILHO, Lino. **A educação física no Brasil: a história que não se conta**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

Bibliografia Complementar

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001

GRIFI, G. **História da educação física e do esporte**. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1989.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Bases Pedagógicas dos Jogos e Brincadeiras

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 1º

Ementa: definições, classificações e significações dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Os jogos, brinquedos e brincadeiras no processo de formação do indivíduo. Os jogos, brinquedos e as brincadeiras como procedimento de ensino e de aprendizagem. Ensino e prática dos jogos e brincadeiras considerando os princípios socioeducativos para diferentes faixas-etárias.

Bibliografia Básica

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens**. Lisboa: Cotovia, 1990.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

Bibliografia Complementar

BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CASTRO, A. **Jogos e brincadeiras para Educação Física**: desenvolvendo a agilidade, a coordenação, o relaxamento, a resistência, a velocidade e a força. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

DANTAS, H. Brincar e trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M. (org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Thomson, 2002.

FREIRE, J. B. **Jogo**: entre o riso e o choro. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

FRIEDMANN, A. **Brincar**: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 2002.

Biologia Aplicada à Educação Física

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 00 horas

Carga horária prática: 00 horas

Créditos: 4

Período: 1º

Ementa: diversidade, composição e estrutura celular. Organizações acelulares infecciosas e a saúde humana. A bioenergética. Metabolismo de ácidos nucleicos. Ciclo celular. Regulação da expressão gênica. Princípios de citogenética humana. Formação, crescimento e desenvolvimento humano e a influência do exercício. Genética molecular humana. Genes e capacidade física. Genética e sociedade. Introdução a bioética. Ação de agentes físicos, químicos e biológicos sobre a célula. Mutações genéticas. Adaptações biológicas ao ambiente. Evolução humana.

Bibliografia Básica

DE ROBERTIS, E. M. F.; HIB, J. **Bases da biologia celular e molecular**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MAUGHAN, R.; GLEESON, M.; GREENHAFF, P. L. **Bioquímica do exercício e treinamento**. São Paulo: Manole, 2000.

WEINECK, J. **Biologia do esporte**. 7. ed. São Paulo: Manole, 2005.

Bibliografia Complementar

ALBERTS, Bruce. **Biologia molecular da célula**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Biologia celular e molecular**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

MAUGHAN, R. J.; GLEESON, M. **As bases bioquímicas do desempenho nos esportes**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

RIEGEL, R. E. **Bioquímica do músculo e do exercício físico**. 3. ed. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006.

STANSFIELD, W. D.; COLOMÉ, J. S.; CANO, R. F. **Biologia molecular e celular: Teoria e exercícios**. McGraw-Hill, 1998.

Fundamentos Sócioantropológicos da Educação Física

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Créditos: 4

Período: 2º

Ementa: Estudos das concepções sociológicas das práticas corporais. Estudo e interpretação das teorias e teóricos clássicos da Sociologia. Análise da sociedade como geradora de percepções e concepções de corpo: papéis sociais, representações, atitudes, interesses, ideologias, conflitos e movimentos. Introdução ao pensamento antropológico e suas principais correntes teóricas. Análise da cultura como geradora de percepções e concepções de corpo e práticas corporais.

Bibliografia Básica

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2003.

MELO, L. G. **Antropologia cultural**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

TOMAZI, N. D. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2000.

Bibliografia Complementar

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MICHALISZYN, M.S. **Fundamentos socioantropológicos da educação**. 2. ed. Curitiba: Editora Ibpx, 2009.

RIBEIRO, G. L. **A antropologia brasileira entre políticas neoliberais e a globalização**. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Ciências Sociais, 2004.

História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Créditos: 4

Período: 3º

Ementa: a história afro-brasileira e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial e étnico-social na formação política, econômica e cultural do Brasil. Estudo sobre o conceito de cultura de Afro-Brasileiro e indígena e aspectos da cultura negra e indígena no Brasil. Diversidade religiosa: aspectos históricos da construção da religião dos povos negros e indígenas no Brasil. Construção da identidade negra e indígena no Brasil e na região, a partir das relações sociais de conceitos e suas bases teóricas tais como: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade e diferenças. Mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações inter-étnicas.

Bibliografia Básica

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.” Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 7 de set. 2018.

CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na história do Brasil**: mito e realidade. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

COSTA E SILVA, A. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, C.M. **Tolerância e seus limites**: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo: Unesp. 2003.

CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

FONSECA, M. N. S. **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATTOS, I. G. **Estética afirmativa**: corpo negro e educação física. Salvador: EDUNEB, 2009.

Bases Pedagógicas do Atletismo

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 2º

Ementa: processo histórico, metodológico e educativo das diversas provas de campo e de pista do Atletismo. Atletismo como conteúdo do ensino de Educação Física na Educação Básica. Compreensão e estudo das diversas provas do atletismo. Aspectos metodológicos sobre práticas de ensino do atletismo na escola.

Bibliografia Básica

GOMES, A. C. **Treinamento desportivo**: estruturação e periodização. 2. ed. Artmed, 2009.

MATHIESSEM, S. Q. **Atletismo**: teoria e prática. 2. ed. Grupo Gen e Editora Guanabara Kooban, 2017.

OLIVEIRA, M. C. M. **Atletismo escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

Bibliografia Complementar

- MACHADO, A.F. **Corrida**: manual prático de treinamento. Editora Phorte, 2013.
- MACHADO, A. F.; ZAAR, A.; REIS, V. M. **Corrida**: a construção do atleta. Editora ícone, 2011.
- MARIANO, C. **Educação física**: o atletismo no currículo escolar. 2. ed. Editora Wak, , 2012.
- MATTHIESEN, S. Q. **Atletismo se aprende na escola**. Jundiaí: Fontoura, 2004.
- OLIVEIRA, M. C. M. **Atletismo escolar**. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 2006.

Fisiologia Humana

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Período: 3º

Ementa: Homeostase celular e sistêmica. Princípios básicos do funcionamento dos órgãos do corpo humano. Os sistemas que compõem o organismo humano, sistema neuromuscular, neurovegetativo, cardiovascular, respiratório, renal, digestório e endócrino, bem como as inter-relações funcionais existentes entre eles. Diversidade de faixa geracional: o processo de envelhecimento.

Bibliografia Básica

- COSTANZO, L. S. **Fisiologia**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
- GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Tratado de fisiologia médica**. 13ª. ed. Elsevier, 2017.
- SILVERTHORN, D. U. **Fisiologia humana**. 5ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Bibliografia Complementar

- AIRES, M. M. **Fisiologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- BERNE, R. M. **Fisiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2000.
- KAPANDJI, I. A. **Fisiologia articular esquemas comentados de mecânica humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- SILBERNAGL, S.; DESPOPOULOS, A. **Fisiologia**: texto e atlas. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

TORTORA, G. J. **Corpo Humano**: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Anatomia Humana II

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Créditos: 4

Período: 2º

Ementa: Estudo dos sistemas que constituem a unidade de movimento (sistema esquelético, sistema articular e sistema muscular). Descrição macroscópica do sistema nervoso, endócrino, sensorial, tegumentar, urinário, genital masculino e feminino do corpo humano e sua aplicabilidade na Educação Física.

Bibliografia Básica

BEHNKE, R. S. **Anatomia do movimento**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SOBOTTA, J. **Atlas de Anatomia Humana**. 23ª. ed. v. 3. Guanabara Koogan, 2013.

THEODOROA JUNIOR, D. **Anatomia do corpo em movimento**: ossos, músculos e articulações. 2.ed. São Paulo: Manole, 2009.

Bibliografia complementar

GUILLERMO, S. **Anatomia e alongamentos essenciais**: guia completo com 100 exercícios para o corpo todo. São Paulo: Manole, 2015.

PLATZER, W; LEONHARDT, H.; KHALE, W. **Atlas da anatomia humana**: aparelho de movimento. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2000.

MACHADO, Â. B. M. **Neuroanatomia funcional**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 5. ed. Saraiva, 2011.

TORTORA, G. J. **Corpo humano**: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Aprendizagem Motora

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Período: 3º

Ementa: introdução a aprendizagem motora. Teorias de processamento da informação. Modelos verificados na aprendizagem motora. Tipos de feedback: negativo, positivo e aumentado. Teorias do esquema de Schmidt e Gentil. Variabilidade da prática para aquisição de habilidades motoras. Retenção e transferência da aprendizagem. Desenvolvimento de capacidade crítico-científica para aplicação dos conceitos e fundamentos da aprendizagem motora na educação física escolar.

Bibliografia Básica

HUTZ, C. S. **Aprendizagem e performance motora**. 5ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.

MAGILL, R. A. **Aprendizagem motora: conceitos e aplicações**. 5. ed. São Paulo: Edgard Blusher, 2002.

SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. **Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

Bibliografia Complementar

GUEDES, M. G. S. **Aprendizagem motora: problemas e contextos**. Lisboa: Edições FMH, 2001.

PETERSEN, R. D. S. **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. H. **Controle motor: teoria e aplicações práticas**. 2. ed. Barueri: Manole, 2003.

TANI, G. **Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

TANI, G.; SANTOS, S.; MEIRA JÚNIOR, C. D. M. O ensino da técnica e a aquisição de habilidades motoras no desporto. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (Ed.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 225-240.

Didática

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 3º

Ementa: Conceito e objeto da Didática e seus fundamentos históricos e filosóficos. Fundamentos da Educação. Compreensão sobre as Tendências Pedagógicas. A didática na formação do Educador. A relação professor e aluno. Aspectos teóricos e metodológicos do cotidiano da sala de aula. O Planejamento de ensino e a relação com os componentes pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem: método, conteúdo, objetivo, avaliação.

Bibliografia Básica:

CORDEIRO, J. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Didática: o ensino e suas relações**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

Bibliografia Complementar:

ALVES, R. **Educação dos sentidos e mais**. São Paulo: Verus, 2005.

COMENIUS, J. A. **Didática magna**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Orgs.). **Didática: embates contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **A didática e as contradições da prática**. 2. ed. Campinas: Papirus Editora, 2003.

Psicologia da Educação

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 3º

Ementa: Os fundamentos teóricos e práticos da Psicologia da educação. A Psicologia e o processo ensino e aprendizagem no contexto da educação brasileira. Relacionamento entre as teorias da Aprendizagem e Desenvolvimento e sua prática educativa institucional. Relacionamento interpessoal na escola e na comunidade.

Bibliografia Básica

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2004.

GOULART, Í. B. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. 2. ed. Tradução Marta Reys Gil Passos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia Complementar

AZZI, R. G.; GIANFALDONI, M. H. T. A. **Psicologia e educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. Saraiva, 2009.

MONEREO, C. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2016.

SANTROCK, J. W. **Psicologia educacional**. 3. ed. Tradução de Denise durante, Mônica Rosemberg, Taís Silva Monteiro Ganeo. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

YAEGASHI, S.F.R.; BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. **Psicologia e Educação: conexão entre saberes**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

Metodologia do Trabalho Científico

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Período: 3º

Ementa: A Ciência e os tipos de conhecimento. Os métodos científicos. As etapas básicas da pesquisa científica e as técnicas mais utilizadas na pesquisa em Educação e Educação Física. A elaboração do projeto de pesquisa e a normalização de trabalhos acadêmicos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Bibliografia Básica

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROSSETO JÚNIOR, A. J.; MATTOS, M. G.; RABINOVICH, B. S. **Metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigos e projetos. 4. ed. São Paulo: Ed. Phorte, 2017.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. São Paulo: Artmed, 2012.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287**: 2011 informação e documentação – Projeto de pesquisa - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FEITOSA, R. A.; ARAÚJO, R. P. A. **Pesquisa em Educação**: olhares múltiplos. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

MATTOS, M. G.; ROSSETO JÚNIOR, A. J.; RABINOVICH, B. S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em Educação Física**. 3. ed. São Paulo: Ed. Phorte, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Crescimento Humano e Desenvolvimento Motor

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Período: 2º

Ementa: Conceitos de crescimento, desenvolvimento e maturação. Teorias de desenvolvimento humano: aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Estágios de crescimento e desenvolvimento físico e motor. Crescimento somático e a composição corporal. Maturação biológica. Abordagem teórica e prática sobre o crescimento e desenvolvimento físico e motor no ciclo da vida. Aplicar e analisar instrumentos de avaliação do crescimento e desenvolvimento motor.

Bibliografia Básica

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. 7. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2013.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento motor ao longo da vida.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MALINA, R. M.; BOUCHARD, C. **Atividade física do atleta jovem:** do crescimento à maturação. São Paulo: Roca, 2002.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Z. M. R.; SMOLKA, A. L. B. **A Criança e seu desenvolvimento:** perspectivas para se discutir a educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PALMER M. E. M. **Fundamentos das técnicas de avaliação musculoesquelética.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano.** 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. H. **Controle motor:** teoria e aplicações práticas. 3.ed. Barueri: Manole, 2010.

TANI, G. **Comportamento motor:** aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.

Fisiologia do Exercício

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Período: 4º

Ementa: funcionamento e interação dos sistemas cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, neurológico e imunológico durante e após o exercício físico. Influência de sessões de exercício físico e treinamento sobre esses sistemas orgânicos. Aplicação de testes para avaliação das capacidades físicas. Desenvolvimento de capacidade crítico-científica para aplicação dos conceitos e fundamentos da fisiologia do exercício na educação física escolar.

Bibliografia Básica

KATCH, V. L.; KATCH, F. I.; MCARDLE, W. D. **Fisiologia do exercício:** Energia, nutrição e desempenho humano. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

KRAEMER, W. J.; FLECK, S. J.; DESCHENES, M. R. **Fisiologia do exercício:** teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício:** teoria e aplicação ao condicionamento físico e ao desempenho. 6. ed. São Paulo: Manole, 2014.

Bibliografia Complementar

KATCH, V. L.; KATCH, F. I.; MCARDLE, W. D. **Guia de estudo para o aluno dos fundamentos de fisiologia do exercício.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. **Cardiologia do exercício:** do atleta ao cardiopata. 3. ed. São Paulo: Manole, 2010.

ROBERGS, R. A.; ROBERTS, S. O. **Fundamentos de fisiologia do exercício:** para aptidão, desempenho e saúde. São Paulo: Phorte Editora, 2002.

WEINECK, J. **Biologia do esporte.** 7. ed. Manole, 2005.

WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. **Fisiologia do esporte e do exercício.** São Paulo: Manole, 2001.

Didática Aplicada à Educação Física

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 4º

Ementa: Didática da Educação Física. Princípios didáticos aplicados e possibilidades de organização do trabalho pedagógico escolar voltados a Educação Física Escolar. As abordagens pedagógicas de ensino da Educação Física no contexto escolar. O professor de Educação Física como mediador cultural.

Bibliografia Básica

BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DARIDO S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

KUNZ, E. **Didática da educação física**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2013.

Bibliografia complementar

BORGES, C. M. F. **O professor de Educação Física e a construção do saber**. Campinas: Papirus, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREIRE, J. B. **Educação do corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 1997.

GALLARDO, J. S. P. **Didática da educação física: a criança em movimento, jogo, prazer e transformação**. São Paulo: FTD, 1998.

Bases Pedagógicas da Ginástica

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 4º

Ementa: Fundamentos básicos das ginásticas desportivas. Estruturação dos exercícios enfocando a prática da ginástica na escola. Noções de arbitragem das ginásticas artística, geral e rítmica. Abordagem e discussão das capacidades motoras e qualidades físicas das ginásticas desportivas. Aspectos teórico-metodológicos do ensino-aprendizagem da ginástica. A ginástica como conteúdo das aulas de Educação Física escolar. Desenvolvimento de capacidade crítico-metodológica para aplicação dos conceitos e fundamentos da ginástica na educação física escolar.

Bibliografia Básica

AYOUB, E. **Ginástica geral e Educação Física escolar**. 2. ed. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2007.

NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. **Compreendendo a ginástica artística**. São Paulo: Phorte, 2005.

SOUZA, E. P. M.; ISHIBASHI, E. T. **Possibilidades da ginástica rítmica**. São Paulo: Ed. Phorte, 2015.

Bibliografia Complementar

AGOSTINI, B. R.; NOVIKOVA, L. A. **Ginástica Rítmica**: do contexto educacional à iniciação ao alto rendimento. Jundiaí, SP: Fontoura, 2015.

ARAÚJO, C.; LEBRE, E. **Manual de ginástica rítmica**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2006.

ARAÚJO, C. **Segurança em ginástica**: as ajudas manuais. Porto: Porto Editora, 2005.

BROCHADO, F. A; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

LAFFRANCHI, B. **Treinamento desportivo aplicado a ginástica rítmica**. Londrina: Unopar, 2001.

SANTOS, J. C. E. **Ginástica geral**. Jundiaí, São Paulo: Fontoura, 2001.

Educação Física Adaptada

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 4º

Ementa: Estudo do desenvolvimento histórico e filosófico da inclusão social e sua relação com a educação inclusiva. Estudo dos conceitos e nomenclaturas sobre deficiências e inclusão social. Estudo das novas perspectivas/propostas de intervenção em pessoas com deficiência em específico sobre questões relativas à escola. Construir a interdisciplinaridade entre a Educação Física e as áreas da Educação e Saúde.

Bibliografia Básica

ARAUJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil**. Phorte, 2011.

ARAUJO, P. F.; SILVA, R. F.; SEABRA JÚNIOR, L. **Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional**. Phorte, 2008.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). **Atividade física adaptada**. Barueri, SP: Manole, 2013.

Bibliografia Complementar

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GORLA, J. I. (Org.). **Educação Física adaptada: o passo a passo da avaliação**. 2. ed. Phorte, 2013.

MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte paralímpico**. Atheneu, 2012.

TEIXEIRA, L. **Atividade física adaptada e saúde: da teoria a prática**. São Paulo: Phorte, 2008.

WINNICK, J. P.; SHORT, F. X. **Testes de aptidão física para jovens com necessidades especiais**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2001.

Higiene e Socorros de Urgência

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Créditos: 4

Período: 4º

Ementa: Introdução aos fundamentos de Higiene individual e Coletiva e da Saúde com aplicabilidade na Educação Física Escolar. Prevenção de doenças, cuidados corporais, alimentares e do vestuário. Hábitos nocivos à saúde e saneamento de locais para prática da Educação Física. Princípios gerais dos primeiros socorros, aspectos legais e métodos básicos de assistência em situações de urgência e emergência. Procedimentos de emergência e preventivos. Identificação e primeiros cuidados com lesões ocorridas em diferentes modalidades esportivas. Métodos e prevenção de lesões vinculadas à prática das atividades físicas.

Bibliografia Básica

DU GAS, B. W. **Enfermagem prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

LOVISOLO, H. **Atividade física, educação e saúde**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

SANTOS, E. F. dos. **Manual de primeiros socorros da Educação Física aos esportes: o papel do educador físico no atendimento de socorro**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

Bibliografia Complementar

ALVAREZ, F. S.; CANETTI, M. D.; RIBEIRO JÚNIOR, C. **Manual de socorro de emergência**. São Paulo: Atheneu, 2005.

FLEGEL, M. J. **Primeiros socorros no esporte**. São Paulo: Manole, 2002.

GONÇALVES, A. **Coletiva e saúde: urgência em Educação Física**. Campinas/SP: Papyrus, 1997.

ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia e saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

SANTANA, V. H.; TAVARES, M. da C. F.; SANTANA, V. E. **Nadar com segurança: prevenção de afogamentos, técnicas de sobrevivência, adaptação ao meio líquido e resgate e salvamento aquático**. Barueri: Manole, 2003.

Bases Pedagógicas da Dança Escolar

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 4º

Ementa: A linguagem simbólica do movimento. Abordagem histórica, conceitual e prática do elemento rítmico e sua interação com o movimento. Metodologia da dança no currículo de educação física escolar. Aspectos constituintes do ritmo e da expressão corporal. Caracterização do repertório rítmico e expressivo no movimento. A consciência corporal na exploração de movimentação do corpo a partir da orientação no espaço. Criação e estética do movimento na dança. Desenvolvimento de capacidade crítico-metodológica para aplicação dos conceitos e fundamentos da dança na educação física escolar.

Bibliografia Básica

FRANKLIN, Eric. **Condicionamento físico para a dança**. São Paulo, Manole, 2013.

LEAL, P. **Respiração e expressividade**: práticas corporais fundamentadas em Graham e Laban. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

MARQUES, I. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

CARREIRA, A; HAAS, A. **Ritmo e dança**. 2. ed. Editora da Ulbra, 2006.

CONE, T. P.; CONE, S. L. **Ensinando dança para crianças**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2015.

LABAN, Rudolf Von; ULLMANN Lisa. **Domínio do movimento**. 3. ed. São Paulo, SP: Summus, 1978.

MONTEIRO, G. A.; ARTAXO, I. **Ritmo e movimento**. São Paulo: Phorte, 2007.

VERDERI, E. B. L. P. **Dança na escola uma proposta pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2015.

Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 5º

Ementa: Compreensão e análise da modalidade esportiva futebol e da modalidade futsal,

dentro do contexto do fenômeno esportivo, no Brasil e no exterior. Fundamentos técnicos, sistema tático e defensivo do futebol e do futsal. Aplicações teóricas e práticas destas modalidades relacionadas ao contexto educacional.

Bibliografia básica:

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. **Pedagogia do esporte**: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009.

TORRELES, A. S.; ALCARAZ, C. F. **Escolas de futebol**: manual para organização e treinamento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VOSER, R. C.; GIUSTI, J. G. O. **Futsal e a escola**: uma perspectiva pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar:

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Regras oficiais de futebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

DAMO, A. S. **Futebol e identidade social**: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

FREIRE, J. B. **Pedagogia do futebol**. Campinas: Autores Associados, 2003.

REIS, H. H. B. **Futebol e violência**. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

SAAD, M.; COSTA, C. F. **Futsal**: movimentações defensivas e ofensivas. Florianópolis: Visual books, 2005.

Gestão e Políticas Públicas em Educação

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Créditos: 4

Período: 5º

Ementa: Contextualização histórica da sociedade brasileira pós ditadura militar (1964-1985). As reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990. A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96). Análise das propostas de Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular. Gestão da Educação, seus fundamentos e metodologias.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, D. A.; FERREIRA, E. B. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002.

Bibliografia Complementar:

CORTELLA, M. S. **Educação, escola e docência**: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

HADDAD, S. **Banco mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Período: 5º

Ementa: Compreensão e domínio dos mecanismos de controle e coordenação neuromuscular do movimento humano. Leis da física aplicadas e princípios fisiológicos do aparelho locomotor humano. Cinética e Cinemática linear e angular do movimento humano. Aspectos cinesiológicos da postura, marcha normal, salto e corridas. Análise dos movimentos em cadeia cinética aberta e fechada, investigação da amplitude articular, muscular e os respectivos graus de normalidade. Introdução à Biomecânica interna e externa em todas as áreas de manifestação

da atividade física e esportiva, reabilitação e saúde.

Bibliografia Básica

- HALL, S. **Biomecânica básica**. 7. edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- HAMILL, J.; KNUTZEN, K. M.; DERRICK, T. R. **Bases biomecânicas do movimento humano**. São Paulo: Manole, 2016.
- OATIS, C. A. **Cinesiologia: a mecânica e a patomecânica do movimento humano**. São Paulo: Editora Manole, 2014.

Bibliografia Complementar

- ENOKA, R. M. **Bases neuromecânicas de cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2000.
- KAPANDJI, A. I. **O que é biomecânica**. São Paulo: Manole, 2013.
- LIMA, C. S.; PINTO, R. S. **Cinesiologia e musculação**. São Paulo: Artmed, 2011.
- MCGINNIS, P. M. **Biomecânica do esporte e do exercício**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- THOMPSON, C. W.; FLOYD, R. T. **Manual de cinesiologia estrutural**. São Paulo: Manole, 2011.

Organização e promoção de eventos escolares

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 90 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Carga horária de Prática como Componente Curricular: 30 horas

Créditos: 5

Período: 8º

Ementa: Conhecimento das tipologias, evolução histórica e princípios organizacionais aplicados aos eventos no âmbito educativo. Planejamento, elaboração, desenvolvimento e avaliação de eventos escolares e comunitários. Promoção de eventos esportivos e de lazer para a integração da escola com a comunidade, nos processos de democratização, desenvolvimento regional, promoção social e qualidade de vida. Administração dos recursos físicos, humanos, materiais e financeiros na organização de eventos escolares.

Bibliografia Básica

GIACAGLIA, M. C. **Organização de eventos**: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

MATIAS, M. **Organização de eventos**: procedimentos e técnicas. 5. ed. Barueri: Manole, 2010.

POIT, D. R. **Organização de eventos esportivos**. 5.ed. São Paulo: Phorte editora, 2013.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas**: o passo decisivo para a administração participativa. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

FORTES, W. G.; SILVA, M. B. R. **Eventos**: estratégias de planejamento e educação. São Paulo: Summus editorial, 2011.

HOLEY JÚNIOR, L. H. **Marketing de eventos**: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e posições. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

PAIVA, H. A. B; NEVES, M. F. **Planejamento estratégico de eventos**. São Paulo: Atlas, 2008.

POIT, D. R. **Cerimonial e protocolo esportivo**. São Paulo: Phorte, 2010.

Estágio Curricular Supervisionado I em Educação Física - Educação Infantil

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 105 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 75 horas

Créditos: 7

Período: 5º

Ementa: O Estágio como práxis docente em instituições escolares do Ensino Infantil (creche e pré-escola). Conhecimento e compreensão do campo de atuação e aplicação da teoria e prática da Educação Física na Escola. Desenvolvimento de competências (planejamento, organização/aplicação do conhecimento e avaliação) e metodologias de Ensino em Educação Física. Observação de atividades de docência em unidades escolares conveniadas. Elaboração de Planos de Aula. Relatos das vivências e troca de experiências em grupo a respeito do aprendizado construído na escola.

Bibliografia Básica

BARREIRO, I. M. F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Averacamp, 2006.

PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. **Educação infantil**: creches, atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1999.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola**: implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DEHEINZELIN, M.; CAVALCANTI, L. Z. V. **Professor da pré-escola**. São Paulo: Globo, 1991.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Editora Scipione, 2003.

MOREIRA, W. W. **Corpo em movimento na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2012.

Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Créditos: 4

Período: 6º

Ementa: Construção de um projeto de pesquisa em Educação Física pautado no Manual de TCC aprovado pelo Curso de Licenciatura em Educação Física, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos, sob orientação docente. Procedimentos éticos em Pesquisa com seres humanos e submissão ao Comitê de Ética. Defesa do Projeto de Pesquisa.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. Editora Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. Editora Atlas, 2017.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287**: 2011 informação e documentação, projeto de pesquisa, apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BETTI, M. **Educação física escolar: ensino e pesquisa ação**. 2. ed. São Paulo: UNIJUI, 2013.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

MATTOS, M. G; RABINOVICH, S. B. **Metodologia da pesquisa em Educação Física**. Editora Phorte, 2008.

MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. **Pesquisa qualitativa em Educação Física: alternativas metodológicas**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

Bases Pedagógicas do Basquete e do Handebol

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 15 horas

Carga horária prática: 45 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 6º

Ementa: Compreensão acerca da origem e evolução dos jogos de handebol e basquetebol. Princípios pedagógicos, princípios e fundamentos, estratégias e táticas básicas do jogo. Diferentes expressões e manifestações do jogo de handebol e do jogo de basquetebol, com ênfase para o mini-handebol e o mini-basquete.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, A. G. de; DECHECHI, C. J. **Handebol: conceitos e aplicações**. Editora Manole, 2012.

MARONEZE, S. **Basquetebol manual de ensino**. São Paulo: Ícone editora, 2013.

TENROLLER, C. A. **Handebol teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2005.

Bibliografia Complementar

COUTINHO, N. F. **Basquetebol na escola**: da iniciação ao treinamento. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

EHERT, A.; SPATE, D.; ROTH, K.; SCHUBET, R. **Manual do handebol**. Rio de Janeiro: Phorte Editora, 2002.

KRÖGER, C.; ROUTH, K. **Escola da bola**: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo/SP: Phorte, 2002.

MELHEM, A. **Brincando e aprendendo Handebol**. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2002.

PADRAO, A. L. **Manual de mini-handebol**. São Paulo: Phorte, 2002.

Cineantropometria

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Período: 6º

Ementa: conceitos básicos, definições e técnicas. Princípios administrativos de uma avaliação. Pontos de referência cineantropométricos. Medidas corporais. Composição, forma Corporal. Avaliação da aptidão física relacionada a saúde e ao desempenho humano. Técnicas de aplicação, coleta, avaliação e interpretação de dados dos testes cineantropométricos. Organização de programas de medidas e avaliação no âmbito escolar.

Bibliografia Básica

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. **Manual do ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde**, 3. ed. Guanabara Koogan, 2011.

HEYWARD, V. H. **Avaliação física e prescrição de exercício**: técnicas avançadas. Porto Alegre: Artmed, 2013.

TRITSCHLER K. **Medida e avaliação em Educação Física e esportes**. 5. ed. São Paulo: Manole. 2003.

Bibliografia Complementar

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Manual prático para avaliação em Educação Física**.

São Paulo: Manole. 2004.

LOPES, A. L.; RIBEIRO, G. S. **Antropometria aplicada à saúde e ao desempenho esportivo**: uma abordagem a partir da metodologia ISAK. Editora Rubio, 2014.

PETROSKI, E. L. **Antropometria**: Técnicas e Padronizações. 5ª edição: Editora Fontoura, 2011.

PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliação**: em Educação Física e esportes. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.

QUEIROGA, M. R. **Testes e medidas para avaliação da aptidão física**: relacionada a saúde em adultos. São Paulo: Guanabara, 2005.

Bases Pedagógicas do Voleibol

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 15 horas

Carga horária prática: 45 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 6º

Ementa: Abordagem da modalidade voleibol considerando os aspectos políticos, culturais e pedagógicos relacionados a esta prática e sua evolução histórica. Técnicas dos fundamentos, táticas e sistemas do jogo. Regras básicas do jogo. Diferentes manifestações do voleibol (Vôlei de Praia e Mini Voleibol) e sua aplicabilidade no âmbito escolar em diferentes faixas etárias.

Bibliografia Básica:

BIZZOCHI, C. E. **O voleibol de alto nível**: da iniciação à competição. São Paulo: Fazendo Arte, 2000.

CARVALHO, O. **Moravia de voleibol 1000 exercícios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

SANTINI, J. **Voleibol escolar**: da iniciação ao treinamento. Editora da ULBRA, 2007.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, L. A. S. **Voleibol “da” escola**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

GRECO, P.J.; BENDA, R.N. **Iniciação esportiva universal**: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

LEMONS, A. S. **Voleibol escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

REGRAS OFICIAIS DE VOLEIBOL. **Confederação brasileira de voleibol**. 2013-2016.

SHONDELL, D.; REYNAUD, C. **A bíblia do treinador de voleibol**. São Paulo: Artmed, 2005.

Estágio Curricular Supervisionado II em Educação Física– 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 105 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 75 horas

Créditos: 7

Período: 6º

Ementa: O Estágio como prática docente em instituições escolares do Ensino Infantil (1º ao 5º ano). Conhecimento e compreensão do campo de atuação e aplicação da teoria e prática da Educação Física na Escola. Desenvolvimento de competências (planejamento, organização/aplicação do conhecimento e avaliação) e metodologias de Ensino em Educação Física. Observação de atividades de docência em unidades escolares conveniadas. Elaboração de Planos de Aula. Relatos das vivências e troca de experiências em grupo a respeito do aprendizado construído na escola.

Bibliografia Básica

BIANCHI, A. C. M. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Cenage Learning, 2009.

PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

BARREIRO, I. M. F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLARDO, J. S. P. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. Rio de

Janeiro/RJ: Lucena, 2003.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física na adolescência**: construindo conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.

SANCHEZ VÁSQUEZ, A. **Filosofia das práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 7º

Ementa: aspectos clínicos, educacionais e sócioantropológicos da surdez. Educação de Surdos e às principais abordagens educacionais. Visões sobre os surdos e a surdez. Bilinguismo dos Surdos - aquisição da linguagem e desenvolvimento da pessoa surda; A Língua de Sinais Brasileira - Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Inclusão educacional de alunos surdos. Noções básicas sobre Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Bibliografia Básica:

ARANTES, V. A.; SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N. **Educação de surdos**. Coleção pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

FERNANDES, E. **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKILIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Bibliografia Complementar

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais**. BRASÍLIA: SEESP/MEC, 2004.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SALLES, H. M. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2002. 2 v.

Bases Pedagógicas das Lutas

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 7º

Ementa: Abordagens sobre as lutas como manifestações históricas e como conhecimento particular da cultura do movimento corporal. Evolução história e aspectos sociológicos das lutas: sua origem no mundo moderno e suas transformações contemporâneas. Estudos sobre os diferentes tipos de lutas no âmbito escolar, com ênfase a prática social da Capoeira. As relações entre as lutas, imagem e mídia contemporânea.

Bibliografia Básica

BREDA, M.; ALCIDES, J. S., PAES, R. R.; GALATTI, L. R. **Pedagogia do esporte aplicada as lutas**. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

DEL'VECCHIO, F. B.; FRANCHINI, E. Lutas, artes marciais e esportes de combate: possibilidades, experiências e abordagens no currículo de educação física. In: SOUZA S. J. **Segredos do Judô**: ensinamentos dos mestres das artes marciais. São Paulo: CULTRIX, 2005.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. **O ensino das lutas na escola**: possibilidades para a Educação Física. Penso Editora, 2015.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. **Iniciação esportiva universal**: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

GONZÁLEZ, F.J.; DARIDO, S.C.; OLIVEIRA, A.A.B. **Lutas, capoeira e práticas corporais**

de aventura. 2014.

HYAMS, J. **O zen nas artes marciais.** São Paulo: Pensamento, 1996.

OLIVIER, J. C. **Das brigas aos jogos com regras:** enfrentando a indisciplina na escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Ética Aplicada à Educação Física

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Créditos: 4

Período: 7º

Ementa: As diferenças entre o conceito de ética e moral. Direitos humanos: crianças, adolescentes, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento a medidas socioeducativas, e idosos. As diferentes concepções de ética e moral desenvolvida ao longo da história da humanidade (Idade Antiga, Medieval e Moderna). A relação dos conceitos de ética e moral com a liberdade, responsabilidade, virtude e vício e sua aplicabilidade no âmbito da Educação Física. Reflexão sobre diversidade sexual de gênero na Educação Física. Reflexão sobre a prática docente a partir do Código de Ética do Profissional de Educação Física.

Bibliografia Básica

BARBOSA, C. L. A. **Ética na Educação Física.** Vozes, 2013.

MAQUIAVEL. **O príncipe.** Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

VARGAS, A. **Ética, ensaios sobre Educação Física saúde social e esporte.** São Paulo: Lecs, 2007.

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1996.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2005.

SUNG, J. M; SILVA, C. J. **Conversando sobre ética e sociedade.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2006

TOJAL, J. B. A. G.; BARBOSA, A. P. **A ética e a bioética na preparação e na intervenção**

do profissional de Educação Física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2006.

TOJAL, J. B. A. G. **Ética profissional na Educação Física.** Rio de Janeiro: Shape, 2004.

Estágio Curricular Supervisionado III em Educação Física– 6º ao 9º do Ensino Fundamental

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 105 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 75 horas

Créditos: 7

Período: 7º

Ementa: O Estágio como prática docente em instituições escolares do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Conhecimento e compreensão do campo de atuação e aplicação da teoria e prática da Educação Física na Escola. Desenvolvimento de competências (planejamento, organização/aplicação do conhecimento e avaliação) e metodologias de Ensino em Educação Física. Observação de atividades de docência em unidades escolares conveniadas. Elaboração de Planos de Aula. Relatos das vivências e troca de experiências em grupo a respeito do aprendizado construído na escola.

Bibliografia Básica

BIANCHI, A. C. M. **Manual de orientação:** Estágio Supervisionado. São Paulo: Cenage Learning, 2009.

PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

BARREIRO, I. M. F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Averacamp, 2006.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte:** uma Introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Unijuí, 2011.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola:** implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLARDO, J. S. P. **Educação Física escolar**: do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física na adolescência**: construindo conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.

Educação Física e Meio Ambiente

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 0 horas

Créditos: 4

Período: 8º

Ementa: As diferentes concepções de Educação Ambiental e sua contextualização histórica; A relação do desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural. Investigação dos processos ecológicos na biodiversidade da Amazônia.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PONTUSCHKA, N. N.; KRASILCHIK, M.; RIBEIRO, H. **Pesquisa Ambiental**: construção de um processo participativo de educação e mudança. São Paulo: Edusp, 2006.

REIGOTA, M. A. S. **Meio ambiente e representação social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Revista brasileira de educação ambiental**, Brasília, v. 0, n. 0, p. 13-20, 2004.

_____. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

REIGOTA, M. A. S. **O que é educação ambiental**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 1 v.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

Bases Pedagógicas das Atividades Aquáticas

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 15 horas

Carga horária prática: 45 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 8º

Ementa: Aprofundamento e aplicação dos conhecimentos dos benefícios da prática da natação e das demais atividades aquáticas (polo aquático, nado sincronizado e hidroginástica) nas diferentes faixas etárias. Relação entre estágios de maturação e métodos de aprendizagem no ensino das atividades aquáticas. Fundamentação teórica e prática dos quatro nados, do nado medley, revezamentos, técnicas de saídas, virada e chegadas. Regras básicas das modalidades aquáticas. Aprofundamento de diferentes visões e alternativas do ensino da natação. Elaboração um plano de ensino teórico prático que aprimore o ensino - aprendizagem da natação no ensino e realidade escolar brasileira.

Bibliografia Básica

LIMA, W. U. **Ensinando natação**. Phorte, 2006.

MAKARENKO, L. **Natação**: seleção de talentos e iniciação desportiva. Trad. Edson de Godoy Palomares. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MASSAUD M. G.; CORRÊA C. R. F. **Natação 04 nados**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

Bibliografia Complementar

CORREA, C. R. F.; MASSAUD, M. G. **Natação na idade escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: EPU, 2004.

MAGLISCHO, E. W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 2010.

NASSAR S. **Hidroginástica**: propostas de exercícios para idosos. São Paulo: Phorte, 2008.

PEREIRA, M. D. **Aprendendo a nadar em ludicidade**. São Paulo: Phorte, 2005.

Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 15 horas

Carga horária prática: 45 horas

Créditos: 4

Período: 8º

Ementa: Execução do projeto de pesquisa elaborado sob orientação docente, pautado no Manual de TCC aprovado pelo Curso de Licenciatura em Educação Física. Desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa. Construção do artigo científico. Defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. Ed. Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. Ed. Atlas, 2017.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15287: 2011 **informação e documentação – Projeto de pesquisa - Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BETTI, M. **Educação física escolar: ensino e pesquisa ação**. 2. ed. São Paulo: UNIJUI, 2013.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

MATTOS, M. G; RABINOVICH, S. B. **Metodologia da pesquisa em educação física**. Editora Phorte, 2008.

MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. **Pesquisa qualitativa em Educação Física: alternativas metodológicas**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

Bases Pedagógicas dos Esporte Radicais

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 15 horas

Carga horária prática: 45 horas

Carga horária de prática como componente curricular: 30 horas

Créditos: 4

Período: 8º

Ementa: Caracterização, tipologia e evolução histórica dos Esportes Radicais, Esportes de Aventura e Atividades Físicas na Natureza. Compreensão do planejamento, organização e prática de ensino aplicados aos Esportes Radicais no contexto escolar. A prática dos Esportes Radicais no desenvolvimento da autonomia, consciência corporal, consciência ecológica, concentração e superação de desafios. Esportes radicais e o mercado de trabalho para o profissional de Educação Física. Cuidados especiais na segurança dos participantes e na manutenção dos equipamentos.

Bibliografia Básica

BERNARDES, L. A. **Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física**. São Paulo: Phorte, 2013.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I. **Pedagogia da aventura: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola**. São Paulo: Fontoura, 2010.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

Bibliografia Complementar

BRITO, C. L. C. **Consciência corporal**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Global, 1994.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. **Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

LE BRETON, D. Risco e lazer na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza**. São Paulo: Manole, 2006.

MARINHO, A.; BRUHNS, H.T. **Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza**. São Paulo: Manole, 2006.

Estágio Curricular Supervisionado IV em Educação Física – Ensino Médio

Natureza: obrigatória

Carga horária total: 105 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 75 horas

Créditos: 7

Período: 8º

Ementa: O Estágio como práxis docente em instituições escolares do Ensino Médio (1º a 3º ano). Conhecimento e compreensão do campo de atuação e aplicação da teoria e prática da Educação Física na Escola. Desenvolvimento de competências (planejamento, organização/aplicação do conhecimento e avaliação) e metodologias de Ensino em Educação Física. Observação de atividades de docência em unidades escolares conveniadas. Elaboração de Planos de Aula. Relatos das vivências e troca de experiências em grupo a respeito do aprendizado construído na escola.

Bibliografia Básica

BIANCHI, A. C. M. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Cenage Learning, 2009.

PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

BARREIRO, I. M. F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Averacamp, 2006.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma Introdução**. 4. ed. Rio de Janeiro: Unijuí, 2011.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLARDO, J. S. P. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física na adolescência: construindo conhecimento na escola**. São Paulo: Phorte Editora, 2000.

7.17 Ementário das Disciplinas Optativas

Aprendizagem e Motivação Humana

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Ementa: Teorias psicológicas da aprendizagem e da Motivação Humana. A relação da Aprendizagem e da Motivação Humana no contexto educacional e escolar. Dificuldades de aprendizagem escolar e o papel do professor de Educação Física.

Bibliografia Básica:

BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A.; GUIMARÃES, E. R. **Motivação para aprender:** aplicações no contexto educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem.** 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. **Problemas de aprendizagem.** 13. ed. São Paulo: Ática, 2014

Bibliografia Complementar:

ILLERIS, K. **Teorias contemporâneas da aprendizagem.** Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2012.

MARTÍNEZ, A. M.; GONZÁLES, R. F. **Psicologia, educação e aprendizagem escolar:** avançando na contribuição da leitura cultural histórica. São Paulo: Cortez, 2017.

PILETTI, N.; ROSSATO, S. M. **Psicologia da aprendizagem:** da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2011.

ROTTA, N. T.; BRIDI FILHO, C. A.; BRIDI, F. R. S. (Org.). **Neurologia e aprendizagem:** abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SALVADOR, C. C. **Psicologia da educação.** Porto Alegre: Penso, 2011.

Aprofundamento em Lutas (Judô)

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Créditos: 4

Ementa: História e evolução do Judô. Princípios filosóficos, pedagógicos e metodológicos do ensino aplicado ao Judô. Posturas, tipos de quedas e composição dos diferentes grupos de

técnicas no Judô. Judô Educacional. Judô adaptado. Processo de ensino e aprendizagem. Regulamentação e Arbitragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCHINI, E. **Judô: desempenho competitivo**. 2. ed. Barueri: Manole, 2010.

FREITAS, W. S. Lutas: uma proposta na Educação Física escolar. In: SCARPATO, M. (Org). **Educação Física: como planejar as aulas na educação básica**. São Paulo: Editora AVERCAMP, 2007.

GAMA, R. J. **Manual de iniciação do judô**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BREDA, M. E. J. G.; GALATTI, L. R.; SCAGLIA, A. J., PAES, R. R. **Pedagogia do esporte aplicada às lutas**. São Paulo: Phorte, 2010.

DELIBERADOR, A. P. **Judô: metodologia da participação**. Londrina: Lido, 1996.

KANO, J. **Judô Kodokan**. São Paulo: Cultrix, 2008.

SANTOS, S. G. **Judô: filosofia aplicada**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

TEGNER, B. **Guia completo de judô**. 10. ed. São Paulo: Editora Record, 2002.

Bases pedagógicas da dança II

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 15 horas

Carga horária prática: 45 horas

Créditos: 4

Ementa: a dança no contexto da cultura corporal. Estudo e reflexões sobre a dança contemporânea no contexto escolar. Representações folclóricas locais expressas por meio da dança. Movimentos culturais da dança no Brasil.

Bibliografia Básica

CARREIRA, A; HAAS, A. **Ritmo e Dança**. 2. ed. Editora da Ulbra, 2006.

MARQUES, I. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTEIRO, G. A.; ARTAXO, I. **Ritmo e movimento**. São Paulo: Phorte, 2007.

Bibliografia Complementar

CONE, T. P.; CONE, S. L. **Ensinando dança para crianças**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2015.

LABAN, R. **Domínio do movimento**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1978.

LEAL, P. **Respiração e expressividade**: práticas corporais fundamentadas em Graham e Laban. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

OSSONA, P. **A educação pela dança**. 2. ed. São Paulo, 1988.

VERDERI, E. B. L. P. **Dança na escola uma proposta pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2015.

Bases Pedagógicas das modalidades aquáticas II

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Créditos: 4

Ementa: Aprofundamento e aplicação dos conhecimentos das capacidades físicas, dos fundamentos técnicos e táticos dos estilos e provas na natação. Elaboração de programas de treino com noções gerais de regulamentação e arbitragem. Aprofundamento em tópicos especiais aplicados no treinamento da natação competitiva.

Bibliografia Básica:

DANTAS, Estelio H. M. **A prática da preparação física**. Rio de Janeiro: Sprint, 1985.

FARTO, E. R. **Treinamento da natação competitiva**: uma abordagem metodológica. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

MAGLISCHO, E. W. **Nadando o mais rápido possível**. Manole, 2010.

Bibliografia Complementar:

BREMS, M. **O nadador em forma**: 120 programas de treinamento e dicas para o treinamento. São Paulo: Manole, 1986.

CATTEAU, R. G. G. **O ensino da natação**. São Paulo: Manole, 1988.

MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: EPU, 2004.

PLATONOV, V. N. **Treinamento desportivo para nadadores de alto nível** [trad. Denise Regina Sales]. São Paulo: Phorte, 2005.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE NATAÇÃO. **Regras Oficiais de Nataação 2017-2021.**

Disponível em: <

https://www.cbda.org.br/_uploads/natacao/RegrasOficiaisNatacao2017_2021.pdf>. Acesso

em: 13 de maio de 2019.

Bases Pedagógicas do Atletismo II

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Créditos: 4

Ementa: fundamentos básicos do atletismo aplicados ao treinamento esportivo. Organização e periodização do treinamento para o atletismo. Preparação física, técnico e tática para provas de atletismo.

Bibliografia Básica:

GOMES, A. C. **Treinamento desportivo:** estruturação e periodização. 2. ed. Editora Artmed, 2009.

MACHADO, A. F. **Corrida:** manual prático de treinamento. Editora Phorte, 2013.

MATHIESSEM, S. Q. **Atletismo:** teoria e prática. 2. ed. Grupo Gen e Editora Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar:

EVANGELISTA, A. L. **Treinamento de corrida de rua:** uma abordagem fisiológica e metodológica. São Paulo: Phorte. 2009.

MACHADO, A. F.; ZAAR, A.; REIS, V. **Corrida:** a construção do atleta. Editora ícone, 2011.

MARIANO, C. **Educação Física:** o atletismo no currículo escolar. 2. ed. Editora Wak, 2012.

MURAKAMI, H. **Do que eu falo quando falo de corrida.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

OLIVEIRA, M. C. M. **Atletismo escolar.** Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

Conteúdos sócio-afetivos aplicados à educação física

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 00 horas

Créditos: 4

Ementa: pressupostos teóricos da afetividade. Teoria das emoções. Afetividade, motivação e aprendizagem. Desenvolvimento da personalidade: fatores que interveem positiva e negativamente. Processo de socialização na escola. Papel dos pais e professores no processo de socialização e afetividade. Papel das aulas de educação física no desenvolvimento do processo de socialização e afetividade.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, L. R. **Afetividade e aprendizagem:** contribuições de Henri Wallon. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ARANTES, V. A. **Afetividade na escola.** 2. ed. Summus, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da solidariedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, I. R. **Afetividade e transformação social:** sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório. Universitária, 2015.

NERY, M. P. **Vínculo e afetividade:** caminho das relações humanas. Ágora, 2014.

GLEIZER, M. A. **Espinosa e a afetividade humana.** Zahar, 2005.

LIMA, M. P. **Vitória vai à escola:** afetividade como elo entre o cuidar e o educar na educação. Paco e Littera, 2016.

SECCO, D. M. E. G.; OLIVEIRA, V. **Afetividade no esporte escolar:** o caso do basquetebol. Appris, 2017.

Educação Física e Envelhecimento Humano

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 00 horas

Créditos: 4

Ementa: mecanismos fisiológicos do envelhecimento humano. Princípios biomecânicos do

envelhecimento humano. Riscos e benefícios das atividades físicas para idosos. Prescrição e supervisão de programas de exercícios físicos para idosos.

Bibliografia Básica

FREITAS, E. V.; PY, L. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016.

MAZO, G. Z. **Atividade física, qualidade de vida e envelhecimento**. Sulina, 2008.

SHEPARD, R. J. **Envelhecimento, atividade física e saúde**. 3. e. Editora Phorte, 2003.

Bibliografia Complementar

CRUZ, F. **Educação física na terceira idade**: teoria e prática. Editoria Ícone, 2017.

HERMOGENES. **Saúde na Terceira Idade**. Editora Record.

OLIVEIRA, V.; VAGETTI, G. C.; GOMES, F. R. H. **Envelhecimento humano**: cognição, qualidade de vida e atividade física. Appris, 2017.

TAYLOR, A. W.; JOHNSON, M. J. **Fisiologia do exercício na terceira idade**.

VALE, R. G. S.; PERNAMBUCO, C. S.; DANTAS, E. H. M. **Manual de avaliação do idoso**. Editora Ícone, 2017.

Esportes de Raquetes

Natureza: optativa

Carga Horária Total: 60h

Créditos: 4

Teórica: 30h

Prática: 30h

Ementa: estudo dos esportes de raquete, a sua história, evolução, regras, conceitos dos esportes de raquetes e o processo de ensino aprendizagem na iniciação, aperfeiçoamento e treinamento. Abordando ainda as diferentes adaptações/diferentes manifestações realizadas nessas modalidades.

Bibliografia Básica

ISHIZAKI, M. T.; CASTRO, M. S. A. **Tênis**: aprendizagem e treinamento. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

MARINOVIC, W.; IIZUKA, C. A.; NAGAOKA, K. T. **Tênis de mesa**. São Paulo: Phorte,

2006.

SESI. **Tênis, tênis de mesa e badminton**. Serviço Social da Indústria. São Paulo: Editora SESI/SP, 2012.

Bibliografia Complementar

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 2. ed. Santos: Projeto Cooperação, 2002.

CAMARGO, F. E. B.; MARTINS, M. S. **Aprendendo o tênis de mesa brincando**. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

FREIRE, J. B. **Jogo**: entre o riso e o choro. Campinas: Autores Associados, 2002.

FREITAS, A.; VIEIRA, S. **O que é tênis**: histórias, regras e curiosidades. Casa da palavra, 2009.

WOODS, R.; WOODS, K. **Prática de tênis após os 50**. São Paulo: Manole, 2010.

Estatística Aplicada à Educação Física

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 00 horas

Créditos: 4

Ementa: conceitos básicos sobre tipos de variáveis. Estatística Descritiva. Medidas de dispersão e tendência central. Estatística Inferencial: estimação e Teste de Hipótese. Descrição de dados amostrais: tabelas, gráficos, medidas de posição e variabilidade. Compreensão de dados estatísticos aplicados à educação física.

Bibliografia Básica

BECKER, J. L. **Estatística básica**: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística**: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GLANTZ, S. A. **Princípios de bioestatística**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

Bibliografia Complementar

BALDI, B.; MOORE, D. S. A. **Prática da estatística nas ciências da vida**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

DANCEY, C.; REIDY, J.; ROWE, R. **Estatística sem matemática para as ciências da saúde**. Porto Alegre: Penso, 2017.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARTINS, G. A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. 4. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Exercício Físico e Diabetes

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 00 horas

Créditos: 4

Ementa: Epidemiologia, conceitos e histórico do processo saúde-doença. Tipos de diabetes mellitus. Estratificação do risco. Prescrição do exercício físico para pessoas com diabetes mellitus: interações medicamentosas e insulina. Políticas públicas para tratamento do diabetes mellitus.

Bibliografia Básica:

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. **Diretrizes do ACSM para testes de esforço e sua prescrição**. Guanabara Koogan, 2014.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. **Manual de pesquisa das diretrizes do acsm para os testes de esforço e sua prescrição**. 4. ed. Guanabara Koogan, 2003.

COLBERG, S. **Atividade física e diabetes**. Editora Manole, 2003.

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, M. A. **Musculação: diabéticos, osteoporóticos, idosos, crianças e obesos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

CANCELLIÉRI, C. **Diabetes e atividade física**. Editora Fontoura, 1999.

COSTA, A. A.; ALMEIDA NETO, J. S. **Manual de diabetes: educação, alimentação,**

medicamentos, atividade física. editora sarvier, 2009.

MATSUDO, S. M. M.; MATSUDO, V. K. R. **Atividade física e obesidade.** Editora Atheneu, 2007.

NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. **Cardiologia do exercício:** do atleta ao cardiopata. 3. ed. Editora Manole, 2010.

Exercício Físico e Reabilitação Cardíaca

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Ementa: fisiopatologia das doenças do sistema cardiovascular. Alterações cardiovasculares promovidas pelo exercício físico. Efeito agudo e crônico do exercício na hipertensão arterial. Efeito agudo e crônico do exercício na aterosclerose. Efeito agudo e crônico do exercício na doença arterial obstrutiva periférica. Efeito agudo e crônico do exercício após o infarto agudo do miocárdio. Efeito agudo e crônico do exercício em pacientes submetidos a cirurgias cardíacas. Prescrição de exercício para as doenças e procedimentos hospitalares cardiovasculares. Avaliação e adequação do programa de exercício físico para os doentes cardiovasculares.

Bibliografia Básica

CASTINHEIRAS NETO, G. **Manual de prescrição de exercício na doença vascular.** Editora Rúbio, 2013.

DIRETRIZ DE REABILITAÇÃO CARDÍACA. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. v. 84, n. 5, 2005.

NUNES, A. M. **Reabilitação cardíaca.** Editora Ícone, 2010.

Bibliografia Complementar

DAMINELLO, R. R. **Reabilitação cardiovascular e metabólica.** Editora Atheneu, 2013.

NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. **Cardiologia do exercício:** do atleta ao cardiopata. 3. ed. Editora Manole, 2010.

NIEMAN, D. C. **Exercício e saúde**: teste e prescrição de exercícios. 6. ed. Editora Manole, 2010.

POLLOCK, M. L.; SCHMIDT, D. H. **Doença cardíaca e reabilitação**. 3. ed. Editora Revinter, 2003.

REUB, P.; KEMPF, H. D. **Reabilitação cardíaca**: guia prático. Editora Forte, 2006.

Fundamentos do treinamento de Força

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Ementa: mecanismos bioquímicos e moleculares do treinamento de força. Adaptações e princípios do treinamento de força. Planejamento e periodização de exercícios de força. Treinamento de força personalizado. Bases da suplementação aplicada ao treinamento de força.

Bibliografia Básica:

DELAVIER, F. **Guia dos movimentos de musculação**: abordagem anatômica. 4. ed. São Paulo: Manole, 2006.

FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. **Fundamentos do treinamento de força muscular**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

GUIMARÃES NETO, W. M. **Princípios de treinamento**: hipertrofia máxima. São Paulo: Phorte, 2000.

Bibliografia Complementar:

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE - ACSM. *American College of Sports Medicine position stand: progression models in resistance training for healthy adults*. **Med. Sci. Sports Exerc.**, v. 41, n. 3, p. 687- 708, 2009.

FLECK, S. J.; FIGUEIRA JÚNIOR, A. **Treinamento de força para fitness & saúde**. São Paulo: Phorte, 2003.

GUIMARÃES NETO, W. M. **Princípios de treinamento**: hipertrofia máxima. São Paulo: Phorte, 2000.

HERNANDES JÚNIOR, B. D. O. **Musculação**: montagem da academia, gerenciamento de

peçoal, prescrição de treinamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

UCHIDA, M. C. et al. **Manual de musculação**: uma abordagem teórico-prática do treinamento de força. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2006.

Jogos e brincadeiras para pessoas com deficiência

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Créditos: 4

Ementa: compreensão biopsicossocial da deficiência visual, auditiva, locomotora e mental. Princípios pedagógicos dos jogos para pessoas com deficiência na educação física infantil, ensino fundamental e ensino médio. Princípios pedagógicos das brincadeiras para pessoas com deficiência na educação física infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Bibliografia Básica

LORENZINI, M. V. **Brincando a brincadeira com a criança deficiente**. São Paulo: Manole, 2002.

MAJOR, S.; WALSH, M. A. **Crianças com dificuldade de aprendizado**: jogos e atividades. São Paulo: Manole, 1987.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5. ed. São Paulo: Ícone, 1994.

Bibliografia Complementar

BROUG RE. G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CASTRO, A. **Jogos e brincadeiras para Educação Física**: desenvolvendo a agilidade, a coordenação, o relaxamento, a resistência, a velocidade e a força. Vozes, 2012.

DANTAS, H. Brincar e trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M. (Org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Thomson, 2002.

FREIRE, J. B. **Jogo**: entre o riso e o choro. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

FRIEDMANN, A. **Brincar**: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 2002.

Nutrição Aplicada à Educação Física

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 60 horas

Carga horária prática: 00 horas

Créditos: 4

Ementa: metabolismo de carboidratos. Metabolismo de lipídeos. Metabolismo de proteínas. Utilização dos carboidratos, lipídeos e proteínas no exercício aeróbio. Utilização dos carboidratos, lipídeos e proteínas no exercício aeróbio. Suplementação de carboidratos e proteínas. Nutrição e fadiga relacionada ao exercício. Alimentos envolvidos na melhora do desempenho físico.

Bibliografia Básica

KATCH, V. L.; KATCH, F. I.; MCARDLE, W. D. **Fisiologia do Exercício: Energia, nutrição e desempenho humano**. 8. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016.

KATCH, F. I.; KATCH, V. L.; MCARDLE, W. D. **Nutrição para o esporte e o exercício**. 3. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011.

TIRAPEGUI, J. **Nutrição, metabolismo e suplementação nas atividades físicas**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012.

Bibliografia Complementar

BROUNS, F. **Fundamentos de nutrição para os desportos**. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2005.

ESCOTT-STUMP, S.; MAHAN, K. L.; RAYMOND, J. L. K. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**. 13. ed. Amsterdã: Elsevier, 2013.

LONGO, S. **Manual de nutrição para o exercício físico**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.

LUSTOSA, A. M. A.; OLIVEIRA, A. V.; BENTO, A. P. N. **Suplementação nutricional no esporte**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

MARQUES, L. R. **Nutrição em academias: do *fitness* ao *wellness***. São Paulo: Roca, 2013.

Pesquisa qualitativa em Educação Física

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Ementa: A investigação científica de caráter qualitativo e interpretativas e seus critérios de validação científica. Limites e possibilidades das diferentes técnicas qualitativas de pesquisa em Educação Física. O planejamento da pesquisa qualitativa e a elaboração do projeto de pesquisa. Os aspectos éticos envolvidos na pesquisa qualitativa. Organização, análise e interpretação dos dados qualitativos.

Bibliografia Básica

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em Educação Física:** alternativas metodológicas. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016.

Bibliografia Complementar:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. L. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MOLINA NETO, V.; BOSSLE, F. **O ofício de ensinar e pesquisar em Educação Física escolar.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa.** 5. ed. Tradução Dayse Vaz de Moraes. Porto Alegre: AMGH, 2013.

Programas Clínicos e Ambulatoriais em Educação Física

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 45 horas

Carga horária prática: 15 horas

Créditos: 4

Ementa: Prescrição de exercícios físicos para grupos de pessoas em condições especiais (gestantes, pós-cirurgias, em reabilitação cardíaca e/ou reabilitação motora, diabéticos, hipertensos, asmáticos, portadores de HIV, doença cardiovascular e cerebrovascular, doenças crônicas, etc). Elaboração e Avaliação de programas clínicos e ambulatoriais de exercícios físicos para populações especiais.

Bibliografia Básica:

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. **Diretrizes do ACSM para testes de esforço e sua prescrição**. Guanabara Koogan, 2014.

CAMPOS, M. A. **Musculação**: diabéticos, osteoporóticos, idosos, crianças e obesos. Rio de janeiro: Sprint, 2000.

SIMÃO, R. **Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais**. 4. ed. São Paulo: Phorte editora, 2014.

Bibliografia Complementar:

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. **Diretrizes do ACSM para os Testes de Esforço e sua Prescrição**. Guanabara Koogan, 2014.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. **Manual de pesquisa das diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição**. 4. ed. Guanabara Koogan, 2003.

NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. **Cardiologia do exercício**: do Atleta ao cardiopata. 3. ed. Editora Manole, 2010.

PETERSON, J. A.; PETERSON, S. L.; BRYANT, C. X. **Treinamento de força para mulheres**. São Paulo: Manole, 2001.

SANTOS, E. F. **Manual de primeiros socorros da educação física aos esportes**. Editora Galenus, 2014.

Treinamento Esportivo I

Natureza: optativa

Carga horária total: 60 horas

Carga horária teórica: 30 horas

Carga horária prática: 30 horas

Créditos: 4

Ementa: Aborda a evolução histórica, o contexto político e o contexto moderno do treinamento

do treinamento desportivo. Proporciona o conhecimento teórico e prático da base dos princípios científicos do treinamento desportivo e das capacidades físicas: resistência, força, velocidade e flexibilidade. Compreensão do uso de recursos ergogênicos e a importância da monitoração do treinamento. Estimula o planejamento, a realização e a avaliação, com base nos princípios do treinamento, para diferentes modalidades esportivas.

Bibliografia Básica

DANTAS, E. H. M. **A prática da preparação física**. 4. ed. Rio de Janeiro: Shape, 1995.

GOMES, A. C. **Treinamento desportivo: estruturação e periodização**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TUBINO, M. J. G. **Metodologia científica do treinamento desportivo**. São Paulo: Ibrasa, 1985.

Bibliografia Complementar:

BARBANTI, V. J. **Teoria e prática do treinamento desportivo**. Edgar Blücher, 1979.

PLATONOV, V. N. **Tratado geral de treinamento desportivo**. Phorte, 2008.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte**. São Paulo: Phorte, 2009.

SAMULSKI, D. M.; MENZEL, H. PRADO, L. S. **Treinamento esportivo**. Editora Manole, 2013.

WEINECK, J. **Manual de treinamento esportivo**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1986.

7.18 Atividades Complementares

Os estudantes deverão cumprir, no mínimo, 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse, realizadas em iniciação científica, iniciação à docência, projetos de extensão, monitoria, entre outras, de acordo com o inciso III, do artigo 12, da Resolução nº 02/2015. O quadro de atividades complementares está disposto no Apêndice E.

As atividades complementares constituem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidas por diferentes instituições formativas, que propiciam vivências, saberes e experiências que contribuam com a formação do professor de educação física.

Trata-se de atividades de livre escolha do acadêmico, que deverão ser comprovadas

mediante apresentação de certificação junto a Secretaria Acadêmica do Câmpus e para a Coordenação do Curso de Educação Física, em período a ser estabelecido pelo Colegiado de Curso, ou mesmo pela coordenação do curso, antes da conclusão das atividades curriculares disciplinares, a ser regulamentado por Instrução Normativa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE nº 9 de 2005, que orienta o aproveitamento das atividades dos alunos.

7.19 Estruturação do Estágio Supervisionado

Desde o início do curso, os acadêmicos terão as disciplinas de seu currículo voltadas para as práticas educativas de um modo geral. São as disciplinas de Estágio Supervisionado, que subsidiarão as primeiras reflexões dos alunos sobre a sociedade e acompanharão, a partir do 5º período, as disciplinas de Estágio. Em outras palavras, as disciplinas de Estágio Supervisionado não se encerram com o início do Estágio Supervisionado, mas continuam fornecendo condições para que os acadêmicos, aliado ao Estágio, possam elaborar seus projetos de pesquisas e intervenção.

O acadêmico deverá cumprir a carga horária de 405 horas totais de Estágio Supervisionado ao longo do curso de graduação, distribuídas de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e o Regimento de Estágio, conforme apresentado no Quadro I. Assim, o discente matriculado nas disciplinas de Estágio deve cumprir integralmente a sua carga horária correspondente no semestre e comprovar através de documentos-padrões fornecidos pela UFT, que deverão ser entregues à Central de Estágio para fins de registro e arquivamento, caso contrário, deverão matricular-se novamente na disciplina.

Os alunos deverão entregar a documentação na Central de Estágio, no mais tardar até uma semana antes do encerramento do semestre letivo em vigor na UFT. Diante disso, a Central de Estágio comunicará aos professores das disciplinas de estágio quais os alunos que estão com documentos pendentes, no intuito de demonstrar que não foi comprovada a efetivação do estágio no período determinado.

O Estágio Supervisionado será realizado em Espaços Formais de Ensino. Todas as instituições devem ter convênios com a UFT possibilitando aos discentes a oportunidade de integração e comprometimento com a realidade social. A carga horária total do Estágio está distribuída da seguinte forma, conforme ilustrado no Quadro 4:

Quadro 04 — Carga Horária das disciplinas de Estágio

| Período | Disciplina | CHT | CHP | CH |
|---------|---|-----|-----|-----------|
| 5º | Estágio Curricular Supervisionado I em Educação Física – Educação Infantil | 30 | 75 | 105 horas |
| 6º | Estágio Curricular Supervisionado II em Educação Física - 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental | 30 | 75 | 105 horas |
| 7º | Estágio Curricular Supervisionado III em Educação Física - 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental | 30 | 75 | 105 horas |
| 8º | Estágio Curricular Supervisionado IV em Educação Física - Ensino Médio | 30 | 75 | 90 horas |

Fonte: O colegiado.

7.20 Diretrizes do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado vincula-se ao Colegiado de Educação Física, o que significará o envolvimento de todos os professores com a orientação dos discentes quanto à bibliografia, temas, programas de aulas/palestras/oficinas, elaboração de textos didáticos, indicação de recursos audiovisuais, entre outros.

A operacionalização e a coordenação do Estágio ficarão sob responsabilidade da Central de Estágio, do coordenador de estágio do Câmpus, dos professores das Disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado. Contudo, os alunos vinculados ao curso poderão estabelecer interlocução com os professores das diferentes atividades e área de conhecimento, solicitando contribuições e orientações para suas demandas de estágio.

As disciplinas de Estágio Supervisionado poderão ser ministradas por até dois professores do colegiado do curso de Educação Física (formados em Educação Física), ficando igualitária a distribuição de carga horária entre ambos os professores do curso que também devem trabalhar em conjunto. O supervisor local da unidade de ensino onde ocorrerá estágio deverá ser, a priori, um profissional de Educação Física. Os locais de estágio que não tiverem profissional com essa formação o colegiado do curso irá deliberar sobre a oferta de estágio nesse local.

Ressalta-se que, prioritariamente, o Estágio deverá ocorrer nas escolas públicas, abrangendo as suas dimensões como: gestão, atividades extraclasse e sala de aula.

As horas de Estágio Curricular Supervisionado exigido pela Legislação Federal serão distribuídas ao longo dos dois últimos anos do curso, entre o 5º e o 8º períodos. Tendo em vista a formação de um professor/pesquisador.

7.21 Atividades Desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado

Para o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deve cumprir etapas, que consistem num processo de aprendizagem que se inicia no 1º período do Curso e finaliza no 8º período. A partir do 5º período o aluno desenvolverá as atividades a seguir relacionadas:

- Observação da estrutura, funcionamento, recursos e clientela da escola;
- Observação da atuação didático-pedagógica do professor regente da sala de aula em que está estagiando;
- Participação nas aulas, atuando em atividades de ensino sugeridas e/ou autorizadas pelo professor regente da sala de aula;
- Regência em sala de aula em que está estagiando;
- Desenvolvimento de atividades tais como planejamento, oficinas, palestras, reuniões, que correspondem a programação do estágio, de acordo com a orientação do professor da Unidade Concedente e do docente-orientador da IES;

7.22 Atribuições do Estagiário

- a) Registrar todas as atividades de estágio previstas;
- b) Entregar ao docente-orientador, no final do estágio, relatório das atividades realizadas;
- c) Informar-se, junto ao docente-orientador, de todas as atividades a serem desenvolvidas para o cumprimento integral do estágio;
- d) Comprovar a realização das atividades de observação, participação e regência da aula, através do preenchimento de ficha de frequência assinada pelo professor titular da disciplina e/ou pelo professor supervisor de estágio;
- e) Apresentar, em prazo fixado pelo Coordenador de Estágio e pela Central de Estágio, o planejamento do conteúdo e das atividades didáticas ao professor de estágio, para análise e acompanhamento;
- f) Assumir a regência da turma na presença do professor na Unidade Concedente.

7.23 Supervisão de Estágio Curricular

A orientação das atividades desenvolvidas nos campos de estágio caracteriza-se como

“supervisão direta”, através do acompanhamento contínuo e direto de todo o processo pelo docente orientador do estágio.

Cabe ao docente orientador de Estágio:

- Orientar o estagiário sobre as atividades de estágio e o preenchimento dos documentos de estágio, contando com o auxílio de uma apresentação, no início do estágio, de um tutorial presencial da central de estágio;
- Acompanhar o estagiário quanto ao planejamento para sala de aula e o relatório das atividades desenvolvidas;
- Avaliar o desempenho do estagiário através de registros, observações e acompanhamento;
- Orientar e avaliar o monitor da disciplina, já que este presta auxílio na avaliação e reflexão da atuação dos alunos nas escolas;

7.24 Estágio Curricular Não-Obrigatório

Neste ponto, o discente deverá apresentar:

- a) Termo de Compromisso, em 03 vias assinadas pelas partes constituintes;
- b) Plano de Atividades, em 03 vias assinadas pelas partes constituintes.

Durante o estágio, o discente deverá ter a:

- c) Ficha de Frequência cedida pela Central de Estágio que deverá ser assinada pelo responsável pelo acompanhamento após o cumprimento da carga horária praticada/efetivada/feita pelo acadêmico na Unidade Concedente.

Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar:

- d) Relatório de Atividades, em 01 via assinadas pelas partes constituintes;
- e) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor na Unidade Concedente, em 01 via devidamente assinada;
- f) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor de Estágio na UFT, em 01 via devidamente assinada;
- g) Termo de realização de estágio obrigatório, em 01 via devidamente assinada;
- h) Ficha de Frequência assinada, em 01 via devidamente assinada.

Todos esses documentos devem ser entregues à Central de Estágio para arquivamento em pastas individuais dos acadêmicos.

7.25 Metodologia

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores (as) oriundos (as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através interdisciplinaridade entre diversos campo de conhecimento, que tem como objetivo fundamental garantir o processo de ensino/aprendizagem.

Assim, a integração definida como metodologia oportuniza a formação do perfil profissiográfico, definido neste projeto e marcam o caráter interdisciplinar a partir do elenco das disciplinas, pela troca de informações e pela interação com os seguintes elementos:

- Grupos, Linhas e Projetos de Pesquisa existentes;
- Intercâmbio com outros campi e pesquisadores;
- Relação com curso de Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo;
- Relação com Cursos de pós-graduação lato sensu existentes no câmpus;

7.26 Interface Pesquisa e Extensão

A formação do licenciado em Educação Física tem como princípio as atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando a consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Educação Física visa a formação humana e a qualificação de profissional da educação, em intercambio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional vira a atuar.

As atividades de Ensino devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico-metodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando a produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria pratica.

As atividades de ensino compreenderão:

- Disciplinas;
- Grupos de estudos;
- Seminários temáticos;
- Monitoria escolar;

- Monitoria Acadêmica.

Com relação à Pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisadoras, visando a criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos. Foram criadas três grandes áreas de Pesquisa, dentro das quais serão inseridas as linhas de pesquisa de cada professor/pesquisador:

I - *Estudos Biodinâmicos do Desempenho, Saúde e Movimento Humano*: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos biodinâmicos e relacionados à saúde;

II – *Estudos Socioculturais e Comportamentais do Movimento Humano*: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos socioculturais e comportamentais;

III – *Estudos em Educação e Movimento Humano*: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos educacionais.

A Extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade, no processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontra na sociedade a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão:

- Participação em grupo de pesquisa;
- Projetos de Iniciação Científica;
- Projetos de Pesquisa institucionais;
- Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão;
- Estágios extracurriculares em área congênere a formação do curso;

- Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar;
- Estudo e produção artístico-cultural;
- Assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

7.27 Proposta para Pós-graduação

O curso de Licenciatura em Educação Física, fará parte do processo de implantação e implementação do curso de mestrado para o câmpus de Tocantinópolis integrado aos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo, conforme o Plano de Qualificação Docente - PQFD dos cursos citados. Tendo como grande área - Educação, com concentração em Educação Física Escolar.

7.28 Interface com programas de fortalecimento do ensino

Os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento pela UFT têm como objetivo o fortalecimento do ensino. Para tanto, deve-se realizar interface entre os programas e projetos institucionais da UFT, tais como: Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET); Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA); Programa Prodocência, Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e Residência Pedagógica. A seguir, detalharemos cada um deles:

Programa Institucional de Monitoria (PIM): consta na Resolução Normativa – PROGRAD nº 01/2005, que este programa tem como principais objetivos: incentivar a participação do discente nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Especial de Treinamento/Tutoria (PET): é um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica,

científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA): O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e cursar até três semestres. Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de pedagogia poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Câmpus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes.

Programa Prodocência (Programa de Consolidação das Licenciaturas): Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas a formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior, em cursos de licenciatura para melhoria da educação básica.

Residência pedagógica: faz parte da renovação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. O principal objetivo é promover o aprimoramento da qualidade na formação inicial culminando em uma melhor avaliação dos futuros profissionais da educação.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência legal prevista na estrutura curricular do curso, entendida como importante etapa da vida acadêmica, pois materializa a construção dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, e sinaliza a capacidade de aprofundamento, sistematização e amadurecimento intelectual do acadêmico a

respeito de uma determinada temática.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Educação Física observam como imprescindível:

Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.

Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional (BRASIL, 2004).

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência legal prevista na estrutura curricular do curso, entendida como importante etapa da vida acadêmica, pois materializa a construção dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, e sinaliza a capacidade de aprofundamento, sistematização e amadurecimento intelectual do acadêmico a respeito de uma determinada temática.

A superação dos problemas educacionais só será possível se ocorrerem mudanças nos paradigmas que envolvem as práticas educativas. Portanto, a pesquisa educacional é muito importante para que seja revelado aos que ainda estão em processo de formação os pontos frágeis que devem receber maior atenção da parte dos educadores em sentido amplo.

Assim, a construção do TCC é o momento em que o acadêmico formaliza sua percepção e faz críticas aos processos educativos que ocorrem formalmente em instituições escolares. É importante destacar que os problemas que se transformam em objetos de pesquisa dos trabalhos de conclusão de curso não necessariamente devem estar ligados exclusivamente ao contexto das práticas educativas, mas também a qualquer outro tema relevante de interesse do acadêmico, mas que esteja interligado com a grande temática - Educação.

9. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tem como base o aspecto político-pedagógico, cujo objetivo é emancipar, oportunizando para esse sujeito a liberdade de escrever sua própria história na construção do conhecimento. Partindo desse pressuposto, a avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A **avaliação do aluno** nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar e, sempre que possível, será realizada por meio de uma proposta interdisciplinar. Será feita a realização de Seminários Interdisciplinares durante a oferta do eixo, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo da disciplina será composto de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não e muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino e aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimentos e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

Segundo Bordenave & Pereira (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção. A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

Conforme Macedo (2002, p. 32):

[...] trata-se de perceber a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, constroem o currículo. As questões como, quê e por quê se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de ser e de estar no mundo dos alunos. A avaliação, nessa perspectiva, assume um caráter processual e gradual, exigindo um esforço coletivo e contínuo no processo de pensar, agir e transformar.

9.1 Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme Resolução CONSEPE nº 05/2005 art. 4, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina. Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

10. AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

Conforme documento dos Especialistas do MEC, a Avaliação dos cursos deve oferecer critérios próprios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem. Para obter autorização de funcionamento, um curso de graduação em Educação Física, na modalidade de Licenciatura deverá atender ou demonstrar capacidade futura de atender os *Padrões de Qualidade* exigidos pelo MEC.

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861/2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por câmpus, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das estruturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de —produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia (PDI, 007). Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

Missão: identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Corpo de professores/pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.

Corpo discente: integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno.

Corpo de servidores técnico-administrativos: integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas

de admissão na carreira.

Currículos e programas: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica: análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

Atividades de extensão e ações de intervenção social: integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infraestrutura: análise da infraestrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

Gestão: administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

Convênios e parcerias: análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

11. AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA

A autoavaliação do curso conforme disposto na Lei nº 10.861/2004 (Lei do SINAES) é concebida pela comissão do curso como um processo coletivo, contínuo e indispensável ao seu aperfeiçoamento. Isso com vistas a possíveis adequações das ações pedagógicas. Assim sendo, o Curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus Universitário de Tocantinópolis será

avaliado de forma contínua e sistemática. No âmbito mais geral a avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos docentes com os educandos, refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais. Objetivando a visualização de sua implementação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes, assim aperfeiçoar o planejamento e/ou ainda o redirecionamento das atividades do curso.

De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma Comissão Permanente de Avaliação- a ser criada para esta finalidade. Assim esse processo de autoavaliação será da responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação e do Núcleo Docente Estruturante, articulado com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) sob pressupostos do Projeto Institucional (PI). Para isso, podem ser utilizados como instrumentos de avaliação os recursos produzidos pela CPA e pela Comissão do curso, sendo estes: recursos interativos on-line, reuniões periódicas, questionários, debates, ouvidorias, utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entre outros.

Nesse processo de avaliação e autoavaliação, a Comissão Permanente de Avaliação deverá elaborar instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los a avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

- Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares. (Ensino). Análise e reflexão sobre o exercício da pesquisa no processo de ensino aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores e alunos de um modo geral. (Produção do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos. (Difusão do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas. (Extensão);
- Avaliação periódica da gestão acadêmica do Curso (colegiado e coordenação de curso) visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/discentes/institucionais (gestão).

Portanto, os resultados da avaliação serão disponibilizados na forma de relatórios e expostos à comunidade acadêmica, e ainda produzindo um documento no qual constarão as ações recomendadas, as quais serão utilizadas para o replanejamento do curso.

12. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

12.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente

No Quadro 5 estão demonstradas as formações acadêmicas e profissionais do corpo docente do curso de Licenciatura em Educação Física do campus Tocantinópolis.

Quadro 5 — Formação acadêmica e profissional do corpo docente

| | Docente | Graduação/ IFES/Ano de Conclusão | Especialização IFES/Ano de Conclusão | Mestrado/ IFES/Ano de Conclusão | Doutorado/ IFES/Ano de Conclusão | Link para acesso ao currículo lattes dos docentes |
|----|-------------------------------------|---|--|--|---|---|
| 01 | Adriano Filipe Barreto Grangeiro | Bacharel em Fisioterapia/Faculdade Santa Terezinha – CEST/2005 Licenciatura em Educação Física/CEUMA /2009 | Saúde da Família/USB/2006 Gerontologia/IESM A/2007 Educação à Distância/FIJ/2012 Fisioterapia Home Care/Faculdade Integrada/2014 Psicomotricidade Aplicada à Educação/FISIG/2014 | Mestrado em Saúde do Adulto e da criança/UFMA/2015 | Doutorado em andamento | http://lattes.cnpq.br/2025306381784519 |
| 02 | Leandro Ferraz | Licenciatura Plena em Educação Física/UFMS/2001 | Treinamento Esportivo/UFPR/2001 | Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUI/2006 | Doutorado em artes/UNESP-UFT/2019 | http://lattes.cnpq.br/1582969539589881 |
| 03 | Carliene Freitas da Silva Bernardes | Psicologia/UFU/2002 | - | Mestrado em Psicologia Aplicada/UFU/2007 | Doutorado em andamento | http://lattes.cnpq.br/5078133128796671 |

| | | | | | | |
|----|-------------------------------|---|--|---|---|---|
| 04 | Joana Marcela Sales de Lucena | Bacharel em Educação Física/UPE/2012 | - | Mestrado em Educação Física/UPE/UF PB/2015 | Doutorado em andamento | http://lattes.cnpq.br/4621507340810122 |
| 05 | Orranette Pereira Padilhas | Licenciada Plena em Educação Física/UFPB/2011 | - | Mestrado em Educação Física/UPE/UF PB/2015 | - | http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4949250Y0 |
| 06 | Marilene Soares da Silva | Graduada em Pedagogia/UNITINS/1995 | Psicopedagogia/FACLA/1997 | Mestrado em Letras, Crítica Literária e Literatura/PUC-Goiás/2013 | - | http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708764U7 |
| 07 | Rubens Vinícius Letieri | Licenciado Pleno em Educação Física | Especialização em Musculação e Personal Training/ESEFM/2005 Especialização em Fisiologia do Exercício/UFPR/2008 | Mestrado em Biocinética/Universidade de Coimbra/2012 | Doutor em Ciências do Desporto/Universidade de Coimbra/2019 | http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4257032E6 |
| 08 | Alessandra Araújo de Souza | Licenciada Plena em Educação Física/UFPB/2011 | - | Mestrado em Educação Física/UPE/UF PB/2015 | - | http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4433904U6 |

| | | | | | | |
|----|-----------------------------------|---|---|---|--|---|
| 09 | Mayrhon José Abrantes Farias | Licenciado em Educação Física/UFMA// 2010 | Especialização em Educação Integral | Mestrado em Educação Física/ UnB/2015 | Doutorado em Educação Física/UnB/2019 | http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4423430P9 |
| 10 | Adriano Lopes de Souza | Licenciado em Educação Física/UESB/2011 | Especialização em Metodologia em Educação Física e Esportes | Mestrado em Educação Física/UFES/2016 | Doutorado em Andamento | http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4412611J2 |
| 11 | Bruno Fernandes Antunez | Bacharel e Licenciado em Educação Física/UFPEL | Especialista em Educação Física Escolar/UFPEL | Mestre em Atividade Física e Desempenho/UFPEL | - | http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4270888A9 |
| 12 | Bethânia Alves Costa Zandomínégue | Licenciatura plena em Educação Física/UFES/2002 | Especialização em Treinamento Esportivo/UFES/2005 | Mestrado em Educação Física/UFES/2012 | Doutorado em Educação Física/UFES/2018 | http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4251753H2 |

Fonte: O colegiado.

12.2 Regime de Trabalho do Corpo Docente

No Quadro 6 verifica-se que todos os docentes do curso de Licenciatura em Educação Física exercem suas funções no regime de dedicação exclusiva.

Quadro 6 — Quantitativo do regime de trabalho do corpo docente

| Regime de Trabalho | n | % |
|---------------------|----|------|
| Dedicação Exclusiva | 12 | 100% |
| 40 horas | - | - |

| | | |
|--------------|-----------|-------------|
| 20 horas | - | - |
| Total | 12 | 100% |

Fonte: O colegiado.

12.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A relação nominal dos docentes que atualmente compõem o Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em Educação Física pode ser observada no Quadro 7. Importante salientar que apenas um docente optou por não ser membro do NDE.

Quadro 7 — Relação nominal dos membros e ano de entrada dos membros do Núcleo Docente Estruturante

| Membro | Titulação | Ano de entrada NDE |
|------------------------------|------------------|---------------------------|
| Orranette Pereira Padilhas | Mestre | 2016 |
| Mayrhon José Abrantes Farias | Doutor | 2018 |
| Adriano Lopes de Souza | Doutor | 2018 |
| Bruno Fernandes Antunez | Mestre | 2018 |
| Bethânia A. C. Zandomínegue | Doutora | 2019 |

Fonte: O colegiado.

12.4 Corpo Técnico-Administrativo que atende ao Curso

O profissional técnico-administrativo que atende como secretário do curso de Licenciatura em Educação Física é o Marcelo Martins Campos.

13. FUNDAMENTOS DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontado como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-

pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudios-visuais e de plataformas digitais.

14. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), será norteado pelas premissas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9.394/, principalmente no que refere-se à atribuição das atividades de estágio por parte da própria instituição de ensino. Da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que dispõe sobre o Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório (nº 003/2005) e da Lei nº 11.788, de 25 de novembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, o Estágio Curricular Supervisionado estará associado à formação específica do Curso de Educação Física e será estruturado da seguinte forma: iniciará no 5º período, sendo realizado sem intervalos ao longo do curso até o 8º período. A proposta de Estágio do curso coloca que este poderá ser realizado em instituições escolares, incluindo a parte de observação, regência e projetos de intervenção em:

Espaços formais de ensino como escolas de Educação Básica da rede pública e particular, em projetos de pesquisa e extensão, desde que estejam vinculados à Educação Básica e o aluno esteja matriculado na disciplina de estágio com supervisão do professor de estágio. Ressaltando que as atividades de pesquisa e extensão não podem ser computadas concomitantemente como atividades complementares e de estágio.

14.1 Objetivos

Geral

Proporcionar a reflexão significativa dos conteúdos da formação docente do profissional de Educação Física por meio da observação vinculada à prática pedagógica num processo de problematização, teorização e intervenção.

Específicos

- Propiciar espaços de observação ao acadêmico de modo que possa refletir sobre a prática pedagógica com intuito de compreender e intervir em situações do cotidiano;
- Promover ações que possibilitem ao acadêmico à construção de competências nas relações humanas e pedagógicas a partir dos estudos dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;
- Organizar para os discentes, nos espaços acadêmicos, a possibilidade de dialogar e trocar experiências a partir do Estágio Curricular de modo que problematize e reflita suas atividades pedagógicas realizadas no decorrer do estágio.

15. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

O campus de universitário de Tocantinópolis possui atualmente uma área de 7.200 m² localizada em área privilegiada no centro da cidade. Neste espaço está contemplado 10 salas de aula, 01 laboratório de informática, 22 salas administrativas, 20 salas de professores, 09 salas

de projetos, 01 bloco do PARFOR, 01 biblioteca, 01 cantina, 01 auditório e 01 casa do estudante.

Em 2013, foi doada uma área de 223.240m² para a construção da nova Unidade situada na entrada da cidade de Tocantinópolis, a qual já foi inaugurada desde o ano de 2018, cuja estrutura prevê a construção dos espaços necessários para atender as demandas (teóricas e práticas) do curso de Educação Física.

Enquanto a referida estrutura não esteja concluída, o curso de Educação Física utilizará a estrutura que a cidade de Tocantinópolis comporta, a saber: quadras poliesportivas cobertas, ginásio, estádio municipal, estrutura do Tocantinópolis Esporte Clube, AABB, escolas estaduais e municipais, prefeitura municipal, academias e a estrutura atual do campus, Unidade Centro.

O potencial de espaços na cidade tem um grande diferencial a favor da Universidade que valoriza o trabalho com parcerias. Vale lembrar, também, que o câmpus dispõe de uma escola que fica na área da UFT que está cedida para a prefeitura. Esta escola possui 4 salas de aula com capacidade para 50 pessoas, banheiros e cozinha.

O Quadro 8 aponta algumas estruturas físicas existentes na cidade de Tocantinópolis que podem ser utilizadas mediante parcerias com o poder público municipal e estadual, e instituições privadas, para atender às demandas do Curso de Educação Física da UFT:

Quadro 8 — Estrutura Física de Tocantinópolis

| ESPAÇO FÍSICO | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA | CONDIÇÕES |
|----------------------------------|------------------------------|--|
| Escola Estadual XV de Novembro | Estado/Seduc | 01 quadra de esporte coberta |
| Escola Estadual Darcy Marinho | Estado/Seduc | 01 quadra de esporte coberta e laboratório de anatomia. |
| Escola Estadual Giuliano Moretti | Estado/Seduc | 01 quadra de esporte coberta |
| Escola Estadual Padrão | Estado/Seduc | 01 quadra de esporte coberta |
| AABB | Banco do Brasil | Piscina Quadra de Esportes Academia |
| Estádio Lauro Assunção | Prefeitura de Tocantinópolis | Campo de Futebol Pista de Atletismo (processo de conclusão) |

| | | |
|--------------------------|------------------------------|---|
| Academia da Melhor Idade | Prefeitura de Tocantinópolis | Aparelhos Aeróbicos para atividade física da terceira idade |
|--------------------------|------------------------------|---|

Fonte: O colegiado.

Laboratório de Informática e Multimídia.

O Laboratório de Informática de Multimídia é um espaço interdisciplinar onde se desenvolve a pesquisa e a extensão em interface com outros cursos como pedagogia e psicologia, por exemplos. Equipado com computadores e outros equipamentos de multimeios visa à utilização da informática como auxiliar do ensino, da pesquisa e da extensão através da introdução de uma metodologia que proponha atividades fora da sala de aula convencional e que utilize recursos como: internet, vídeo, cinema, filmografia, etc.

Para isso a sala precisa de alguns equipamentos básicos, tais como:

- Mesas
- Cadeiras
- Computadores
- Televisões
- Scanner
- Máquina fotográfica digital.
- Câmera filmográfica
- Data show
- Tela de projeção, etc.

Vale ressaltar que a princípio será utilizado o laboratório do câmpus, que possui 32 máquinas em bom estado, com funcionamento das 08h às 22h. Para 2015, será iniciada construção de um laboratório de informática no novo Câmpus.

Laboratório de Biomecânica e Musculação

Esse espaço aproxima-se de uma academia de ginástica e musculação, uma vez que os equipamentos utilizados para que os alunos realizem as atividades neste laboratório são os mesmo de uma academia convencional. Esse espaço auxilia no ensino e na pesquisa na formação profissional do acadêmico possibilitando-lhe um acentuado conhecimento científico da Biomecânica.

Diversas atividades são realizadas neste laboratório:

- Análise biomecânica em atividade de corrida e ciclismo competitivo.
- Observação dos efeitos do cansaço sobre o corpo durante e após o exercício.

- Avaliação da frequência cardíaca durante competições

Equipamentos necessários:

- Aparelho de pressão manômetro
- Aparelho de pressão coluna de Mercúrio
- Balança
- Bicicletas Ergométricas
- Bebedouro
- Cicloergômetro de braço.
- Esteiras pró-fitness
- Microcomputadores
- Monitores Cardíacos Polar

Esse laboratório visa a investigação e a análise do movimento humano em suas estruturas básicas relacionadas às atividades físico-esportivas e atividades cotidianas, observando-se as consequências para o aparelho locomotor, tanto em relação ao rendimento e otimização técnica como em dependência das características específicas das reações do sistema biológico humano. Nesse laboratório pode-se elaborar projetos de observação e intervenção sobre o desenvolvimento motor.

Laboratório de observação do Lazer e da Recreação

Este laboratório visa apontar, através de pesquisas acadêmicas, a importância do lazer e da recreação para a promoção de uma boa qualidade de vida para crianças, jovens, adultos e terceira idade. Para isso propõe-se a:

- Prestar serviços de orientação;
- Promover eventos de atividades esportivas para integração social;
- Realizar pesquisa de alcance a abrangência comunitária;

No campo do ensino e da extensão poderá realizar: Cursos, Seminários, Congressos, Palestras, Publicações, Simpósios e atividade de clínica.

Laboratório de Anatomia e Fisiologia

Este laboratório precisará ser construído para atendimento das aulas de Anatomia Humana, Anatomia do Movimento e Fisiologia Humana. Destaca-se que se pode fazer atualmente uma parceria com as escolas locais de enfermagem a fim de atender essa

necessidade.

OBS: Será utilizado em forma de parceria o laboratório de Anatomia e Biologia do curso Técnico em Enfermagem do Centro de Ensino Médio Deputado Darcy Marinho (CEM). A previsão para o laboratório do câmpus é para 2015/2 com a entrega da primeira etapa de salas do novo câmpus. O laboratório do CEM já será utilizado para aulas práticas até o ano de 2016/1.

Laboratório de Informática - LABIN

Atualmente o LABIN está em um prédio com 75.24 m² só de laboratório, além de contar com dois banheiros, uma recepção e um sistema de ar condicionado. Contamos também com 40 computadores conectados à internet, que atende à comunidade acadêmica e local. Só de área para o laboratório, além de 2 (dois) banheiros, há uma área destinada para a recepção, sendo que esse espaço dispõe de sistema de ar condicionado.

Laboratório de Estudos da Atividade Física, do Exercício e dos Esportes

O laboratório acima descrito tem a função de atender às práticas de atividades aeróbicas, de condicionamento físico, alongamento além da prática de musculação. Antes da instalação desse laboratório, podemos contar com uma parceria com 3 (três) academias locais.

OBS: Será utilizada através de parceria, a acadêmica de AABB e também a nova acadêmica do Tocantinópolis Esporte Clube que será inaugurada ainda em 2014 e a Academia da Melhor Idade da prefeitura municipal. Também será feito convênio com as academias privadas a fim de complementar o currículo nas atividades. Nestes espaços serão contempladas as disciplinas de Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano, Medidas e Avaliação na Educação Física, Fisiologia do Exercício e Crescimento e Desenvolvimento Motor.

Bloco de Sala de Professores

O câmpus possui dois blocos, cada um com 256,69m² com 10 salas de professores estruturadas como internet, ar condicionado, ramal, computadores, mobiliários e capacidade de atender até 22 professores. Também compreende uma sala de reunião para cada bloco com capacidade de 30 pessoas. Essa estrutura ainda não está totalmente ocupada, tendo ainda espaço para atender mais professores. No total são 513,38m² com 20 salas e capacidade para 44 professores.

Salas de aula

Neste espaço possui 10 salas de 52m² cada com capacidade para 50 alunos podendo atender até 500 alunos por turno, em total de 1500 em 3 turnos. Essas salas ficam localizadas em espaço de 1561,41m² que ainda contempla o auditório, copiadora, sala de multimídia, CAs, brinquedoteca, banheiros e cineclubinho. Possui também um pátio de circulação de 224,00m². as referidas salas possuem espaço, iluminação, climatização e mobiliários adequados e podem ser utilizadas juntamente com os outros dois cursos existentes ou no período vespertino em razão de que nesse turno as mesmas ficam totalmente ociosas. O fato de prevermos apenas uma entrada anual do Curso de Educação Física certamente facilitará a implantação do mesmo. Pensa-se também, caso necessário, na possibilidade de reduzirmos uma entrada no Curso de Pedagogia a fim de acolhermos melhor o Curso de Educação Física.

Sala de Reuniões

Atualmente dispomos de 2 (duas) salas de reuniões as quais são amplas, climatizadas e móveis. Esses espaços foram criados com a finalidade de acolher as reuniões dos Colegiados existentes, mas vê-se que, nas mesmas pode-se realizar outras reuniões em quaisquer horários em razão de que os Colegiados existentes têm sua rotina, a qual não impede a realização de outras atividades nesses espaços existentes.

Sala de Coordenação financeira e administrativa

O câmpus possui 22 salas de apoio administrativo, com estrutura razoável atendendo os setores de transporte, diárias, direção, recepção, recursos humanos, compras, almoxarifado, coordenação administrativa, informática, subprefeitura, patrimônio, protocolo, ouvidoria e central de estágio. Quanto ao quadro de servidores, vale lembrar que foi autorizado o concurso para o 1º semestre de 2014, devendo aumentar para 30 servidores efetivos. Neste sentido, o quadro será suficiente para atender as necessidades dos cursos já existentes e de novos cursos, como o educação física.

Gabinetes e trabalho de professor

Contamos hoje com 20 gabinetes destinados ao trabalho docente como estudos orientação acadêmica, entre outros. Essas salas são todas climatizadas, possuem mobiliário adequado como armários, mesas, cadeiras, ramal telefônico e computadores conectados à internet. Cada sala foi construída para receber dois professores.

Secretaria Acadêmica

O setor de Controle e Registro Acadêmico do câmpus, tem uma área de 44,97m² onde atende atualmente a 02 cursos regulares (Ciências Sociais e Pedagogia) e um semi presencial (Pedagogia/Parfor) perfazendo um total de 740 alunos em 2013/2. O espaço da setor bem como o mobiliário, pode atender mais 04 cursos e ainda tem um diferencial que é o quadro de servidores fechado com 5 servidores que atendem ininterruptamente das 08h às 20h.

Auditório

O Auditório (Vigilante Adão Ribeiro da Silva) fica localizado no bloco de sala de aulas e tem uma área de 114,07m², climatizado, com palco e capacidade para 90 pessoas. Esse auditório atende não só o câmpus como também a eventos municipais, estaduais, regionais e privados.

Bloco de Projetos

Esse bloco atende a vários projetos do câmpus, possui 257,60 m² e 11 salas climatizadas. Neste bloco fica também localizada o setor de informática do câmpus.

Bloco PARFOR

Essa estrutura veio com a implantação do curso de Pedagogia/Parfor(Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) possui uma área de 417,62m². Nela concentra 06 salas de pequeno porte, 01 sala de aula e 01 mini auditório.

Sala de Dança e Expressão Corporal

Esta sala será reservada para as atividades de dança e expressão corporal, bem como ao atendimento de disciplinas que tenham práticas afins.

OBS: Pela estrutura curricular, este espaço será necessário a partir de 2017/1. Na falta deste, sinalizamos a possibilidade de utilizar provisoriamente, a Academia da Maior Idade (Prefeitura Municipal) ou outro espaço firmado por meio de algum convênio com academias e empresas locais. Este espaço visa atender especialmente, as aulas práticas das disciplinas Fundamentos da Ginástica e Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas.

Quadra Poliesportiva/Ginásio Esportivo Coberto

Para as disciplinas pedagógicas de Futsal, Handebol, Basquetebol e Voleibol, o município dispõe de várias quadras poliesportivas cobertas nas escolas estaduais. Estas quadras estão em boas condições da prática das atividades e sediadas no Centro de Ensino Médio

Deputado Darcy Marinho, Escola Estadual Padre Giuliano Moretti, Escola Paroquial Cristo Rei, Escola Estadual XV de novembro e Ginásio de Esportes. A previsão da construção do Ginásio Poliesportivo com academia é 2015 e em caso não concluir as obras, será utilizado a parceira com as escolas citadas e prefeitura.

Piscina

As aulas práticas de natação e atividades aquáticas serão desenvolvidas inicialmente na piscina da Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB em parceria estipulada.

Pista De Atletismo

Para o funcionamento inicial do curso, contamos com uma pista de atletismo pertencente ao Complexo Esportivo administrado pela Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Campo de Futebol

Temos disponibilidade, mediante convênio, de utilizarmos 2 (dois) câmpus de futebol, sendo que um pertence ao Complexo Esportivo da Prefeitura e o outro pertence ao Tocantinópolis Esporte Clube – TEC. No estádio municipal ficará disponível o campo de futebol, com tendência de utilização da pista de atletismo do mesmo que ainda não está concluída.

Unidade Babaçu

Com a doação da nova área de 223,240m² para a construção do novo câmpus, está prevista para iniciar em 2014/1 a construção da primeira etapa com 18 salas de aula, 01 biblioteca e infra estrutura. Ainda esse ano poderá ser licitado o ginásio e bloco administrativo. Esse novo espaço irá contemplar a expansão dos cursos de Tocantinópolis.

Sala de Direção do Câmpus e Coordenação de Curso

A Sala da direção fica localizada no prédio do PARFOR e tem um ambiente amplo, com espaço para reunião, climatizado e possui como apoio uma sala de recepção que funciona das 08h às 20h.

Quanto as coordenações de curso, estão em salas climatizadas, com mobiliário, internet, ramal. Possui um funcionário para cada coordenação e previsto para o concurso de 2014 um secretário executivo para cada coordenação. No novo câmpus, a estrutura das coordenações será formada por uma sala do coordenador de uma recepção para secretaria executiva. Mesmo

com a entrada de mais cursos, ainda tem espaço no câmpus atual para atender a novas coordenações.

Biblioteca

Atualmente temos uma biblioteca com espaço físico amplo, a qual foi reformada recentemente, está informatizada além de contar com salas de estudo para alunos e um amplo acervo bibliográfico sendo que todos os seus espaços são climatizados.

A biblioteca dispõe de uma área total construída de 504 m², toda área com equipamento de climatização (sprinter) em varias especificações, está dividida para atender áreas de leitura, acondicionamento do acervo, serviços técnicos, com discriminação das seguintes áreas: coordenação (área: 9,89m²), espaço cultural / videoteca. (área: 41,77m²), Sala de estudo em grupo (área: 25,50m²), Sala de pesquisa. (área: 16,01m²), Estudo individual (área: 15,64m²), Área de pesquisa (área: 107,61m²), Acondicionamento acervo (área: 121,12m²), Processamento técnico (área: 22,12m²), Atendimento e Recepção (área: 13,14m²), Circulação (área: 11,19m²), Acesso geral (área: 25,46m²), Circulação interna (área: 25,55m²), arquivo interno (área: 8,46m²), Banheiros - (área: 25,06m²) 02 banheiros adaptados para portadores de deficiência física e motora.

A Biblioteca dispõe de dezoito cabines de leituras individuais, para maior comodidade dos usuários, um armário de guarda volumes com doze portas, um quadro de avisos. Para os trabalhos técnicos a biblioteca conta com, uma impressora e oito computadores, sendo três no atendimento, três no processamento técnico, um para a televisão e um na coordenação. A biblioteca possui sistema antifurto para auxiliar contra perda ou até mesmo roubo de livros.

O acesso a biblioteca ainda não está totalmente ligado por passarelas cobertas e rampas que facilitem o acesso das pessoas com deficiências.

Em relação acervo, o acesso é livre e se dá também através de três terminais de computador disponibilizados na área de circulação interna, onde os/as alunos(as) podem consultar diretamente na biblioteca virtual. Além disso, existe uma televisão LCD de 47 polegadas para transmissão da programação da CAPES TV Web.

Livros da Bibliografia Básica.

A Biblioteca funciona como órgão suplementar, previsto no regimento geral da UFT, que tem por finalidade atender às necessidades informacionais da Universidade no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Biblioteca do Câmpus Universitário de

Tocantinópolis foi piloto na implantação do SISBIB/UFT, no processo de informatização e a primeira a terminar a composição do banco de dados bibliográficos. Atualmente estão com o acervo bibliográfico cem por cento inseridos no SIE - módulo biblioteca.

A principal forma de atualização do acervo se dá pela observação dos projetos políticos dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais. Professores e alunos também podem enviar listas com sugestões de livros para aquisição.

Periódicos especializados

O setor responsável pelo desenvolvimento de políticas no que se refere a aquisição do acervo bibliográfico da UFT é a Coordenação do Sistema de Bibliotecas - SISBIB.

Área de lazer e circulação

O Câmpus Universitário de Tocantinópolis não possui local próprio para atividades de recreação, de esporte e desenvolvimento cultural. Mesmo com a reforma realizada em 2009, o Câmpus continua sem um espaço de convivência.

Em junho de 2011 foi inaugurada uma cantina em uma área total de 68 metros quadrados, com cozinha, balcão de atendimento, lavabo e área coberta. Hoje atende não só a comunidade acadêmica como a externa.

Recursos audiovisuais

Possui no câmpus 09 datashow, aparelhos de DVD, 06 notebooks, que são utilizados nas aulas, além das caixas de som. Esses recursos estão disponíveis para docentes e alunos, sendo de fácil aquisição esses itens. Para 2014 está prevista o recebimento de mais aparelhos datashow e notebooks além da instalação dos kits multimídia em cada sala de aula.

Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)

Após a última reforma, o câmpus recebeu adaptações para portador de necessidades especiais, com instalação de rampas de acesso para todos os setores e os banheiros também foram adaptados para deficientes. Também o transporte recebeu adaptações, atualmente possui um microônibus com espaço adaptado para cadeirante.

Transporte

A frota do câmpus concentra em 03 veículos pequenos em bom estado de conservação (voiage, L-200 e L-200 triton) e dois microônibus, um com capacidade para 14 passageiros e

outro para 28 passageiros.

Comunicação

Atualmente o setor de comunicação funciona precariamente no câmpus. Não há uma sala apropriada destinada a esta finalidade. Não há nenhum boletim interno ou pessoa responsável para registrar os fatos e acontecimentos locais. As principais formas de comunicação utilizada são os murais, espalhados nas entradas das salas de aula, nos corredores e no setor administrativo e a internet através das listas de e-mail.

Copiadora

Institucional – 01 Sala com ramal telefônico, internet e ar-condicionado, com cota mensal para o câmpus de 9.900 cópias, sendo distribuídas por setores conforme necessidade de utilização. Cada professor tem direito a 90 cópias mensais por disciplina.

Externa – 01 Sala com internet e ar-condicionado que atende aos discentes e comunidade em geral em 3 turnos. Há reclamações por parte dos discentes em relação ao preço das cópias, em relação ao espaço e a quantidade de máquinas para atender a demanda. Em frente ao câmpus também possui copiadora, atendendo às necessidades dos alunos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12693:2010 - **Sistemas de proteção por extintores de incêndio**. Rio de Janeiro, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14725 - 4: 2009-Produtos Químicos - **Informações sob segurança, saúde e meio ambiente** - Parte 4: Ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB - LEI n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/decreto4281.pdf>>. Acesso em 30/3/2019.

_____. **Resolução nº. 07, de 31 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em 30/3/2020

_____. **Decreto nº 5.626/2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/decreto-5626-05>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Resolução Conama nº 358, de 29 de abril de 2005**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>>. Acesso em 23 de maio de 2019.

_____. **Lei nº 11.788** de 25/9/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

_____. Congresso. Senado. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.” Brasília, 2008.

_____. **Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015**, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (**cursos de licenciatura**, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 3. vers. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2017.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade**: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Compromisso de Orientação do TCC

Eu, _____, matrícula
Siape nº _____ docente do Curso de _____
da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus _____, declaro
estar de acordo em assumir a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a)
acadêmico _____
_____ com _____ o _____ tema:

_____, conforme o Regimento
sobre o Trabalho de Conclusão de Curso.

Tocantinópolis, _____ de _____ de _____.

Orientando (a)

Professor (a) Orientador (a)

APÊNDICE B - Termo de Compromisso e Responsabilidade do Orientando

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE, eu, _____, sob o número de matrícula _____, acadêmico (a) do Curso _____ da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Tocantinópolis, comprometo-me a participar dos encontros presenciais e virtuais, pertinentes às orientações para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso previamente agendados e acordados com o meu/minha orientador(a), Professor(a) _____, como também responsabilizo-me pela autenticidade e originalidade do trabalho a ser depositado para apresentação ou defesa. Declaro ter conhecimento do Regimento do Trabalho de Conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física e as sanções relativas a quebra da conduta ética, tal qual reza no Art. 27.

Fico ciente, desde já, desse compromisso e responsabilizo-me em cumpri-lo.

Tocantinópolis, ____ de _____ de _____.

Orientando (a)

APÊNDICE C - Formulário de Acompanhamento de Orientação do TCC

Nome do Aluno: _____

Nome do Professor Orientador: _____

Horário da Orientação: _____

| Data | Atividades | EDD¹ | EDFD² | Duração | Assinatura Orientando | Assinatura Orientados |
|-------------|-------------------|------------------------|-------------------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

¹Entrega de documentos na data marcada

²Entregade documentos fora da data marcada

APÊNDICE D - Manual de Biossegurança

Laboratórios são setores da universidade que podem expor discentes, técnicos-administrativos e docentes que nele trabalham ou circulam a riscos de diversas origens e diferentes consequências. A manipulação de produtos químicos e biológicos é bastante variada, sobretudo nos laboratórios de ensino na área de saúde. A Biossegurança, por ser um conjunto de procedimentos, ações, técnicas, metodologias, equipamentos e dispositivos capazes de eliminar ou minimizar riscos inerentes às atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico é de fundamental importância em laboratórios de ensino e pesquisa. Portanto, neste manual de biossegurança serão demonstrados cuidados que devem ser tomados e medidas que reduzem ao máximo a exposição aos riscos que afetam a saúde de profissionais e estudantes, que estão em contato com equipamentos, substâncias químicas e espécimes biológicos em laboratórios.

Princípios Da Biossegurança

O fundamento básico da biossegurança é assegurar o avanço dos processos tecnológicos e de pesquisa criando um ambiente de trabalho onde se promova a contenção do risco de exposição a agentes potencialmente nocivos às pessoas que trabalham no laboratório como discentes, técnicos e docentes, e também para o meio ambiente, de modo que este risco seja minimizado ou eliminado.

A contenção é utilizada para descrever os métodos de segurança usados na manipulação de materiais infecciosos e em qual local estão sendo manejados ou mantidos. O objetivo da contenção é reduzir ou eliminar a exposição da equipe de um laboratório, de outras pessoas e do meio ambiente em geral aos agentes potencialmente perigosos. As contenções de riscos podem ser primárias ou secundárias.

A contenção primária, ou seja, a proteção do trabalhador e do ambiente de trabalho contra a exposição a agentes infecciosos, é obtida através das práticas microbiológicas seguras e pelo uso adequado dos equipamentos de segurança.

A contenção secundária compreende a proteção do ambiente externo contra a contaminação proveniente do laboratório e/ou setores que manipulam agentes nocivos. Esta forma de contenção é alcançada tanto pela adequada estrutura física do local como também pelas rotinas de trabalho, tais como descarte de resíduos sólidos, limpeza e desinfecção de artigos e áreas.

Tipos De Riscos

As normas e metodologia em biossegurança englobam medidas que têm como objetivo evitar riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos.

Riscos físicos

Consideram-se agentes de riscos físicos as diversas formas de energia, originadas dos equipamentos e são dependentes dos equipamentos, do manuseio do operador ou do ambiente em que se encontra no laboratório. Pode-se citar alguns exemplos: ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, ultrassom, etc.

Estufas, muflas, banhos de água, bicos de gás, lâmpadas infravermelhas, mantas aquecedoras, agitadores magnéticos com aquecimento, incubadoras elétricas, fornos de microondas e autoclaves são os principais equipamentos geradores de calor. Suas instalações devem ser feitas em local ventilado e longe de materiais inflamáveis, voláteis e de equipamentos termossensíveis.

Riscos Biológicos

Os materiais biológicos abrangem amostras provenientes de seres vivos como animais, e seres humanos (sangue, urina, peças cirúrgicas, entre outras). Todas os setores que manuseiam materiais com risco biológico devem ter sinalização (vide figura abaixo) nas portas, e sacolas de descarte.



Riscos de Acidentes

Consideram-se riscos de acidentes qualquer fator que coloque os discentes, técnicos e docentes em perigo e possa denegrir sua integridade e bem-estar físico. São exemplos de riscos de acidentes: equipamentos sem proteção, probabilidade de incêndio e explosão, arranjo físico

e armazenamento inadequados, etc.

Riscos Químicos

Os agentes de riscos químicos são aqueles que podem penetrar no organismo pela via respiratória nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo através da pele ou por ingestão.

A classificação das substâncias químicas, gases, líquidos ou sólidos devem ser conhecidas por seus manipuladores. Nesse aspecto, têm-se solventes orgânicos, explosivos, irritantes, voláteis, cáusticos, corrosivos e tóxicos. Eles devem ser manipulados de forma adequada em locais que permitam ao operador a segurança pessoal e do meio-ambiente, além dos cuidados com o descarte dessas substâncias.

Riscos Ergonômicos

Os riscos ergonômicos são aqueles que podem interferir nas características psicofisiológicas do trabalhador causando desconforto ou afetando sua saúde. Tais riscos referem-se as condições dos projetos dos laboratórios como a distância em relação à altura dos balcões, ergonomia das cadeiras, prateleiras, gaveteiros, capelas, circulação e obstrução de áreas de trabalho.

Os espaços devem ser adequados para a execução das análises e demais trabalhos, limpeza e manutenção garantindo o menor risco possível de choques acidentais.

Símbolos de Segurança

O laboratório e suas divisões deve adotar o padrão de símbolos de segurança para que sejam usados nos recipientes dos reagentes, nos balcões, bancadas, armários, etc.



DESCARTE DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE

O descarte de resíduo será realizado de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005. Nesse sentido, a cidade de Tocantinópolis conta com um aterro sanitário do município no qual já são realizados os descartes de material médico hospitalar.

Métodos de Controle de Agentes de Riscos

Boas Práticas de Laboratório (BPL)

Todo pessoal de laboratório deve:

- Conhecer os riscos biológicos, químicos, radioativos, tóxicos e ergonômicos com os quais se tem contato no laboratório;
- Ser treinado e aprender as precauções e procedimentos de biossegurança;
- Seguir as regras de biossegurança;
- Evitar trabalhar sozinho com material infeccioso. Uma segunda pessoa deve estar acessível para auxiliar em caso de acidente;
- Ser protegido por imunização apropriada quando disponível e necessário;
- Manter o laboratório limpo e arrumado, devendo evitar o armazenamento de materiais não pertinentes ao trabalho do laboratório;
- Limitar o acesso aos laboratórios.
- Não permitir crianças no laboratório.

- Esclarecer mulheres grávidas ou indivíduos imunocomprometidos que trabalham ou entram no laboratório quanto aos riscos biológicos;
- Manter a porta do laboratório fechada;
- Usar roupas protetoras de laboratório (uniformes, aventais, jalecos, máscaras), que devem estar disponíveis e serem usadas inclusive por visitantes;
- Usar luvas sempre que manusear material biológico. As luvas devem ser usadas em todos os procedimentos que envolverem o contato direto da pele com toxinas, sangue, materiais infecciosos ou animais infectados. Anéis ou outros adereços de mão que interferem o uso da luva devem ser retirados. As luvas devem ser removidas com cuidado para evitar a formação de aerossóis e descontaminadas antes de serem descartadas. Trocar de luvas ao trocar de material. Não tocar o rosto com as luvas de trabalho. Não tocar com as luvas de trabalho em nada que possa ser manipulado sem proteção, tais como maçanetas, interruptores, etc. Não descartar luvas em lixeiras de áreas administrativas, banheiros, etc.;
- Retirar o jaleco ou avental antes de sair do laboratório. Aventais devem ter seu uso restrito ao laboratório. Não devem ser usados em áreas não laboratoriais tais como áreas administrativas, biblioteca, cantina, etc.;
- Não usar sapatos abertos;
- Usar óculos de segurança, visores ou outros equipamentos de proteção facial sempre que houver risco de espirrar material infectante ou de contusão com algum objeto;
- Não aplicar cosméticos;
- Não retirar canetas ou qualquer outro instrumento do laboratório sem descontaminar antes;
- Evitar o uso de lentes de contato. Se houver necessidade de usá-las, proteja os olhos com óculos de segurança. Lentes de contato não devem ser manuseadas nas áreas de trabalho. Em caso indispensável do ajuste das mesmas, isto deverá ser feito após lavagem das mãos, fora do ambiente de atividade prática;
- Cabelos compridos devem estar presos durante o trabalho. O uso de joias ou bijuterias deve ser evitado;
- Lavar as mãos sempre após manipulação com materiais sabidamente ou com suspeita de contaminação. Lavar as mãos sempre após remoção das luvas, do avental ou jaleco e antes de sair do laboratório;
- Nunca pipetar com a boca. Usar pêra ou pipetador automático;
- Restringir o uso de agulhas, seringas e outros objetos perfurocortantes;

- Extremo cuidado deve ser tomado quando da manipulação de agulhas para evitar a auto inoculação e a produção de aerossóis durante o uso e descarte. Nunca tente recapear agulhas. As agulhas ou qualquer outro instrumento perfurante e/ou cortante devem ser desprezados em recipiente resistente, inquebrável, de abertura larga. O uso de seringas e agulhas deve ser restrito à coleta de sangue. Não usar para aspirar fluido de frascos. Pipetas devem estar disponíveis para tal fim;
- Não transitar nos corredores com material patogênico a não ser que esteja acondicionado conforme normas de biossegurança;
- Não fumar, não comer, não beber no local de trabalho onde há qualquer agente patogênico. Não estocar comida ou bebida no laboratório;
- Nunca usar vidraria quebrada ou trincada. Vidraria quebrada e pipetas descartáveis, após descontaminação, devem ser colocadas em caixa com paredes rígidas rotuladas “vidro quebrado” e descartada adequadamente;
- Descontaminar a superfície de trabalho sempre que houver contaminação com material infectante e no final do dia, de acordo com as rotinas estabelecidas no manual de limpeza e desinfecção;
- Descontaminar todo material líquido ou sólido antes de reusar ou descartar;
- Não levar as mãos à boca ou aos olhos quando estiver manuseando produtos químicos;
- Todos os procedimentos técnicos devem ser realizados com o mínimo de produção de aerossóis;
- Não manter plantas, bolsas, roupas ou qualquer outro objeto não relacionado com o trabalho dentro do laboratório.
- As unhas devem ser curtas;
- Usar cabine de segurança biológica para manusear material infeccioso ou materiais que necessitem de proteção contra contaminação. Colocar as cabines de segurança biológica em áreas de pouco trânsito no laboratório, minimizar as atividades que provoquem turbulência de ar dentro ou nas proximidades da cabine;
- Colocar todo o material com contaminação biológica em recipientes com tampa e a prova de vazamento, antes de removê-los de uma seção para outra do laboratório;
- Descontaminar por autoclavação ou por desinfecção química, todo o material com contaminação biológica;
- Descontaminar todo equipamento antes de qualquer serviço de manutenção;
- Saber a localização do mais próxima lava-olhos, chuveiro de segurança e extintor de incêndio. Saber como usá-los;

- Manter preso em local seguro todos os cilindros de gás, fora da área do laboratório e longe do fogo;
- Ao sair do laboratório, verificar se tudo está em ordem. Caso for o último ao sair, desligar os equipamentos e as luzes, exceto quando indicado pelas normas do Laboratório.
- Estabelecer normas de PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRAO (POP), para todas as seções. Este POP tem por finalidade estabelecer regras para a melhoria da qualidade de trabalho dentro de um laboratório. Trata-se de um protocolo que descreve cada atividade realizada dentro do laboratório, desde a utilização dos materiais até normas de biossegurança. Faz-se necessário ressaltar que dentro das responsabilidades do POP estão também descritos os resíduos gerados e qual a procedência de seu descarte
- Todo novo funcionário ou estagiário deve ter treinamento e orientação específicos sobre

BOAS PRÁTICAS LABORATORIAIS e PRINCÍPIOS DE BIOSSEGURANÇA

Equipamentos De Segurança De Proteção Individual – EPI

Equipamento de Proteção Individual – EPI

Considera-se EPI todo dispositivo de uso individual, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador, não sendo adequado o uso coletivo por questões de segurança e higiene. Sua função é prevenir ou limitar o contato entre o operador e o material infectante. A maioria dos EPIs, se usados adequadamente promovem também uma contenção da dispersão de agentes infecciosos no ambiente, facilitando a preservação da limpeza do laboratório. A utilização dos EPIs encontra-se regulamentada pelo MTE através da NR-6, em que estão definidas as obrigações do empregador e do empregado.

Luvas

Devem ser usadas em todos os procedimentos com exposição a sangue, hemoderivados e fluidos orgânicos. Luvas apropriadas para manipulação de objetos em temperaturas altas ou baixas devem estar disponíveis nos locais onde tais procedimentos são realizados. Em casos de acidente, luvas grossas de borracha devem ser usadas nos procedimentos de limpeza e na retirada de fragmentos cortantes do chão ou de equipamentos, com auxílio de pá e escova. Luvas de material adequado devem ser utilizadas na manipulação de substâncias químicas perigosas. NÃO usar luvas fora da área de trabalho. O uso de luvas não substitui a necessidade da LAVAGEM DAS MÃOS porque elas podem ter pequenos orifícios inaparentes ou danificar-se durante o uso, podendo contaminar as mãos quando removidas

Técnica de Lavagem das Mãos

O uso das luvas não substitui o processo de lavagem das mãos, pois, este equipamento de proteção individual pode estar perfurado ou com pequenos orifícios inaparentes que causam contaminação.

Como lavar as mãos



Fonte: Hospital Sírio-Libanês

Avental ou Jaleco

O uso de aventais e jalecos deve ser obrigatório e restrito aos laboratórios. Os aventais de tecido devem ser SEMPRE de mangas compridas, comprimento pelo menos até a altura dos joelhos e devem ser usados abotoados. Os tecidos dos aventais e jalecos devem ser de fibra natural (100% algodão). Desaconselha-se o uso de tecidos sintéticos, pois são altamente inflamáveis. Quando retirado do laboratório para ser lavado, o avental deverá ser acondicionado em saco plástico. Os aventais descartáveis também devem ter as mangas compridas com punhos e serem fechados dorsalmente.

Outros Equipamentos

Visores ou óculos de proteção e protetor facial (protegem contra salpicos, borrifos, gotas e impacto).

- Máscaras e respiradores (tecido, fibra sintética descartável, filtros para gases, pó dependendo da necessidade).
- Dispositivos de pipetagem (pêras, pipetadores automáticos).

Equipamento de Proteção Coletiva – EPC

São todos os equipamentos que possibilitam a proteção coletivas dos usuários do laboratório. Além disso, protegem o meio-ambiente e a pesquisa em andamento.

Chuveiro de Emergência

Chuveiro de aproximadamente 30 cm de diâmetro, acionado por alavancas de mão e cotovelos. Deve estar localizado em local de fácil acesso.



Lava Olhos

Equipamento formado por dois pequenos chuveiros de média pressão acoplados a uma bacia metálica, cujo ângulo permite direcionamento correto do jato de água. Pode vir acoplado ao chuveiro de emergência ou ser do tipo frasco de lavagem ocular.



Extintor de Incêndio

Os extintores são utilizados para acidentes envolvendo fogo. Podem ser de vários tipos, dependendo do material envolvido no incêndio.

Vacinas

Todo o corpo discente, técnico-administrativo e docente da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Tocantinópolis deve participar das campanhas de vacinação promovidas na instituição. São recomendadas as imunizações contra tétano, difteria, febre amarela e hepatite e cada indivíduo deve manter a carteira de vacinação em dia.

Cada aluno deve apresentar sua carteira de vacinação antes do início das atividades clínicas.

Conduta para os Casos de Acidente Biológico

Todo e qualquer acidente biológico ocorrido nas dependências do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Tocantinópolis ou em atividades ligadas ao mesmo (unidade hospitalar) devem ser comunicados ao professor responsável e notificados para o Colegiado do curso, preenchendo Formulário de Notificação de Acidente Biológico (Apêndice 1). O aluno acidentado e, se possível, os pacientes devem ser encaminhados para a emergência do Hospital Municipal José Sabóia, na cidade de Tocantinópolis, para as providências necessárias (coleta de sangue, sorologia para HIV, medicamentos antirretrovirais profiláticos).

Estrutura Física Do Laboratório

- O laboratório deve ter espaço amplo de modo a permitir a execução das análises e demais trabalhos com segurança, e facilidade na limpeza e manutenção;
- Paredes, tetos e chão devem ser fáceis de limpar, impermeáveis a líquidos e resistentes aos agentes químicos propostos para sua limpeza e desinfecção;
- Cada laboratório deverá conter uma pia para lavagem das mãos que funcionem automaticamente ou que sejam acionadas com o pé ou com o joelho;
- É recomendável que a superfície das bancadas seja impermeável à água e resistente ao calor moderado e aos solventes orgânicos, ácidos, álcalis e substâncias químicas usadas para a descontaminação da superfície de trabalho;

- Os móveis do laboratório deverão ser capazes de suportar cargas e usos previstos. As cadeiras e outros móveis utilizados devem ser cobertos com material que não seja tecido e que possa ser facilmente descontaminados;
- Os móveis para armazenamento de reagentes devem ser, necessariamente de madeira, e não devem estar em contato direto com o chão;
- Os espaços entre as bancadas, cabines e equipamentos deverão ser suficientes de modo a permitir fácil acesso para limpeza;
- Se o laboratório possuir janelas que se abram para o exterior, estas deverão conter telas de proteção contra insetos;
- Iluminação deve ser adequada para todas as atividades;
- Os materiais de uso diário podem ficar em estoque pequeno dentro do laboratório, porém nunca sobre as bancadas. O restante do material de consumo deve ser estocado em área própria, fora das dependências do laboratório;
- Autoclave deve estar disponível no mesmo prédio dos laboratórios e em local resistente a altas temperaturas;
- A área destinada à guarda de objetos pessoais e ao armazenamento de alimentos para consumo diário, deve estar fora do laboratório, em armários de madeira ou outro material;
- Em caso de falta de energia elétrica, setores que dispõem de freezer, câmaras frias e fluxos laminares que necessitam ficar continuamente ligados, devem ter geradores que se ligam automaticamente;
- As áreas do ambiente de laboratório devem ser adequadamente sinalizadas de forma a facilitar a orientação dos usuários, advertir quanto aos riscos existentes e restringir o acesso de pessoas não autorizadas.

Segurança Química em Laboratórios

Para evitar ou minimizar os riscos de acidentes com reagentes químicos é necessário adotar, além das normas básicas de segurança para laboratório, as precauções específicas descritas a seguir:

- Antes de manusear um produto químico é necessário conhecer suas propriedades e o grau de risco a que se está exposto;
- Ler o rótulo no recipiente ou na embalagem é a primeira providência a ser tomada, observando a classificação quanto ao tipo de risco que o reagente oferece;

- Nunca deixar frascos contendo solventes orgânicos próximos à chama, por exemplo álcool, acetona, éter, etc;
- Evitar contato de qualquer substância com a pele;
- Ser cuidadoso ao manusear substâncias corrosivas, como ácidos e bases;
- Manter seu local de trabalho limpo e não colocar materiais nas extremidades da bancada;
- Não jogar nas pias, materiais sólidos ou líquidos que possam contaminar o meio ambiente. Usar o sistema de gerenciamento de resíduos químicos;
- O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. O transporte deve ser firme, evitando-se quedas e derramamentos. Frascos de vidros com produtos químicos têm de ser transportados em recipientes de plástico ou de borracha que os protejam de vazamento e, quando quebrados, contenham o derramamento;
- O manuseio de produtos químicos voláteis, metais, ácidos e bases fortes e outros, têm de ser realizados em capela de segurança química. As substâncias inflamáveis precisam ser manipuladas com extremo cuidado, evitando-se proximidade de equipamentos e fontes geradoras de calor. O uso de equipamentos de proteção individual, como óculos de proteção, máscara facial, luvas, aventais e outros durante o manuseio de produtos químicos, é obrigatório.
- Conservar os frascos de produtos químicos devidamente fechados e não colocar as tampas descuidadamente sobre as bancadas. Elas devem ser depositadas com o encaixe para cima;
- Nunca cheirar diretamente nem provar qualquer substância utilizada ou produzida nos ensaios;
- Não usar frascos de laboratório para beber água ou outros líquidos;
- Não misturar substâncias químicas fora da capela sem ter conhecimento do tipo de reação que ocorrerá;
- Os produtos químicos armazenados devem ser vistoriados periodicamente, pelo menos uma vez a cada 6 meses, e aqueles que tenham validade expirada, apresentem sinais de deterioração, estejam com rótulos ilegíveis ou apresentem sinais de vazamento, devem ser retirados com segurança para tratamento ou descarte seguros.

Todos os produtos químicos e frascos com soluções e reagentes devem ser adequadamente identificados, com a indicação do produto, condições de armazenamento, prazo de validade, toxicidade do produto e outros. Os resíduos de produtos químicos devem ser acondicionados em recipientes adequados, em condições seguras, e encaminhados ao Serviço de Descarte de Resíduos da Instituição para o destino final (na UFT tem esse serviço?)

Todos os laboratórios devem possuir uma Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico – FISPQ para cada reagente utilizado nos seus ensaios. De acordo com a NBR 14725 da ABNT, o fornecedor deve tornar disponível ao receptor/usuário uma FISPQ (apêndice 2) completa para cada substância ou preparo, na qual estão relatadas informações relevantes quanto à segurança, saúde e meio ambiente. O fornecedor tem o dever de manter a FISPQ sempre atualizada e tornar disponível ao usuário/receptor a edição mais recente.

A FISPQ deverá informar, no mínimo:

- a) as características do produto: usos, propriedades físicas e químicas, formas de estocagem;
- b) os riscos: toxicologia, incêndio e/ou explosão;
- c) as medidas de proteção: coletiva, individual;
- d) as informações para o descarte seguro.

É recomendável que essa ficha seja disponibilizada em uma pasta de fácil acesso a todos os que manipulam tais substâncias. A partir das informações constantes na FISPQ, pode-se saber como manipular, estocar, transportar adequadamente o reagente, assim como descartar corretamente os resíduos do produto.

Central de Esterilização

A central deve realizar a esterilização de artigos utilizando-se para este fim, das autoclaves. A esterilização pelas autoclaves usa calor sob pressão, transferindo o calor com maior eficiência em tempo menor, sob temperatura de 121° C e pressão de 15 psi.

Os artigos a serem esterilizados em autoclaves devem passar previamente por degermação, embalagem e identificação com fita adesiva para identificação do processo.

O processo de esterilização deve ser validado para indicar a efetividade da esterilização. Os indicadores do processo de esterilização são fitas adesivas para autoclaves que após passagem pelo calor úmido mudam de cor, indicando que houve exposição a temperatura da autoclave. Este sistema pode ser utilizado semanalmente, assim como os indicadores biológicos, que correspondem a tiras de papel impregnadas com esporos bacterianos, que devem ser colocadas dentro de alguns artigos a serem esterilizados e após o processamento em autoclave são retirados para semeadura em meio de cultura. Tiras controle devem ser utilizadas para comparação. Se houver crescimento em meio de cultura com o indicador biológico, deve-se repetir a esterilização do artigo e fazer nova validação do processo.

Incêndios no Laboratório

Antes da utilização de qualquer reagente químico, os usuários do laboratório devem familiarizar-se com os riscos potenciais de incêndio associados a esse reagente. Estas informações podem ser encontradas nas especificações do reagente. As informações devem incluir produtos de decomposição, temperaturas críticas e o tipo de equipamento mais indicado para conter o incêndio se porventura o reagente pegar fogo.

Classes de Incêndios

Classe A – combustíveis comuns como madeira, papel, tecidos, plásticos.

Classe B – líquidos combustíveis e inflamáveis;

Classe C – fogo em equipamentos elétricos;

Extintor de Gás Carbônico - CO₂

- Indicado para incêndios de classe "C" e "B" e sem grande eficiência para a classe "A".
- Não possui contraindicação.



Modo de usar:

- Rompa o lacre e aperte o gatilho, dirigindo o difusor para a base do fogo.
- Não toque no difusor, poderá congelar e "colar" na pele causando lesões.

Processo de extinção do fogo: Abafamento.

Extintor de Água Pressurizada

- Indicado com ótimo resultado para incêndios de classe "A".
- Contraindicado para as classes "B" e "C".



Modo de usar:

- Rompa o lacre e aperte o gatilho, dirigindo o jato para a base do fogo.

Processo de extinção do fogo: Resfriamento.

Extintor de Pó Químico Seco - PQS

- Indicado com ótimo resultado para incêndios de classe "B", "C" e sem grande eficiência para a classe "A".
- Não possui contraindicação.



Modo de usar:

- Rompa o lacre e aperte o gatilho, dirigindo o jato para a base do fogo.

Processo de extinção do fogo: Abafamento.

Os laboratórios devem estar equipados com um número suficiente de extintores de incêndio do tipo correto para ser usado nos materiais que estão sendo manipulados.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

Os objetivos da Prevenção de Combate a Incêndio é garantir a segurança à vida das pessoas que se encontram no interior do prédio, quando da ocorrência de um princípio de incêndio; a prevenção da conflagração e propagação do incêndio, envolvendo todo o edifício; a proteção do conteúdo, a estrutura do edifício e minimizar os danos materiais e patrimoniais.

Esses objetivos são alcançados pelo:

- Controle da natureza e da quantidade de materiais combustíveis constituintes e contidos no edifício;
- Dimensionamento de sistemas de combate a incêndio (extintores e/ ou hidrantes);
- Treinamento de pessoal habilitado a combater um princípio de incêndio e coordenar a evacuação da área;
- Gerenciamento e manutenção dos sistemas de proteção contra incêndio instalado;
- Acesso para os equipamentos de combate a incêndio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação e a conscientização do trabalhador sobre os fatores de risco presentes no seu local de trabalho e o impacto destes sobre a sua saúde e segurança, são fundamentais para que a sua participação seja efetiva e resulte em mudanças de comportamento que possam evitar a exposição desnecessária ao risco.

APÊNDICE E - REGIMENTO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Educação Física é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;

II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

a) Coordenação de Estágio do Curso;

IV - Órgão de Apoio Administrativo:

a) Secretaria.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos

do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

- I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e seqüência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;
- II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;
- III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;
- V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
- VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;
- X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocada, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de quórum serão considerados apenas os professores em pleno exercício.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões, terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas oficialmente antes do início da reunião sendo elas justificadas com comprovação de atestado médico, intimação judicial, ou documentos equivalentes ou até 48 horas após a reunião.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8 – A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, a escolha de um Sub-Coordenador para substituir o coordenador em suas ausências justificadas.

§ 2º - O Presidente será substituído, em seus impedimentos por seu substituto legal, determinado conforme § 1º deste capítulo;

§ 3º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 4º - No caso de vacância das funções do Presidente ou do substituto legal, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 5º - No impedimento do Presidente e do substituto legal, responderá pela Coordenação o

docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá ao Coordenador indicar o substituto.

Art. 9 - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;

IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;

VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;

VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 10 – A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

I – encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;

II – auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;

III – instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;

IV – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;

V – elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

VI – secretariar as reuniões do Colegiado;

VII – redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;

- VIII – manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX – manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X - auxiliar às atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado.
- XI – desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;
- XII - manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;
- XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII

DO REGIME DIDÁTICO

Seção I

Do Currículo do Curso

Art. 11 - O regime didático do Curso de Educação Física rege-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 12 - O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 13 - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 14 - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 15 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do

Regimento Acadêmico da UFT.

Seção II

Da Oferta de Disciplinas

Art. 16 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 18 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

APÊNDICE F - MANUAL DE ESTÁGIO

CAPÍTULO I

Da Identificação

Art. 1 O presente regimento trata da normatização das atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Física do *câmpus* de Tocantinópolis.

§1 - Os estágios supervisionados obrigatórios estão relacionados às disciplinas de: Estágio da Educação Infantil; Estágio do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); Estágio do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano); Estágio do Ensino Médio.

§2 - Os estágios não-obrigatórios são aqueles desenvolvidos como atividade opcional para o acadêmico, acrescidos à carga horária regular e obrigatória, como Atividades Complementares, do Curso de Educação Física.

§3 - As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o regimento e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física, com a Lei nº 11.788/2008, com a normativa nº 7 de 30 de outubro de 2008 e com as Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE Nº 0003/2005 e Nº 20/2012.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2 O Estágio Supervisionado do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, constitui-se pelo conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Parágrafo único - Constitui-se num momento de articulação entre as teorias e práticas abordadas durante os cursos de graduação.

Art. 3 O objetivo geral do Estágio Supervisionado Obrigatório é proporcionar a reflexão significativa dos conteúdos da formação docente do profissional de Educação Física por meio da observação vinculada à prática pedagógica num processo de problematização, teorização e intervenção.

Art. 4 Os objetivos específicos do Estágio Supervisionado Obrigatório são:

I – Propiciar espaços de observação ao acadêmico de modo que possa refletir sobre a prática pedagógica com intuito de compreender e intervir em situações do cotidiano;

II – Promover ações que possibilitem ao acadêmico à construção de competências nas relações humanas e pedagógicas a partir dos estudos dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;

III – Organizar para os discentes, nos espaços acadêmicos, a possibilidade de dialogar e trocar experiências a partir do Estágio Curricular de modo que problematize e reflita suas atividades pedagógicas realizadas no decorrer do estágio.

Art. 5 O Estágio não-obrigatório tem por objetivo a ampliação da formação do estudante por meio de experiências profissionais em instituições públicas, empresas privadas, órgãos públicos e organizações não-governamentais.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 6 O Estágio Supervisionado será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:

I – Coordenador de Estágio - docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por Câmpus, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.

II – Professor de Estágio - docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

Parágrafo único: Nos campi onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

Art. 7 - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas será eleito, pelos professores de estágio, dentre os professores da(s) licenciatura(s) do respectivo câmpus, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Parágrafo Único - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período

definido no caput deste artigo.

Art. 8 - A alocação da carga horária para o Professor de Estágio terá como referência a seguinte orientação: a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, os alunos, no limite permitido para a disciplina, deverão ser mantidos em uma única turma; b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, as turmas poderão ser divididas em até 22 (vinte e dois) alunos por turma.

Art. 9 - Caberá ao Coordenador de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

I - Articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;

II - Coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o câmpus e as demais instâncias da Universidade;

III - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;

IV - Emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à PROGRAD.

V - Cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 10 - Compete ao Professor de Estágio:

I - Elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;

II - Orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;

III - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo plano de ensino da disciplina;

IV - Coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina consoante com o PPC de cada curso;

V - Participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio;

VI - Participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;

VII - emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminhá-lo ao Coordenador de Estágio;

VIII - divulgar o conteúdo deste regulamento aos estagiários;

IX - Cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 11 - Compete ao Supervisor de Estágio:

I - Acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;

II - Avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;

III - contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do estagiário.

Art. 12 - Compete ao estagiário:

I - Comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;

II - Elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresentá-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;

III - ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;

IV - Registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;

V - Redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;

VI - Apresentar-se nas atividades de socialização;

VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;

VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 13 A Supervisão do Estágio Curricular Obrigatório é constituída por um ou mais supervisores, sendo até dois professores da área de Educação Física da Instituição de Ensino Superior e um da instituição concedente.

Art. 14 A Supervisão do Estágio Curricular Não-Obrigatório é constituída por um supervisor: o supervisor do local de estágio que tenha formação superior ou experiência na área da Educação Física.

CAPÍTULO IV

Das Áreas de Estágio

Art. 15 As atividades relativas ao estágio obrigatório poderão ser desenvolvidas em

instituições previstas no Projeto Pedagógico do Curso. Em Espaços Formais de Ensino como escolas de Educação Básica da rede pública e particular de ensino em projetos de pesquisa e extensão, desde que estejam vinculadas a Educação Básica e o aluno esteja matriculado na disciplina de estágio com supervisão do professor de estágio. Ressaltando que as atividades de pesquisa e extensão não podem ser computadas concomitantemente como atividades complementares e estágio.

CAPÍTULO V

Da Organização e Duração do Estágio

Art. 16 O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado em quatro disciplinas denominadas:

| Período | Disciplina | CHT | CHP | CH |
|---------|---|-----|-----|-----------|
| 5º | Estágio Curricular Supervisionado I em Educação Física– Educação Infantil | 30 | 75 | 105 horas |
| 6º | Estágio Curricular Supervisionado II em Educação Física - 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental | 30 | 75 | 105 horas |
| 7º | Estágio Curricular Supervisionado III em Educação Física - 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental | 30 | 75 | 105 horas |
| 8º | Estágio Curricular Supervisionado IV em Educação Física - Ensino Médio | 30 | 75 | 90 horas |

Art. 17 A duração dos estágios obrigatórios totaliza 405 horas. A orientação será conduzida por um ou mais docentes da Fundação Universidade Federal do Tocantins, levando em consideração a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo único: A jornada das atividades do estágio obrigatório não deve ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais nas unidades concedentes.

Art. 18 A área e programação de cada estágio serão de responsabilidade do docente-orientador e do estagiário.

§1 - A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo estagiário, de comum acordo com docente-orientador.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo docente da disciplina de Estágio, assegurada a participação de ambas as partes nas decisões.

Art. 19 O Plano de Atividades de Estágio Obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, professor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 20 De acordo com o Regimento do Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins (CONSEPE N° 003/2005), deve ser respeitada:

I - A carga horária total do estágio, mínimo 70%, deverá ser realizada em instituições de educação básica, preferencialmente em instituições públicas;

II - O estagiário deverá cumprir no mínimo 20% da carga horária total do estágio em aulas efetivamente ministradas;

III - A frequência do estagiário deverá ser 100% cumpridas nas Unidades Concedentes e, no mínimo, 75% nas atividades realizadas na Universidade.

Art. 21 Os acadêmicos poderão ter redução de carga horária em até no máximo 200 horas de estágio, desde que comprovem através de documentos a sua experiência na área relacionada ao estágio, através de requerimento padrão e demais documentos que provem esta experiência e o tempo de duração, que deverá ser entregue após ter cumprido todas estas exigências à Central de Estágio.

Parágrafo Único: A Central de Estágio e o professor da disciplina deliberarão sobre a carga horária a ser computada para o acadêmico.

CAPÍTULO VI

Dos Locais de Realização do Estágio

Art. 22 A escolha da instituição para a realização do estágio pode ser feita pelo estagiário e pelo docente orientador considerando a autorização prévia dos responsáveis, e o aceite da instituição concedente, seguindo as especificações descritas no Artigo 5 deste regulamento.

Art. 23 Os estágios poderão ser realizados no município de Tocantinópolis em instituições que atendam as condições previstas em lei. Ficando a cargo do Colegiado do Curso deliberar se o estágio também pode ser realizado em municípios circunvizinhos.

Art. 24 O estágio obrigatório deve ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional; e quando o estagiário for funcionário do quadro de pessoal da Empresa/Unidade Concedente e acadêmico regularmente matriculado no Curso.

Art. 25 O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Obrigatório.

CAPÍTULO VII

Da Avaliação

Art. 26 O estagiário será avaliado no decorrer das disciplinas através de: relatórios, fichas de acompanhamento, supervisões do professor orientador e do supervisor da unidade concedente, debates, trabalhos em grupo e individuais.

Art. 27 Como critério de avaliação final o estagiário deverá entregar um relatório final de estágio contendo o planejamento e a execução dos planos de ensino, de aula e relatos da prática de estágio nas escolas, considerando os critérios definidos e apresentados a turma pelo professor da disciplina.

Parágrafo único – Além de entregar um relatório final contendo as fichas (avaliação do supervisor local, ficha de frequência, plano de ensino e de aula, planejamento e a execução dos planos de ensino, de aula e relatos da prática de estágio nas escolas) devidamente preenchidas, o professor da disciplina poderá solicitar outras possibilidades avaliativas.

Art. 28 O Supervisor da Unidade Concedente deve avaliar o estagiário seguindo o modelo de “Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor da Unidade Concedente” estabelecido pela Coordenação de Estágios/PROGRAD a cada 06 (seis) meses.

O ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBIGATÓRIO

CAPÍTULO VIII

Da Organização

Art. 29 O Estágio Curricular Não-Obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 30 O Estágio Curricular Não-Obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; e quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 31 O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Não-obrigatório.

Art. 32 O tempo de duração do Estágio Curricular Não-Obrigatório não pode ultrapassar 02 (dois) anos na mesma instituição, 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 33 O Estágio Curricular Não-Obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 34 As atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos não são considerados estágios não-obrigatórios.

Parágrafo único. Desde que atendam todos os dispositivos da Lei do Estágio.

CAPÍTULO IX

Do Desenvolvimento e Avaliação

Art. 35 O Plano de Atividades de Estágio Não-obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 36 A avaliação do estagiário deve ser feita pelo Supervisor da UFT e pelo Supervisor da Unidade Concedente a cada seis meses, seguindo os modelos estabelecidos pela Coordenação de Estágios/PROGRAD.

Art. 37 O Supervisor da UFT será escolhido entre os membros do Colegiado do curso, desde que tenha formação na área a ser desenvolvida no estágio.

§1 - Cada Supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2 - A avaliação deve considerar os critérios estabelecidos no modelo de avaliação proposto pela Coordenação de Estágios/PROGRAD (disponível no site www.uft.edu.br/estagios) e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada 06 (seis) meses ou a cada 02 (dois) meses se a Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais

Art. 38 Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelos responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 39 Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

APÊNDICE G - REGULAMENTO DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC

TÍTULO I DA DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física, vinculada à dimensão da Matriz curricular “**Produção do conhecimento científico e tecnológico**” que envolve as disciplinas obrigatórias de Metodologia do Trabalho Científico e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, cuja integralização pelo acadêmico totaliza 180 horas (12 créditos). O discente também poderá optar, como formação complementar, as disciplinas de Estatística aplicada à Educação Física e Pesquisa Qualitativa em Educação Física, num total de 120 horas (8 créditos).

§ 1º O TCC do curso de Licenciatura em Educação Física será no formato de **Artigo Científico**, e consiste na sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo, gerado a partir de uma pesquisa científica de natureza teórica ou teórica-empírica, atividades de extensão e atividades de estágio, todos associados às áreas de concentração de estudo do curso de Licenciatura em Educação Física e às linhas de pesquisas dos docentes do curso.

§ 2º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. contribuir para o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, crítica, reflexiva e criativa do aluno;
- II. promover a coerência do processo de formação do profissional e integrar os conhecimentos das disciplinas da matriz curricular à pesquisa, à extensão e às atividades complementares;
- III. possibilitar experiências na produção de conhecimentos relevantes à comunidade acadêmica e à sociedade.

TÍTULO II DAS ÁREAS DE ESTUDO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 2º Os temas de orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso serão regidas pelas áreas de concentração de estudo do Curso de Licenciatura em Educação Física e as linhas de pesquisa do corpo docente:

I - Estudos Biodinâmicos do Desempenho, Saúde e Movimento Humano: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos biodinâmicos e relacionados à saúde;

II – Estudos Socioculturais e Comportamentais do Movimento Humano: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos socioculturais e comportamentais;

III – Estudos em Educação e Movimento Humano: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos educacionais.

TÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DA COORDENAÇÃO DE TCC E DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 3º Compete à Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- a) indicar em conjunto com o Colegiado de curso os respectivos orientadores do TCC;
- b) disponibilizar o Regimento de TCC e os formulários para execução do TCC;
- c) registrar a frequência e as avaliações de TCC no diário eletrônico da UFT;
- d) analisar os recursos das avaliações dos professores orientadores e bancas examinadoras;
- e) tomar, em primeira instância, todas as demais decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

§ 1º A coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso ficará sob a responsabilidade do professor da disciplina de TCC I.

Art. 4º Compete ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física:

- a) analisar e aprovar alterações neste Regulamento;
- b) resolver os casos omissos neste Regulamento e interpretar seus dispositivos;
- c) analisar, em grau de recurso, as decisões da Coordenação de TCC e professores, em matéria alusiva ao Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física.

Art. 5º A Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso pode convocar, se necessárias, reuniões com os professores orientadores e discentes, buscando cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido, prioritariamente, sob a orientação de um professor do curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis. Não havendo orientador, o discente poderá requisitar professores de outros cursos do Câmpus de Tocantinópolis e demais Câmpus da UFT, sejam efetivos ou substitutos, desde que a linha de pesquisa deles estejam relacionadas às áreas de concentração de estudo do curso de Licenciatura em Educação Física.

Parágrafo único. O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, na forma prevista no Regimento da UFT.

Art. 7º O professor orientador será escolhido, livremente, pelo aluno na disciplina de TCC I, o qual continuará as orientações até a defesa do Artigo Científico em TCC II.

§ 1º O professor escolhido estará aceitando a sua orientação ao assinar os documentos de aceite de orientação de TCC, disponibilizados pela Coordenação de TCC.

§ 2º A colaboração de profissional estranho ao corpo docente do curso de Licenciatura em Educação Física da UFT/Tocantinópolis é condicionada à aprovação do professor orientador e deve constar nos documentos e relatórios entregues pelo aluno.

Art. 8º. Cada professor pode orientar, no máximo, cinco alunos por semestre, matriculados tanto em TCC I quanto em TCC II.

Parágrafo único. A carga horária semanal, por aluno, destinada à orientação do TCC, para fins do cômputo da carga didática do docente será de uma (01) hora semanal.

Art. 9º. A troca de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, após anuência expressa do professor substituído.

Art. 10º Compete ao professor orientador:

- I. respeitar este regimento;
- II. orientar com qualidade, nos limites da respectiva área de formação e experiência profissional, atendendo aos alunos, semanalmente, no dia e horário combinado;

- III. indicar ao orientando leituras de fundamentação teórica e de exemplos de trabalhos científicos;
- IV. supervisionar o trabalho de acordo com as normas previstas neste regimento e na Normalização de Trabalhos Acadêmicos previstos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- V. fazer o devido registro das orientações no formulário de frequência às orientações e preencher as fichas de avaliação a ser disponibilizado pela Coordenação de TCC e entregar, semestralmente.
- VI. esclarecer ao aluno que o plágio é crime de violação de direito autoral, segundo as prescrições do Capítulo II da Lei dos Direitos Autorais n.º 9.610/98 e do art. 184, caput, do Código Penal, que preceitua detenção de três meses a quatro anos, ou multa para esses casos;
- VII. presidir a Banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VIII. cuidar para que o aluno faça a revisão da linguagem metodológica e da formatação de trabalhos acadêmicos, segundo as Normas da ABNT, e da linguagem textual, segundo as normas da língua padrão;
- IX. apresentar, sempre que solicitado, informações a respeito do processo de orientação à Coordenação de TCC.

Art. 11º O professor se baseará nas seguintes normas técnicas da ABNT para orientações ao TCC:

- 1. NBR 6023:2002 – Referências;
- 2. NBR 10520:2002 – Citações em documentos;
- 3. NBR 6022:2003 – Artigo Científico.
- 4. NBR 14724:2011 – Trabalhos Acadêmicos;
- 5. NBR 15287:2011 – Projeto de pesquisa;
- 6. NBR 6024:2012 – Numeração progressiva das seções de um documento;
- 7. NBR 6027:2012 – Sumário;

TÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS DOS ORIENTANDOS

Art. 12º Compete ao aluno orientando:

- I. cumprir os créditos das disciplinas Metodologia do Trabalho Científico, Trabalho de Conclusão de Curso I e II, lembrando que a primeira é condição para as demais disciplinas e a

segunda para a terceira;

II. definir a área de concentração e a linha de pesquisa nas quais se desenvolverá o trabalho de pesquisa, bem como a definição de um orientador;

III. escolher e delimitar o tema em uma das linhas de pesquisa do curso em consenso com o orientador;

IV. encaminhar recurso com documentos de procedência à Coordenação de curso, em qualquer momento do Processo de Orientação, se julgar necessário.

TÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO

Art. 13º O Colegiado de Educação Física deverá garantir, por meio de seu corpo docente, a orientação a todos os TCCs.

Art. 14º A descontinuidade da orientação poderá ocorrer por solicitação de uma das partes, mediante justificativa por escrito, havendo ciência de todos os envolvidos. A descontinuidade do processo de orientação, por qualquer uma das partes, deverá ser registrado através da assinatura de ambos no formulário de orientação e comunicada, por escrito, ao Coordenador de TCC.

§ 1º Tanto o orientador quanto o orientando que tiver três faltas consecutivas, sem justificativas, configurará abandono.

§ 2º Se a descontinuidade da orientação ocorrer por iniciativa do discente orientando, caberá a este procurar outro docente para orientá-lo.

§ 3º Caso a descontinuidade ocorrer por iniciativa do orientador, caberá à coordenação de TCC mediar, indicando outro orientador.

TÍTULO VII

DA DISCIPLINA DE TCC I – PROJETO DE PESQUISA

Art. 15º O Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) será construído a partir de uma pesquisa científica de natureza teórica ou teórica-empírica, atividades de extensão e atividades de estágio, todos associados às áreas de concentração de estudo do curso de Licenciatura em Educação Física e às linhas de pesquisas dos docentes do curso.

Art. 16º O TCC inicia sua construção na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico com introdução à Pesquisa Científica; continua na disciplina de TCC I com a construção de um Projeto de Pesquisa e culminará na execução da pesquisa, escrita e defesa do artigo científico em TCC II.

Art. 17º Na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, o discente deverá construir um Projeto de Pesquisa sob a supervisão do professor da disciplina e do seu orientador de TCC.

§ 1º Cabe ao professor da disciplina de TCC I, além das funções de Coordenador de TCC previstas no Art. 3º, orientar, coletivamente, os discentes sobre o Regimento de TCC, sobre a elaboração do Projeto de Pesquisa, promover discussões teóricas sobre pesquisa em Educação Física e participar das avaliações dos projetos de pesquisa.

§ 2º Paralelamente às orientações coletivas, o discente, matriculado em TCC I, receberá orientações individuais, semanais, com o professor orientador escolhido, que norteará o orientando sobre a metodologia de pesquisa que melhor responda o problema de pesquisa escolhido.

Art.18º O projeto de pesquisa deverá conter os seguintes elementos, baseados nas normas técnicas da ABNT NBR 15287/2011:

1. Capa;
2. Folha de rosto;
3. Sumário;
4. Introdução com tema, problema de pesquisa, justificativas, objetivos e hipóteses (se houver);
5. Fundamentação Teórica;
6. Método da pesquisa (tipo de pesquisa, objeto de estudo, local de pesquisa; população/amostra; instrumentos/técnicas de coleta dos dados; procedimentos de coleta dos dados e procedimentos de análise dos dados);
7. Orçamento;
8. Cronograma;
9. Referências;
10. Apêndices e/ou Anexos.

Art. 19º As pesquisas empíricas que envolvam Seres Humanos deverão seguir os preceitos éticos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 466/2012, sendo os projetos submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos cadastrados no CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa.

Art. 20º Para fins de avaliação na disciplina de TCC I serão considerados a assiduidade nas orientações coletivas e individuais, apresentação escrita e oral do projeto de pesquisa, dentre outras avaliações propostas pelo professor da disciplina.

§ 1º Será aprovado o discente que obter a avaliação mínima de 70% do total de 10,0 pontos, em cumprimento ao Art. 91 do Regimento Geral da UFT.

TÍTULO VIII

DA DISCIPLINA DE TCC II – ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 21º O discente matriculado em TCC II executará o Projeto de Pesquisa elaborado em TCC I, fará a redação do Artigo Científico, bem como sua defesa, sob orientações individuais, semanais, com o professor orientador escolhido em TCC I.

Art. 22º O Trabalho de Conclusão de Curso conterá os seguintes elementos:

1. Capa;
2. Folha de rosto;
3. Folha de aprovação;
4. Ficha catalográfica;
5. Dedicatória (opcional);
6. Agradecimentos;
7. Epígrafe (opcional);
8. Artigo Científico.

Art. 23º O Artigo Científico deverá conter entre 14 a 20 páginas e seguir as normas técnicas da ABNT, NBR 6022:2003, contendo:

1. **Título:** parte superior da página, em caixa alta, negrito e centralizado. Quando houver subtítulo, este deve vir separado do título por dois pontos (:), em minúsculo e negrito.
2. **Autoria:** os nomes dos autores devem ser completos, seguindo a ordem de autoria (autor e coautores), colocados um espaço abaixo do título, centralizados, com a primeira letra

de cada palavra em caixa alta, seguidos dos respectivos números-índice (sobrescrito) que irão identificar os autores. Em caso de mais de um autor, seus nomes serão separados por vírgula.

3. Identificações: abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es) deverão ser colocadas as identificações, qualificação profissional, Instituição por extenso, nome da Cidade/UF e o e-mail do autor principal.

4. CONTEÚDO:

a. **Resumo simples:** objetivos, metodologia, resultados e considerações finais. Escrito em espaçamento simples, sem parágrafo, justificado. Contendo de 130 a 150 palavras.

b. **Palavras-chaves:** vir abaixo do conteúdo do resumo simples. O termo Palavras-chaves deve vir em negrito, seguida por dois pontos, deverão ser acrescentadas três palavras-chaves, separadas por ponto, com a primeira letra de cada palavra em caixa alta.

c. **Introdução:** termo em caixa alta, alinhado à esquerda. Texto justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Deve conter a apresentação do tema, problema, justificativa teórica e social, objetivos e hipóteses (se houver).

d. **Metodologia:** termo em caixa alta, alinhado à esquerda. Texto justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Deve contemplar tipo de estudo, objeto de estudo, população/amostra, local, instrumentos ou técnicas de coleta dos dados, procedimentos de coleta dos dados/procedimentos éticos e procedimento de análise dos dados.

e. **Resultados e Discussão:** termo em caixa alta, alinhado à esquerda. Texto justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Contemplar os principais resultados e a discussão com a literatura.

f. **Considerações finais:** termo em caixa alta, alinhado à esquerda. Texto justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Descrever se os objetivos foram respondidos, se as hipóteses foram confirmadas, principais contribuições do trabalho, sugestão de uma agenda futura de pesquisa.

g. **Referências:** seguir normas da ABNT NBR 6023/2002.

TÍTULO XIX

DA DEFESA PÚBLICA E DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 24º Compete ao professor examinador avaliar o TCC (Artigo Científico) conforme os procedimentos operacionais e éticos e sugerir contribuições que visem à melhoria da qualidade do trabalho.

Art. 25º O TCC (Artigo Científico) deverá atingir, para aprovação, a avaliação mínima de 70% do total de 10,0 pontos, em cumprimento ao Art. 91 do Regimento Geral da UFT.

I. o conteúdo do TCC encaminhado para apresentação oral pública à banca examinadora, será de responsabilidade do estudante e do professor orientador;

II. a banca será composta pelo professor orientador que será o presidente, e por mais dois membros, professores da UFT ou de outras instituições de Ensino Superior, indicados pelo professor orientador em consonância com o orientando;

III. a data da defesa será marcada pelo professor orientador, em consonância com o orientando e os demais membros da banca examinadora, em regime de fluxo contínuo, desde que, em dia letivo;

IV. o TCC (Artigo Científico), em sua versão final, deverá ser entregue três vias ao Coordenador de TCC com, no mínimo, trinta dias de antecedência, o qual encaminhará à Banca Examinadora;

V. na defesa pública, o aluno terá de 20 minutos para a exposição do trabalho; cada membro da banca terá 15 minutos para seus comentários e o aluno igual tempo para respostas;

VI. Cada membro da banca atribuirá uma nota de zero a dez ao trabalho e a nota final atribuída ao aluno pela banca examinadora será a média aritmética das notas atribuídas por cada membro.

VII. O resultado final será expresso pelos conceitos “Aprovado sem sugestões”; “Aprovado com sugestões” ou “Reprovado”.

VIII. Após as alterações sugeridas pela banca examinadora e verificadas pelo orientador, o TCC será entregue na Secretaria Acadêmica, no prazo de trinta dias, sendo a versão final entregue em cópias impressa e digital, em formato Pdf, em data estipulada pelo calendário do TCC.

XIX. O trabalho do aluno que obtiver “Reprovado” deverá matricular-se novamente na disciplina de **TCC II** e, poderá a critério do professor orientador, ter o vínculo de orientação suspenso, a partir de um documento entregue à Secretaria da Coordenação de Curso justificando sua desistência da orientação.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º O aluno que se julgar prejudicado diante da não qualificação do trabalho pelo professor orientador para a banca examinadora final, poderá requerer revisão, por escrito, à Coordenação de TCC, desde que fundamentado por meio de cópias anexas de documentos de legítima procedência, que serão submetidos à apreciação do Colegiado do curso.

Art. 27º A fraude na elaboração do trabalho, na forma de plágio ou outra de igual relevância, será considerada falta grave, estando o aluno sujeito às penalidades, que incluem a possibilidade de desligamento do curso. Caso o professor orientador, algum membro da banca examinadora, o parecerista ou a coordenação do curso tenha fortes razões para supor que houve plágio deverá informar a coordenação acadêmica que encaminhará um pedido para abertura de comissão de sindicância para o julgamento do caso.

Art. 28º. O acadêmico que durante o processo de construção do TCC, porventura apresentar quebra de conduta da ética (plágio, comércio, abandono de orientação sem aviso formal à Coordenação de TCC, entre outros), terá o seu trabalho considerado reprovado.

Art. 29º. Casos omissos a este Regulamento serão discutidos com a Coordenação de TCC e deliberados pelo Colegiado.

Art. 30º. A aprovação deste Regulamento revoga as disposições em contrário.

APÊNDICE H - QUADRO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

| MODALIDADE | TIPO | CRÉDITOS DO CONSEPE | CRÉDITOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA | DETALHAMENTO DE CRÉDITOS NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFT – Câmpus de Tocantinópolis |
|-------------------|---|----------------------------|---|--|
| ENSINO | I – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outras IES (por disciplina) | 05 | 02 | Os discentes poderão fazer até dois (02) créditos, que correspondem a 30 horas. |
| | II – Atividades de monitoria (por semestre) | 05 | 03 | Cada semestre de monitoria valerá três (03) créditos, correspondente a 45 horas. |
| | III – Ministrar minicurso (por minicurso) | 05 | 03 | Os discentes poderão ministrar minicurso que correspondem à no mínimo 15 horas e equivale a um (01) crédito, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |
| | IV – Participação como ouvinte em minicurso (por minicurso) | 03 | 01 | Os discentes poderão aproveitar o máximo de 15 horas de participação como ouvinte em minicurso, que corresponde a um (01) crédito. |
| | V – Ministrar oficina (por oficina) | - | 02 | Os discentes poderão ministrar oficina que correspondem à no mínimo 15 horas e equivale a um (01) crédito, podendo atingir o máximo de dois (02) créditos. |

| | | | | |
|---|--|----|----|--|
| | VI – Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira | 02 | 02 | Os discentes poderão aproveitar o máximo de 30 horas de cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira, que corresponde a dois (02) créditos. |
| | Total Parcial | 20 | 13 | Disponível: Máximo de 13 créditos na modalidade ensino totalizando 195 horas. |
| | | | . | Um crédito corresponde a 15 horas. Neste item o discente deverá ter o mínimo de 05 créditos e em dois tipos de atividades distintas. |
| PESQUISA (Exceto Trabalho de Conclusão de Curso) | I – Livro Publicado | 50 | 10 | Para cada livro publicado, como co-autor ou organizador, o discente recebe dez (10) créditos. |
| | II - Capítulo de livro | 20 | 05 | Para cada capítulo de livro publicado, como autor ou co-autor, o discente recebe cinco (05) créditos. |
| | III – Projetos de Iniciação Científica | 15 | 05 | Para cada participação de livro publicado, como autor ou co-autor, o discente recebe cinco (05) créditos. |

| | | | | |
|--|--|----|----|--|
| | IV – Projetos de Pesquisa Institucionais | 10 | 05 | Para cada participação completa em Projeto de Pesquisa Institucional o discente recebe cinco (05) créditos. |
| | V – Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial) | 10 | 05 | Para cada Artigo publicado, como autor, em periódico com Conselho Editorial o discente recebe cinco (05) créditos. |
| | VI – Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial) | 05 | 03 | Para cada Artigo publicado, como co-autor, em periódico com Conselho Editorial o discente recebe três (03) créditos. |
| | VII – Artigo completo publicado em anais como autor | 05 | 04 | Para cada Artigo completo publicado, como autor, em Anais o discente recebe quatro (04) créditos. |
| | VIII – Artigo completo publicado em anais como coautor | 03 | 03 | Para cada Artigo completo publicado, como co-autor, em Anais o discente recebe três (03) créditos |

| | | | | |
|--|--|-----|----|--|
| | IX – Resumo Expandido em anais | - | 02 | Para cada Resumo expandido em anais o discente recebe dois (02) créditos. |
| | X – Resumo Simples em anais | 03 | 02 | Para cada Resumo Simples em Anais o discente recebe um (01) crédito. |
| | XI – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudo | 03 | 03 | Para cada semestre de participação em Grupos Institucionais de trabalhos e/ou estudos o discente recebe um (01) crédito. Podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |
| | Total Parcial | 124 | 47 | Disponível: Máximo de 47 créditos na modalidade pesquisa totalizando 705 horas. |
| | | | | Um crédito corresponde a 15 horas. Neste item o discente deverá ter o mínimo de 04 créditos e em dois tipos de atividades distintas. |

| | | | | |
|--|--|----|----|---|
| | | | | |
| | I – Autoria e execução de projetos | 15 | 05 | Para cada semestre de participação na autoria e execução de projetos, o discente receberá um (01) crédito, podendo atingir o máximo de cinco (05) créditos. |
| | II – Participação na organização de eventos técnicos científicos (congressos, seminários, simpósios, workshops, semanas, etc.) | 10 | 02 | Os discentes poderão organizar eventos que correspondem a 30 horas e equivale a dois (02) créditos. |

| | | | | |
|--|---|----|----|--|
| | III – Participação como conferencista em eventos (conferências, palestras, mesas-redondas, semanas, etc.) | 10 | 03 | Os discentes poderão participar como conferencista em eventos, com carga horária máxima de até 40 horas. Para cada conferência, palestra, mesas-redondas, etc., ministrada, corresponde a um (01) crédito, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |
| | IV – Participação como ouvinte em congressos, seminários, simpósios, semanas, workshop, etc. | 05 | 02 | Os discentes poderão aproveitar o máximo de 40 horas de participação como ouvinte em congressos, seminários, semanas, workshop, etc., que corresponde a um (01) crédito, podendo atingir o máximo de dois (02) créditos. |

| | | | | |
|--|--|----|----|---|
| | V – Apresentação oral de trabalhos em evento (congressos, seminários, semanas, workshop, etc.) | 05 | 05 | Os discentes poderão apresentar até 05 trabalhos distintos em eventos, que corresponde a um (01) crédito por trabalho, podendo atingir o máximo de cinco (05) créditos. |
| | VI – Participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc | 03 | 01 | Os discentes poderão aproveitar o máximo de 15 horas de participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc., que corresponde a um (01) crédito. |
| | VII – Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshop etc. | 03 | 03 | Os discentes poderão apresentar até 03 trabalhos distintos em eventos, que corresponde a um (01) crédito por trabalho, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |

| | | | | |
|--|---|----|----|--|
| | VIII – Participação em oficinas, cineclube, curso de extensão e etc. | 03 | 03 | Os discentes poderão aproveitar carga horária máxima de 15 horas de participação como ouvinte em oficinas, cineclube, curso de extensão etc., que corresponde um (01) crédito, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |
| | IX – Participação e Organização em atividades desportivas, recreativas e/ou culturais representando a instituição | - | 03 | Os discentes poderão aproveitar carga horária máxima de 15 horas de participação em atividades desportivas, recreativas e/ou culturais que corresponde a um (01) crédito, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |
| | X – Visitas técnicas | 03 | 03 | Os discentes poderão aproveitar participar de uma (01) visita técnica, que corresponde a um (01) crédito, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |

| | | | | |
|--|---|----|----|---|
| | XI – Estágios extracurriculares | 03 | 03 | Os discentes poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em estágio extracurricular, que corresponde a um (01) crédito, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |
| | XII – Participação em comissões internas da UFT | - | 02 | Os discentes poderão aproveitar carga horária máxima de 15 horas de participação em comissões internas da UFT, que corresponde a um (01) crédito, podendo atingir o máximo de dois (02) créditos. |
| | XIII – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, Colegiado do curso de graduação, etc. por semestre) | 03 | 03 | Os discentes poderão aproveitar um (01) crédito por semestre em representação discente em órgãos colegiados, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |

| | | | | |
|--|---|----|----|--|
| | XIV – Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc. por semestre) | 02 | 03 | Os discentes poderão aproveitar um (01) crédito por semestre em representação discente em órgãos colegiados, podendo atingir o máximo de três (03) créditos. |
| | Total Parcial | 65 | 41 | Disponível: Máximo de 41 créditos na modalidade pesquisa totalizando 615 horas. |
| | | | | Um crédito corresponde a 15 horas. Neste item o discente deverá ter o mínimo de 05 créditos e em dois tipos de atividades distintas. |

Fonte: O colegiado.

Nota: O discente deverá percorrer pelas modalidades de Ensino (mínimo de 05 créditos), Pesquisa (mínimo de 04 créditos) e Extensão (mínimo de 05 créditos) e alcançar o mínimo de 14 créditos, ou seja, 210 horas. Aprovada na 6ª. Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Educação Física, realizada em 01 de junho de 2016.